

VIII Legislatura
I Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 1 de Junho de 2005

Presidente: *Deputada Carmen Gaudêncio*

Secretários: *Deputadas Cheila Pacheco e Sara Serpa*

VII Sessão Plenário Jovem

“Constituição Europeia e as Regiões Ultraperiféricas”

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 25 minutos)

Após a chamada dos Srs. Deputados, o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Deputado Fernando Menezes proferiu uma intervenção, dando abertura à VII Sessão do Plenário Jovem.

No seguimento da intervenção do Sr. Presidente da Assembleia, usaram da palavra o Dr. Carlos Amaral, Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, *Dr. Fernando Meneses*, os Deputados Natacha Sousa (*S. Miguel*) Délcio Fernandes (*Terceira*), Letícia Blanco *S. Miguel*), Joana Dias (*S. Miguel*), Ana Moniz (*Pico*), Joana Teixeira (*S. Miguel*), Luís Pimentel (*Corvo*), Dr. Gui Meneses, Lisandra Meneses (*Terceira*), Dr. Ricardo Serrão, Dr. Helder Silva, Helena Barros (*Santa Maria*), Clara Cunha (*Graciosa*), Tiago Ornelas (*Terceira*), Cláudio Nunes (*Corvo*), Carolina Meneses (*Terceira*). Beatriz Melo *S. Miguel*),

No Período de Informação Parlamentar foram apresentados 6 Votos de Congratulação, 1 Voto de Louvor e 1 Voto de Pesar.

A Deputada Beatriz Melo (*S. Miguel*), fez a apresentação do Voto de Congratulação pela conclusão das obras de reparação da Escola Básica Integrada e Secundária do Nordeste, o qual foi aprovado por unanimidade.

A Sra. Deputada Inês Teixeira (*S. Miguel*), fez a apresentação do Voto de Congratulação sobre a realização do VII Plenário Jovem, o qual foi aprovado por unanimidade.

A Sra. Deputada Joana Teixeira (*S. Miguel*), fez a apresentação do Voto de Congratulação pela criação do Projecto Eco-Escolas.

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

A Deputada Andreia Arruda (*S. Miguel*), apresentou um Voto de Congratulação pela realização, na Ilha de S. Miguel, do jogo de futebol ente a Selecção Portuguesa de Futebol e a Selecção do Egipto, o qual foi aprovado por unanimidade.

O Sr. Deputado Délcio Fernandes (*Terceira*), apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do jovem António Gabriel Silva Linhares. O voto foi aprovado por unanimidade.

A Deputada Patrícia Melo (*Terceira*), apresentou um Voto de Louvor à Assembleia Legislativa Regional dos Açores pela realização do VII Plenário Jovem.

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

O Deputado João Reis (*S. Jorge*), apresentou um Voto de Congratulação pela realização deste Plenário Jovem, o qual foi aprovado por unanimidade.

A Deputada Isabel Costa (*Santa Maria*), apresentou um voto de Congratulação pelos actos e acções que o Papa João Paulo II prestou ao mundo.

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

Foram também apresentadas três Moções:

O Deputado João Miguel Oliveira (*S. Miguel*), apresentou uma **Moção sobre a integração das pessoas portadoras de deficiência e barreiras arquitectónicas**, a qual foi aprovada por unanimidade.

A Deputada Joana Dias (*S. Miguel*), apresentou uma **Moção sobre o acesso da Região a todos os canais generalistas do Continente**.

Submetida à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

O Deputado Cláudio Nunes (*Corvo*), Apresentou uma **Moção relativa ao transportes aéreos e marítimos com a Ilha do Corvo.**

Submetida à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

Agenda da Reunião:

“Constituição Europeia e as Regiões Ultraperiféricas”.

No debate deste tema usaram da palavra os Srs. Deputados Cátia Faria (*S. Miguel*), Nicole Borges (*S. Miguel*), Filipe Pinheiro (*S. Miguel*), Ana Dutra (*Pico*), Luís Filipe (*Corvo*), Joana Vieira (*S. Miguel*), Délcio Fernandes (*Terceira*), Renata Meneses (*Terceira*), Lino Sousa (*S. Jorge*), Carlos Espínola (*Graciosa*), Helena Barros (*Santa Maria*), Letícia Blanco (*S. Miguel*), Hugo Mateus (*S. Miguel*), Natacha Sousa (*S. Miguel*), Dr. Helder Silva, Victor Janeiro (*Terceira*), Deputado Regional José Manuel Bolieiro (*PSD*), Marisa Rodrigues (*S. Miguel*), Deputado Regional João Bettencourt (*PS*), Cátia Faria (*S. Miguel*), Deputada Regional Catarina Furtado (*PS*), Mara Arruda (*Terceira*), Inês Teixeira (*S. Miguel*), Deputado Regional Clélio Meneses (*PSD*), Nuno Resendes (*Santa Maria*), Joana Teixeira (*S. Miguel*), Diogo Branco (*S. Miguel*), Flávio Nunes *Terceira*), Marisa Rodrigues (*S. Miguel*), Ana Dutra (*Pico*), Cláudia Câmara (*S. Miguel*), Rafaela Sousa (*S. Miguel*), Sónia Santos (*Graciosa*), Florinda Ponte (*S. Miguel*), Joana Pinheiro (*Terceira*), Dr. Hélder Silva, Luísa Barcelos (*Terceira*), Cláudia Lelo (*S. Miguel*) e Renata Meneses (*Terceira*).

Procedeu-se à votação da Constituição da União Europeia, a qual foi aprovada por maioria, com 32 votos a favor e 18 votos contra.

Produziram intervenções finais o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, na qualidade de Presidente da Comissão de Política Geral e o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, *Fernando Meneses*.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.

Presidente: Bom dia Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados, Meus Senhores e Minhas Senhoras:

(Eram 10 horas e 25 minutos)

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados e Representantes dos Grupos Parlamentares da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Escola Secundária da Ribeira Grande

Diogo Branco

Letícia Balanço

Cármen Gaudêncio

Cláudia Lelo

Escola Básica Integrada de Capelas

Andreia Arruda

Filipe Pinheiro

Florinda Ponte

José Miguel Oliveira

Escola Secundária de Lagoa

Nicole Andrade Borges

Maria Inês Teixeira

Joana Azevedo dias

Joana Teixeira

Escola Básica Integrada de Arrifes

Rafaela Ponte Sousa

Marisa Rodrigues

Cátia Melo de Faria

Cheila Pacheco

Obra Padre Américo (Casa do Gaiato)

Hugo Santos Mateus

Paulo vieira

Luís Simas Aguiar

Escola Básica Integrada/Secundária de Nordeste

Natacha Sousa

Carolina Carreiro

Ana Beatriz Melo

Escola Secundária de Laranjeiras

Raquel Araújo

Ana Resendes
Tânia Andrade
Cláudia Câmara

Escola Básica Integrada/Secundária de Santa Maria

Nuno Resendes
Helena Barros
Isabel Costa

Escola Básica Integrada dos Biscoitos

Luísa Costa Barcelos
Lisandra Meneses
Délcio Soares Fernandes
Tiago Nunes Ornelas
Carolina Couto Meneses

Escola Básica 3/Secundária Vitorino Nemésio

Flávio Esteves Nunes
Joana da Silva Pinheiro
Mara Arruda
Renata Ribeiro Meneses
Vitor André Janeiro

Escola Básica Integrada Mouzinho da Silveira

Cláudio Xavier Nunes
Luís Filipe Rita Pimentel

Escola Básica Integrada do Topo

Mónica Brasil
Isabel Gomes Nunes
João Fagundes Reis
Lino Sousa

Escola Básica Integrada/Secundária da Graciosa

Clara Isabel Valéria Cunha
Carlos Rui Silva Espínola
Sónia Vanessa Silva Santos

Escola Básica Integrada/Secundária da Madalena-Pico

Patrícia Jesus Melo
Sarah Marie Serpa
Ana Sofia da Silva Dutra
Maria Humberta

Deputado Regional (PS)

João Bettencourt

Deputado Regional (PSD)

Clélio Meneses

Deputado Regional (CDS/PP)

Alavrino Pinheiro

Presidente: Estão presentes 52 Srs. Deputados. Temos quórum. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Dou a palavra a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Dr. Fernando Menezes, para proceder à abertura da VII Sessão do Plenário Jovem.

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Dr. Fernando Menezes): Muito bom dia a todos os Srs. Deputados.

Devo dizer que este plenário hoje está lindíssimo com a vossa presença.

Muito obrigado por terem vindo e por participarem neste Plenário Jovem.

Depois desta saudação inicial dirigida a estes jovens que hoje nos acompanham, também queria saudar o Sr. Dr. Carlos Amaral, Professor da Universidade dos Açores que está aqui para nos ajudar a tratar este tema.

Queria cumprimentar os Srs. Deputados que representam todos os partidos políticos que fazem parte da Comissão de Política Geral, os nossos convidados, três ilustres Professores Universitários das áreas da Biologia, que sabem muito sobre ambiente e sobre pescas, seguramente muito mais do que eu, e que estão à vossa disposição para vos esclarecer sobre essas matérias.

Queria cumprimentar também os Srs. Professores que acompanharam os alunos, a Sra. Presidente e os Secretários da Mesa, por sinal três senhoras, o que é muito interessante, porque normalmente em sento-me aqui acompanhado de homens, e dá um colorido diferente ao nosso plenário.

Quero dizer-vos nestas palavras iniciais que este é o VII Plenário Jovem que nós realizamos, num esforço que tem sido feito para que o Parlamento da Região Autónoma seja divulgado, para que

vocês conheçam o Parlamento Regional e para que sejam aqui debatidas questões da actualidade, questões dos nossos dias.

Já discutimos muitas matérias, desde a Escola, Sexualidade, Toxicodependência, etc. Hoje o tema é a Europa em sentido genérico.

Antes de prosseguir acho que me compete também cumprimentar o público que é constituído por alunos da Escola EB2, da escola Profissional da Horta e da Escola Dr. Manuel de Arriaga e vamos saudá-lo com uma salva de palmas.

(Aplausos da Câmara)

Não me vou alongar muito, embora tenha, porventura, esse vício vou procurar ser breve, porque o assunto merece, de facto, uma reflexão profunda e que aproveitemos o tempo para isso.

Queria, todavia, dizer-vos que os meus amigos estão sentados na Sala do Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Como sabem, penso eu, vivemos um sistema de autonomia democrática constitucional desde há quase 30 anos.

Nos Açores existem dois órgãos de poder político: o mais importante, que é esta Assembleia Legislativa e o Governo Regional.

Nesses lugares onde os meus amigos estão sentados, sentam-se os deputados eleitos por todas as ilhas dos Açores, ou seja, estão aqui representadas sempre, todos os meses, todas as ilhas dos Açores e os interesses de cada uma delas e os interesses da nossa Região Autónoma.

São 52 os deputados que normalmente se sentam nessas cadeiras, representando vários partidos políticos.

Como eu disse, nós hoje vivemos numa democracia e na nossa Região vivemos em autonomia regional. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que nós podemos fazer as nossas próprias leis, em sentido lato, podemos decidir do nosso destino sobre muitas matéria e podemos, os órgãos do poder regional, procurar desenvolver esta Região autónoma o melhor que sabemos e podemos e creio que o temos feito ao longo destes quase 30 anos.

Neste momento vivemos uma situação particularmente difícil no nosso País, mas como o tema hoje tem a ver com a Europa, também vivemos um momento de alguma dificuldade na Europa a que pertencemos.

Nós somos açorianos, temos identidade e cultura açoriana. Somos também portugueses, temos outra identidade portuguesa. Somos cidadãos portugueses, mas também somos cidadãos da Europa, essa Europa que está a ser construída desde há muitos anos, com avanços, com recuos, com dificuldades, mas que constitui um grande desafio.

Como cidadãos açorianos vocês já nasceram numa época melhor do que a minha.

No meu tempo se nós queríamos fazer uma escola tínhamos que pedir autorização a um Sr. Ministro que vivia em Lisboa. Nós hoje não precisamos de o fazer. Se decidirmos fazer uma escola, fazêmo-la e isso é um salto de importância transcendente para o nosso desenvolvimento.

Em relação à Europa nós temos dado passos em frente, com muitos tratados, muitos debates, muitas reuniões e chegámos a um ponto em que se procura consolidar a cidadania europeia, considerar um espaço único europeu onde todos somos cidadãos.

Como também sabem, a Europa hoje já tem 25 países e é um desafio enorme para todos eles e para todos os cidadãos.

Cada país perdeu um pouco dos seus poderes e atribuiu-os a organizações de carácter internacional que têm funções muito específicas e muito importantes em vários domínios.

As nossas fronteiras esbateram-se.

Temos hoje na maior parte dos países uma moeda única, que é o euro, como sabem.

Portanto, já se fizeram grandes avanços nessa união da Europa, uma Europa que se pretende que seja de paz, de democracia e de valores.

Não é do vosso tempo e também não é muito do meu tempo, mas a Europa foi um Continente que viveu sempre em guerra e nos últimos 60 anos, aliás celebraram-se há pouco 60 anos do fim da II Guerra, nós temos vivido em paz e para isso, estou seguro, tem contribuído este esforço de unificação da Europa e de entendimento entre os diversos países.

Somos hoje, na Europa, 450 milhões de habitantes e 25 países. É muita gente e é muita gente se compararmos com os 250 mil habitantes das nossas ilhas dos Açores, mas nós fazemos parte dessa Europa que temos também ajudado a construir e queremos continuar a ajudar.

É um desafio muito grande e cheio de dificuldades, porque passar de Região, passar de país para uma união de 25 países, com toda esta gente é, realmente, muito difícil.

Com vocês sabem neste momento está-se numa fase de debate, de discussão e de aprovação daquilo que se convencionou chamar “Constituição Europeia”.

Daqui a bocado o Professor Carlos Amaral e eu próprio vamos falar um pouco sobre isso, agora não me compete avançar já com essa matéria.

Queria também referir que, embora vocês já não sejam umas criancinhas, hoje é também o Dia Mundial da Criança e, simbolicamente, é também importante lembrarmos hoje elas têm direitos e que nós, adultos, e vocês também de alguma forma já começam a ter alguma obrigação de tudo fazer para que o vosso futuro e o futuro das nossas crianças seja cada vez melhor, mais próspero, mais desenvolvido, com mais direitos e com uma vida sadia.

Agradeço mais uma vez a vossa presença. É muito importante para o Parlamento desta Região Autónoma ter-vos aqui. É muito importante que vocês compreendam o trabalho que se faz aqui dentro, porque as regras que vão se seguidas são as mesmas que nós seguimos nos nossos plenários. É importante que compreendam isso, porque, e devo dizê-lo com alguma amargura, nem sempre é muito bem entendido os trabalho dos Srs. Deputados.

Termino dizendo que estão aqui os nossos convidados e alguns Srs. Deputados ao vosso dispor.

Faço votos e bom trabalho e que este VII Plenário Jovem seja realmente um sucesso e que saíamos todos daqui mais esclarecidos sobre o futuro da Europa, sobre a Constituição Europeia e sobre a nossa situação muito especial de Região Ultraperiférica da Europa, como daqui a bocado vos iremos explicar.

A todos muito obrigado e bom trabalho.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Dr. Carlos Amaral, Professor da Universidade dos Açores.

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (*Dr. Fernando Menezes*): Antes do Dr. Carlos Amaral usar da palavra eu queria só dizer-vos que eu e o Dr. Carlos Amaral fizemos um truque que é o seguinte: em vez dele falar primeiro e eu a seguir, vou sentar-me ao pé dele e nós os dois vamos, em conjunto, acompanhando o que vai aparecendo neste ecrã, procurar explicar e esclarecer algumas coisas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Dr. Carlos Amaral.

Dr. Carlos Amaral: Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sra. Presidente do Plenário Jovem, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Antes de mais uma palavra de agradecimento ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pelo honroso convite que me dirigiu para estar aqui convosco hoje e para reflectirmos, em conjunto, sobre este processo desencadeado há já mais de meio século, que vem desembocar na criação de uma comunidade política de dimensão do continente europeu, comunidade política dotada de uma constituição, de uma carta de direitos fundamentais e de uma cidadania específica.

Como o Sr. Presidente teve oportunidade de referir, esta apresentação irá ser-vos proposta ora por um, ora por outro e apresento desde já a minha disponibilidade para, terminada a exposição, procedermos aqui a um exercício de reflexão conjunta e todos aqueles que entenderem entrar em contacto comigo, Carlos Amaral da Universidade dos Açores, terei muito gosto em continuar este diálogo convosco.

Aproveito para manifestar o desejo de dentro em breve poder reencontrar alguns de vós na nossa Universidade, nomeadamente nalgum dos nossos cursos em que a reflexão sobre estas problemáticas ocupam um lugar muito especial.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ao longo dos séculos, na nossa história, nós na Europa conhecemos uma pluralidade de formas de organização social e política.

Nós somos seres que, por definição, não somos capazes de viver isolados. Somos seres, no dizer de Aristóteles, velho sábio ocidental que gosto muito e que não resisto a referi-lo: “para quem viver, é conviver”. Então a questão coloca-se: com quem é que nós necessitamos de conviver? Com quem é que eu necessito de conviver para viver bem? Ao longo da história nós temos dado várias respostas a esta questão.

Na antiga Grécia nós dizíamos que Apólis era a comunidade política perfeita, porque Apólis, a cidade Estado, constituía o momento de organização social e política capaz de oferecer aos homens condições para viver bem, ou seja, a cidade oferecia todas as condições para se viver bem.

Depois com o passar do tempo, como sabem, o ideal grego de Pólis ruiu e foi substituído primeiro por um ideal imperial da Macedónia. Quem não ouviu falar de Alexandre o Grande e depois do império romano.

Neste contexto a resposta à questão “com quem é que eu preciso de conviver para viver bem” deixou de ser Apólis para se alargar a um todo muito maior.

O império romano não durou, ruiu perante as invasões dos bárbaros e convém lembrar quem eram os bárbaros de então.

Os bárbaros de então eram os europeus do centro e do norte da Europa e à forma de organização social e política imperial substituiu-se o feudalismo, a organização política feudal que, seguramente, conhecem.

Com o dealbar da modernidade, modernidade em termos políticos, a partir do Século XVII, a forma feudal de organização social e política foi substituída por outra forma, o estado soberano.

Não será necessário falarmos muito dos estados, porque o estado é o momento de organização social e política que ainda hoje conhecemos e a Europa que antes se encontrava organizada em feudos, digamos assim, passou a organizar-se em estados, cada um soberano, cada um igual aos demais e que, por isso mesmo, se relacionava com os outros pela diplomacia e pela guerra.

É por isso, conforme o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores referiu há pouco, a guerra foi sempre uma constante na Europa e é por isso que a história da Europa, até meados do Século XX, é a história das guerras sucessivas entre os seus povos. É ver como as fronteiras dos estados europeus se movimentavam, para a direita e para a esquerda, para cima e para baixo, consoante o sucesso ou o insucesso dos respectivos estados nas guerras em que se encontravam empenhados.

É por isso que ao pegarmos no mapa da Europa é absolutamente fundamental fixar a data a que esse mapa se reporta, porque o mapa de 1945 nada tem a ver com o mapa de 1918, nada tem a ver com o mapa de 1880, nada tem a ver com o mapa de 1640. O Continente é o mesmo, mas os mapas alteram-se com a guerra.

Ora, as duas guerras mundiais do Século XX, que o Sr. Presidente também se referiu, devastaram a Europa de tal modo que inviabilizaram a organização estritamente estatal do Continente Europeu.

Costumo dizer que da II Guerra Mundial emergiram dois países vitoriosos e todos os outros foram derrotados, mas nenhum dos dois países que ganharam a II Guerra Mundial era europeu.

A Inglaterra foi tão derrotada como a Alemanha na II Guerra Mundial.

Os únicos dois países vitoriosos da II Guerra Mundial foram os Estados Unidos, a Ocidente e a então União Soviética, a Leste.

A estados europeus que no Século IX, um século antes, tinham sido capazes de, por exemplo, imagine-se, pegar no mapa de África, colocá-lo em cima da mesa e repartir o Continente Africano por entre eles, 100 anos depois, na sequência da devastação da II Guerra Mundial, se encontraram inteiramente à mercê de norte americanos e de soviéticos, daí a necessidade de se fazer algo, substituir o modelo estatal europeu por algo diferente.

Foi assim que a partir da II Guerra Mundial, na década de 40 do século passado, começamos a assistir a esforços de superação do modelo estatal, de integração regional, de construção de uma comunidade política que fosse para além dos estados, a qual só se poderia construir a partir da transferência de poder dos estados e é

neste contexto que assistimos em 1951 à criação, podemos dizer, da primeira Europa, da Europa dos 6, a Europa da CECA. Espero que isto não seja uma grande seca para os senhores.

Os primeiros 6 países, Alemanha, França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo formaram a Europa dos seis, Europa que Busco procurou na integração resposta para os desafios que se lhe colocavam e a que individualmente os estados europeus não eram capazes de corresponder.

Em traços gerais diria que um segundo momento neste processo de construção europeia é 73 e o alargamento desta Europa a três novos estados, passando da Europa dos seis para a Europa dos nove, incluindo o Reino Unido, a Dinamarca e a Irlanda.

É neste contexto que a Europa conhece o primeiro percalço, porque a Noruega que entretanto havia negociado e assinado um tratado de adesão viu esse tratado ser chumbado e não ser rectificado, coisa semelhante ao que se passou domingo.

Em 81 dá-se novo alargamento em que a Europa dos 9 passa a Europa dos 10 com a adesão da Grécia.

Em 86, ano que todos devemos ter bem presente, outro alargamento, passando de Europa dos 10 para Europa dos 12, com a entrada de Portugal e Espanha.

Em 95 dá-se novo alargamento à Áustria, Suécia e à Finlândia.

Por último, em 2004 a Europa passa de 15 para 25 estados membros, alargando-se aos Estados Bálticos e a uma série de Estados que até ao ruir de Berlim se encontravam sob a esfera de influência de ex-União Soviética.

Dos Estados Bálticos entraram a Hungria, a Eslovénia, a Eslováquia e Chipre e Malta no Mediterrâneo.

É neste contexto que a Europa passa de uma comunidade, em termos de extensão geográfica, de 6 estados membros para uma comunidade de 25.

Presentes já novas adesões, a mais problemática das quais será, sem dúvida, a da Turquia.

Este é o registo da caminhada que ao longo deste último meio século temos vindo a percorrer em direcção a um sonho que é velho de vários séculos, o sonho de uma Europa unida, de uma Europa não esquatejada em estados soberanos, cada um cioso das suas prerrogativas e do seu poder de soberania, mas uma Europa

una e solidária, assente sobre lastro de uma mesma identidade e de uma civilização comum.

Quando hoje em dia se ouve falar, e é por isso que é importante referi-lo, na necessidade de um tratado constitucional que racionalize e que simplifique os múltiplos tratados vigentes, aqui estão eles, que deram lugar à União Europeia e que a partir de então têm vindo a permitir o aprofundamento deste processo, sendo certo que desde o início, desde a apresentação pelo então Ministro Francês dos Negócios Estrangeiros, Robert Schuman, do seu plano para a integração europeia, o que se encontrou subjacente foram, e está bem patente no texto desta mesma declaração, duas coisas que convém ter bem presente.

Em primeiro lugar o objectivo de emancipação da Europa, face à tutela das duas super potências que se erguiam à sua direita e à sua esquerda, Estados Unidos e ex-União Soviética, a sua reconstrução e dos europeus fazerem em conjunto aquilo que individualmente não eram capazes de fazer.

O segundo elemento que convém ter bem presente, até porque é um conceito que se tem transformado numa espécie de papão no discurso político, nomeadamente do português, é que esta tarefa de emancipação da Europa, face a americanos e a soviéticos, só era possível através da união federal dos estados europeus.

O objectivo bem presente desde 1950, desde a declaração de Robert Schuman, é a união federal da Europa, uma união federal que se propõe ser feita gradualmente desde 1950.

A união da Europa, e estou a citar de cor o texto de Schuman, não se fará de uma só vez. Não é possível, como há três anos antes os federalistas europeus haviam proposto em Haia, num congresso realizado para o efeito, edificar uma união federal da Europa, uns Estados Unidos da Europa, em que Portugal, Espanha, França, Bélgica, etc., teriam um lugar semelhante àquele que na Constituição norte-americana é ocupada pelo Nebraska, pelo Massachusset, Rhod Island ou Califórnia e, portanto, não seria possível fazê-lo de uma só vez, mas gradualmente, passo a passo.

1951 representa o primeiro passo através da criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em que se propunha nada mais, nada menos do que retirar a competência em matéria de produção e comercialização de carvão e de aço dos estados

membros e passá-la para a mãos de uma autoridade supra nacional.

Porquê carvão e o aço? Porque é com o aço que se fazem armas e é o carvão que está na base da energia para as produzir. Hoje isso já não será tão evidente. O ideal de integração europeia para a paz.

Por isso mesmo estas datas que aqui vos apresento, estes Tratados que têm vindo sucessivamente desenvolvidos mais não são do que etapas deste processo de construção de um ideal apresentado e aprovado já em 1950, o ideal de construção de uma Europa unida. Foi este ideal de uma Europa unida, é este ideal de uma Europa una, uma Europa colocada acima dos Estados, que conhece no Tratado Constitucional, um texto pesado e de difícil compreensão para qualquer cidadão comum, a sua etapa mais recente.

Este texto foi elaborado por uma Convenção, convocada expressamente para o efeito, composta por um presidium, por uma série de personalidades e de representantes dos Estados membros, uma Convenção que foi presidida pelo ex-Presidente francês, o senhor Valéry Giscard d'Estaing, reuniu com dois vice-presidentes, também ex-chefes de governo dos respectivos Estados, Chefes de Estado e do Governo dos quinze Estados membros, trinta membros dos Parlamentos Nacionais, dois por cada Estado membro, representantes do Parlamento Europeu, representantes da Comissão Europeia.

Uma Convenção cujo objectivo se prendia com o debate dos principais problemas que se colocavam ao processo de construção europeia e que tinha por objectivo precisamente tratar de três grandes questões.

Por um lado, lembram-se de uma série de tratados que vos apresentei à pedacinho, proceder a uma racionalização destes mesmos Tratados. Não é fácil ir procurar determinada matéria e ver o que é que diz um Tratado, o que diz outro e, portanto, racionalizar.

É por isso que muitos das críticas que por vezes são dirigidas a esta proposta de Tratado Constitucional não são justas, porque em muitos casos não se trata de competências que são criadas por estes Tratados, mas de competências que já existiam e que este

Tratado em vez de criar, apenas reformula e sistematiza. Primeira questão.

Segunda questão que esta Convenção procurou dar resposta foi: que fazer da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, Carta dos Direitos Fundamentais que havia sido proclamada em Nice, mas em relação aos quais os Estados Membros não haviam conseguido identificar o valor que lhe deveria corresponder.

Terceira grande questão foi reflectir a estrutura institucional e a repartição de poder no seio da União.

Lembram de há pedacinho vos ter dito que esta caminhada de mais de 50 anos começou por ser uma caminhada de 6, agora uma caminhada de 25 Estados.

A gestão de uma comunidade de 6 é muito diferente da gestão de uma comunidade de 25.

As regras aplicáveis à estrutura institucional da Comunidade Europeia a 6 não pode ser aplicada, torna-se inviável numa comunidade a 25, daí a necessidade de se proceder a uma reflexão profunda sobre o modo como a União Europeia pode e se deve encontrar estruturada politicamente.

Quais devem ser os seus órgãos de poder? Como a nível regional temos órgãos de poder, a nível Europeu também.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Dr. Fernando Menezes): Como disse o Professor Carlos Amaral há várias coisas a definir, as competências, os instrumentos e introduzir a questão dos direitos humanos na própria Constituição, etc.

Foi um trabalho que decorreu durante muitos meses, cerca de 15, com reuniões várias e, enfim, outros pormenores que talvez não interessam muito, porque temos que ir caminhando para os objectivos finais.

O que é certo é que finalmente foi aprovada esta chamada Constituição Europeia. Aliás, é muito engraçado, porque no início ninguém lhe queria chamar Constituição Europeia, chamavam-lhe tratado, depois a conversa foi andando e pegando e passou-se mesmo a chamar Constituição Europeia que tem vários capítulos como uma constituição normal.

Antes de prosseguir, importa dizer-vos o seguinte:

Constituição é a norma, a regra, a lei mais importante de qualquer país.

Eu tenho aqui a nossa Constituição que é a Constituição da República Portuguesa. É a lei mais importante que nós temos, com uma série de artigos onde se define os direitos dos cidadãos portugueses, o que é Portugal, o território, a administração, os órgãos do poder, etc. Este livrinho que eu tenho aqui, eu diria que é a nossa Bíblia Política.

Para vocês perceberem isto, depois nós temos outra bibliazinha mais pequena que é o Estatuto da Região Autónoma dos Açores e como vêm é mais estreitinho, mas é a nossa Bíblia da Região Autónoma.

Ora, é importante vocês perceberem que esta, a Constituição da República Portuguesa, é a que manda mais, é a que tem mais poder, tudo tem que obedecer a ela. Todas as leis que se fazem no nosso país tem que obedecer a ela e o nosso estatuto está abaixo disto.

O que acontece agora, e estão aqui vários juristas que compreendem muito bem isso, e que é extraordinário é que por cima disto teremos ou poderemos ter esta, que é a Constituição da Europa, porque diz aqui que o direito europeu, em linguagem muito simples, vale mais que o direito de cada país.

Portanto, se nós até aqui funcionávamos assim, com a Constituição a iluminar todas as leis que nós fazíamos, com o Estatuto a iluminar todos os decreto regionais que fazíamos nesta Casa, agora temos a Constituição Europeia que está por cima, que é o chamado primado do direito comunitário, primado porque está primeiro, e isto vai levantar problemas delicados, porque nenhuma das Constituições ou nenhuma Estatuto ou nenhuma outra qualquer lei pode violar o que está por cima, que é a tal Constituição da Europa que ainda não está completamente aprovada pelos países membros. Esta é outra conversa.

Mas, de qualquer forma gostava de vos dizer que há princípios muito importantes e fundamentais que alguns deles já faziam parte dos tratados que foram referidos pelo Professor Carlos Amaral e que vocês viram ali no quadro, e são esses princípios, com outros novos que agora estão aqui nesta Constituição.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Doutor. Carlos Amaral.

Doutor Carlos Amaral: Muito obrigado.

Entre estas principais inovações, entre aquilo que esta Constituição traz de novo, temos à cabeça a incorporação da Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia no próprio texto do Tratado.

Esta Carta havia sido adoptada e proclamada em Nice, mas não lhe havia sido atribuído qualquer valor jurídico. Neste momento ao fazer parte integrante do Tratado Constitucional, ela passa a funcionar como uma autêntica Carta de Direitos Fundamentais, núcleo central da própria Constituição, núcleo onde estão identificados o conjunto dos direitos de cidadania europeia em que qualquer um de nós, enquanto cidadão europeu, pode reivindicar, nomeadamente junto dos tribunais.

Há pedacinho dizia-vos: o que fazer da Carta dos Direitos Fundamentais, uma das grandes preocupações da Convenção, chamada a elaborar esta Constituição para a Europa.

A criação do cargo de Presidente do Conselho Europeu, substituindo as habituais rotatividades das presidências. No quadro dos Tratados em vigor, a Presidência do Conselho é exercida de forma rotativa por períodos de 6 meses.

Ora, mais uma vez uma coisa é a implementação disto mesmo numa comunidade de 6, o que significa que o mesmo Estado irá exercer a Presidência na União europeia em cada três anos, outra é fazê-lo numa comunidade de 25, em que um estado exerce a Presidência hoje e sabe-se lá quanto volta a fazê-lo, porque entretanto pode ter lugar novos alargamentos.

Para além disso e mais importante ainda do que este aspecto, era o critério da heterogeneidade da Comunidade. Se olharem para a primeira página a mancha amarela da primeira página dos slides, verão que a primeira Europa, a Europa dos seis era uma Europa homogénea não só em termos culturais como também em termos de desenvolvimento sócio-económico, mas a todos os níveis.

A Europa de 25 já não é uma Europa homogénea, mas uma Europa marcada por uma profunda heterogeneidade que começa a ser introduzida na Europa, convenhamos, com o alargamento primeiro à Grécia e depois a Portugal e Espanha e não é por acaso que é a partir da década de 80, a partir do alargamento a Portugal

e à Espanha que começam a surgir com maior pujança as reivindicações regionais na própria Europa e daí o argumento que ainda ontem de ouvia relativamente às presidências rotativas e que já, na altura, quando Portugal exerceu a presidência pela primeira vez, como é que se pode confiar na Lituânia a presidir à União Europeia, ou, como na altura, a questão de saber se o nosso país tinha, de facto, condições para presidir à União Europeia.

É neste contexto que surge a proposta de criação de um Presidente do Conselho, em substituição das presidências rotativas.

Terceira grande inovação é a criação de um Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Europeia.

Um dos problemas em matéria de política externa da União Europeia foi o antigo Secretário de Estado Norte Americano que dizia que quando tinha um problema para tratar com os europeus não sabia o nome, não sabia o número de telefone de alguém, do seu homólogo em termos da união europeia com quem pudesse dialogar.

Pois bem, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da União Europeia propõe assegurar isto mesmo, a criação de uma estrutura que permita à Europa ter uma voz no mundo e participar nas relações internacionais.

A partir de 2014, redução dos membros da Comissão Europeia.

Como sabem a estrutura institucional da União Europeia integra as seguintes instituições: um Conselho, uma Comissão, um Parlamento e Tribunais.

A Comissão funciona como uma espécie de governo da União Europeia em que tradicionalmente cada Estado tem direito a comissários, estados grandes têm direitos a dois e Estados pequenos a um.

Mais uma vez, numa Europa a seis isto é fácil, mas não é possível, à maneira que a Europa se vai alargando, continuar a largar-se sistematicamente o número de comissários, não é possível estar a alargar-se sistematicamente o número de membros do governo da União Europeia, daí o Tratado propor a delimitação destes mesmos membros do governo, contexto em que se dá o caso de nem todos os Estados terem um membro na Comissão Europeia.

Extensão das votações por maioria qualificada.

Maioria qualificada que se reporta ao modo de funcionamento do conselho, a expensas, obviamente, da regra da unanimidade em que cada Estado membro detém um direito autêntico de veto, é o que se passa ainda em termos de questões mais fundamentais em que se exige a regra da unanimidade, como sejam os casos do alargamento da União a novos Estados membros, alteração dos Tratados, etc.

Ora bem, se numa comunidade a 6 elementos e todos mais ou menos do mesmo nível, é relativamente fácil chegar-se a um consenso, chegar-se à unanimidade perante as matérias em debate, já numa comunidade a 25 heterogénea, integrando Estados em diversos níveis de desenvolvimento político, cultural, económico, etc. a unanimidade é impossível de se atingir e por isso mesmo, sendo impossível de atingir, fixar-nos na regra da unanimidade é assegurar a imobilidade ou não agir. Para a Europa poder agir tem de ultrapassar a regra da unanimidade e avançar em direcção à maioria qualificada.

Outros dos aspectos é a introdução do direito de iniciativa popular.

Uma das grandes críticas que tradicionalmente é dirigida à União Europeia é relativamente à questão que se prende com o défice democrática, o défice de democraticidade da União Europeia, da União europeia ser uma questão de técnicos dos comités, dos políticos, dos chefes de estado e de governo e não de cidadãos.

A Constituição Europeia propõe-se precisamente tornar a União Europeia mais uma comunidade de cidadãos, com uma maior transparência nomeadamente ao nível do processo de produção legislativa.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Dr. Fernando Menezes): Como vêm o Professor Carlos Amaral apresentou aqui sumariamente, mas de uma forma muito interessante, estes aspectos da Proposta de Constituição Europeia.

A propósito disto eu queria fazer dois ou três comentários muito rápidos.

Começámos por falar em direitos humanos. Direitos humanos, porventura, para vocês, que nasceram há pouco tempo, diz-vos pouco, mas direitos humanos é uma questão absolutamente fundamental. Eu, por exemplo, vivi numa época em que uma parte dos direitos humanos não era respeitada. É bom ir ao concreto e saber o que é isto dos direitos humanos para 450 milhões de habitantes da Europa.

Direitos humanos é dizer que todas as pessoas são iguais na Europa, é dizer que não há discriminação entre pretos, brancos, amarelos, etc. Na Europa todos são iguais.

Isto parece uma coisa muito fácil, já adquirida, mas não foi sempre assim.

Isto são aspectos absolutamente fundamentais de conquista da humanidade e é preciso ter isto em atenção.

Quando o Professor Carlos Amaral diz: “na nova Constituição está os direitos humanos”. O que ele está a dizer, no concreto, é que existe o respeito pela diversidade cultural, religiosa e linguística em que cada um pode falar a sua língua, cada um pode ter a sua cultura e a sua religião, que podem ser muçulmanos, protestantes ou católicos; é dizer que os homens e as mulheres são iguais. Isto para vocês é perfeitamente normal.

Quando eu acabei o meu curso de direito as mulheres não podiam ser juízas.

As mulheres casadas para fazerem certas coisas tinham que pedir autorização aos maridos.

Vocês vejam o alcance que isto tem: o direitos das crianças, direitos das pessoas idosas, - eu estou a ver o que está aqui na minha frente na tal Constituição da Europa, solidariedade, o direito das pessoas com deficiência, o direito ao trabalho, ao acesso ao emprego, a protecção na saúde, a defesa do consumidor, etc., etc.

Portanto, princípios e direitos que hoje nos parecem normais, mas que não eram e que hoje, se esta Constituição for para a frente, aliás, em relação aos direitos humanos isto já está assente, são direitos de todos os cidadãos da Europa. É por isso condição para que quem quer aderir à Europa, tem que respeitar tudo isto, porque senão não é admitido e talvez também seja por isso que nós próprios e a Espanha também tivemos que esperar algum

tempo até normalizarmos o nosso sistema democrático depois do 25 de Abril de 74.

Queria só referir-vos isto no que diz respeito aos direitos do homem.

Outro comentário que eu me permito fazer àquilo que foi dito é o seguinte: vocês sabem que cada país tem o seu governo, composto por diversos ministros, como o Ministro do Trabalho, o Ministro das Obras Públicas ... e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o homem que trata das relações com os outros países.

Os ministros de cada país não desaparecem, agora imaginem o que é haver um ministro dos Negócios Estrangeiros de 25 países da Europa a negociar qualquer coisa, por exemplo, com os Estados Unidos da América ou com a Rússia.

Isto são coisas que aparentemente nós falamos nelas de uma forma leve, mas isto é duma complexidade extrema, porque a Inglaterra, por exemplo, pode não concordar com aquilo que diz o tal Ministro dos Negócios Estrangeiros de todos os países da União.

Portanto, esta é também uma questão muito delicada e muito difícil, entre muitas outras como vamos ter oportunidade de falar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Doutor Carlos Amaral.

Doutor Carlos Amaral: É verdade, o que estamos a tratar são questões bem reais e que estão bem próximas de nós.

Não sou assim tão velho e conheço colegas que, por exemplo, foram proibidos nos seus países, a determinada altura, de falar a sua língua, que foram obrigados a mudar de nome. Imaginem o que é chegar aqui alguém a dizer. Você não se pode chamar António, José ou Joaquim, mas tem de passar a chamar-se outra coisa qualquer, tem de inglesar, afrancesar ou espanholar o seu nome, de não poder falar a sua língua, de não poder usar o seu nome.

Uma outra experiência concreta que não resisto a partilhar convosco prende-se com o seguinte: Imaginem, o que está em causa é a transformação de uma Europa constituída em 6, 9, 12, 15, 25 ou 28 Estados membros para fazer uma Europa una, capaz de falar a uma só voz, na qual cada um dos povos tem o seu direito igual dos demais. Já não é o estrangeiro, é o igual.

Quando Portugal assumiu a Presidência da União Europeia, imaginem ver um português, na altura era Ministro dos Negócios Estrangeiros o actual Presidente da Assembleia da República, Dr. Jaime Gama, a entrar pelo Kremlin para dialogar e negociar com o Presidente da Federação Russa, não em nome de Portugal, mas em nome do todo que é a União Europeia, isto com base, voltando ao programa, nos valores da União, aquilo que o Sr. Presidente estava a sublinhar à pedacinho.

A União não é uma comunidade apenas utilitária, a União tem um lastro, tem um alicerce e quem quiser fazer parte desta União tem de se reclamar deste lastro, tem de assentar sobre estes alicerces, que são os valores da paz, da dignidade, da igualdade, do Estado democrático e de direito, das liberdades fundamentais e por aí adiante, como aqui temos expresso.

Não me vou alongar, porque têm este texto convosco.

Presidente: Peço aos Srs. Convidados o favor de concluírem a sua intervenção o mais breve possível.

O Orador: muito bem, Sra. Presidente.

A Carta Europeia dos Direitos Fundamentais funciona, por isso mesmo, integrada no Projecto de Tratado Constitucional que vem, por um lado, transformar a União Europeia numa autêntica comunidade política, dotada de um elenco de direitos fundamentais, dotada de um *bill of right* em que são definidos os direitos dos cidadãos, os direitos de cidadania europeia, sem prejuízo dos documentos em matéria dos direitos humanos vigentes até agora na União Europeia, nomeadamente a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, a jurisdição do Tribunal de Estrasburgo em matéria de direitos do homem e adicionando alguns que são novos.

Fundamentalmente a Carta, como vos dizia à pouco, vem fixar um elenco de direitos de cidadania europeia. Cidadania é um conceito que está na moda hoje em dia. Cidadania exprime a condições de pertença a uma comunidade política e exprime também o elenco de direitos e de deveres decorrentes desta pertença a uma comunidade política.

Tradicionalmente cidadania era do Estado, cada um é cidadão do Estado. Com a União Europeia assistimos à consagração de um princípio de cidadania da União e isto plasma direitos e deveres,

como sejam o direito de liberdade de circulação, (hoje em dia atravessar a União Europeia é tão fácil como viajar aqui na ilha do Faial ou no continente português) direito de estabelecimento e de prestação de serviços, (hoje em dia, nós, cidadãos europeus, independentemente da nossa nacionalidade portuguesa, espanhola ou belga, temos o direitos de nos deslocarmos, o direito de exercermos uma actividade em qualquer um dos espaços que integram a comunidade). Cidadania europeia constitui, mais uma vez, uma etapa no tal processo de construção federal da Europa, construção federal de Estados, porque os Estados não são homogéneos e dentro dos próprios Estados verifica-se uma enorme heterogeneidade.

Cidadania europeia é também uma Europa de Regiões, isto, em particular, na medida em que a partir das décadas de 60 e 70 do século passado se tem vindo a assistir à criação, ao desenvolvimento de um fenómeno que é o de consagração de surgimento de um novo sujeito político dentro da Europa, para além dos Estados, que são as Regiões e dentro destas há umas que adquirem, para nós, um interesse muito particular, as Regiões Ultraperiféricas, aquelas que têm interesses específicos e que se encontram particularmente afastadas e devido a este afastamento e isolamento têm necessidades igualmente específicas ao comum das Regiões Ultraperiféricas.

Presidente: Tem a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Agradecia que fosse breve.

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Dr. Fernando Menezes): Eu vou ser muito rápido para cumprir o que a Sra. Presidente da mesa pediu, porque quando eu estou ali também gosto que cumpram aquilo que eu digo, embora estes Srs. Deputados não o façam, mas gostava de vos dizer o seguinte:

O Professor Carlos Amaral acabou por falar nas Regiões Ultraperiféricas e o tema deste nosso encontro é o Tratado da Europa e também as Regiões Ultraperiféricas.

Como ele disse, e bem, a Regiões são ultraperiféricas, porque estão para além da periferia, estão distantes e têm problemas muito concretos.

As Regiões Ultraperiféricas da Europa conseguiram um estatuto especial no tratado de Amsterdão e que agora está vertido também nesta Constituição em que reconhece que nós temos alguns problemas próprios e não podemos evitar, por exemplo no nosso caso, porque somos ilhas e não vamos deixar de o ser.

Para terem uma ideia, é impossível fazer uma auto-estrada de Lisboa para o Faial, mas é possível fazer uma auto estrada de Paris a Lisboa.

Portanto, há características das Regiões Ultraperiféricas de vária natureza que a Europa tem de respeitar e essa tem sido uma luta dos açorianos, dos habitantes das Canárias, da Madeira, etc. Essa tem sido uma luta permanente.

Eu próprio quando vou a reuniões internacionais, nunca me esqueço, nem há nenhum açoriano que se esqueça, seja Deputado, seja membro do Governo, de dizer: atenção, não estamos aqui, nós vivemos no meio do mar, nós temos problemas e queremos um tratamento especial, porque se a Europa diz que deve haver coesão social e coesão territorial, isto significa que nós temos o mesmo direito em atingir outros patamares de desenvolvimento, tal e qual como o cidadão de Paris ou de Lisboa. O habitante da Ilha do Corvo, do Faial, S. Miguel, Terceira ou Santa Maria, tem o mesmo direito do cidadão de Londres, de Paris, de Roma, etc.

Portanto, no âmbito desta política de coesão social e territorial, nós temos que bater o pé e é isso que sempre temos feito.

Felizmente há um artigo nesta Constituição que diz mais ou menos isto: “Tendo em conta a situação económica e social dos Açores, da Madeira, das Canárias, de Guadalupe, da Guiana francesa, da Martinica e da Reunião, (departamentos ultramarinos franceses), agravada pelo grande afastamento, pela insularidade, pela pequena superfície, pelo relevo, pelo clima e pela sua dependência económica em relação a um pequeno número de produtos, factores estes cuja persistência prejudicam o seu desenvolvimento, os regulamentos europeus e as decisões europeias devem estabelecer condições especiais para essas Regiões”.

Vocês já ouviram falar dos programas (às vezes ouvem na rádio) POSEI, POSEIMA e outros, tudo isso são programas que se aplicam a estas Regiões.

Também existe outro tipo de fundos, que já ouviram falar, comunitários, como o FEOGA, o FEDER, etc. que têm modelações, que têm tratamentos especiais em relação a estas Regiões Ultraperiféricas.

Portanto, somos Regiões da Europa, somos Regiões Ultraperiféricas e queremos e exigimos um tratamento especial, porque também nós vivemos situações especiais. É esta, fundamentalmente, a questão da ultraperiferia.

Finalmente não podia deixar de vos falar, ainda que sumariamente, na questão central do dia de ontem e do dia de hoje.

Esta Constituição da Europa está a ser aprovada pelos 25 países que compõem a União Europeia.

Domingo a França votou através de um referendo e a população francesa disse: “não, nós não queremos essa Constituição da Europa”.

Há países (vocês têm documentos convosco que eu mandei distribuir) onde são os parlamentos ou assembleias nacionais que decidem se aceitam ou não esta Constituição.

Há outros países (e vocês podem ver nesses vossos documentos) que entendem que isso deve ser ratificado pelo povo, deve ser sujeito a voto como se fossem eleições, através de um referendo.

Ora, no Domingo a população francesa disse que não; hoje a Holanda está a votar. Nós não sabemos o resultado, mas tudo indica que o resultado vai ser negativo.

Meus caros amigos, os jornais estão cheios de comentários à volta disso, uns num sentido, outros noutra.

Eu apenas vos posso dar a minha opinião pessoal e que é esta: o momento é de dificuldade e de alguma gravidade.

Como viram naquele slide, a França é um dos países fundadores, é um país central da União Europeia e quando a França diz que não à Constituição Europeia, por vários motivos que não vamos agora analisar, penso que é grave e para usar uma linguagem muito simples, isto está tudo um bocado encalhado.

Os propósitos são bons, são, porventura, interessantes, a organização da Europa tem muito que se lhe diga, mas a Europa só pode ser feita com os cidadãos da Europa e se eles não

disserem maciçamente que sim, eu acho, como disse, que isto está um bocado encalhado.

Portanto, essa é a atenção que nós vamos ter que ter durante os próximos tempos.

Portugal decidiu-se por um referendo, provavelmente em Outubro, que não sei de vai acontecer.

Na minha opinião, mas é uma opinião meramente pessoal, acho que o nosso país e os outros deviam reflectir muito bem sobre esta questão do referendo e os países que não vão fazer referendo, onde a ratificação é aprovada só pelos parlamentos, eu penso que estão muito preocupados, diria mesmo aflitos, porque os parlamentos podem estar a votar uma coisa que se fosse sujeita ao voto popular, talvez não tivesse grande aceitação.

Se não houver objecção do Sr. Professor Carlos Amaral, eu terminava por aqui.

Cumpri mais ou menos as instruções da mesa e, portanto, a partir de agora o debate será vosso.

Muito obrigado.

Presidente: Agradeço as palavras de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Professor Doutor Carlos Amaral.

Todos nós ficamos mais ricos com a vossa comunicação.

Excelentíssimos Senhores e Senhoras Deputadas, estão abertas as inscrições para questões que entendam colocar. Agradecia que se inscrevessem.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Délcio Fernandes.

Deputado Délcio Fernandes (Terceira): Excelentíssima Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Caros Colegas:

Gostaria de colocar uma questão a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Dr. Fernando Menezes.

O Tratado da Constituição Europeia consta de 448 artigos, dois anexos, 36 protocolos e 48 declarações. Porquê exagerado tamanho? A intenção é ninguém o ler?

Presidente: Tem a palavra Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (*Dr. Fernando Menezes*): Esta pergunta é realmente muito interessante.

A ideia naturalmente que não é essa, para ninguém o ler, agora ler aquilo tudo é uma maçada muito grande. Isso é verdade.

Tem quase 450 artigos protocolos anexos, etc., todos eles importantes.

Não é obrigatório ler tudo, mas, por exemplo, eu sou de uma religião muçulmana e não me dão emprego por eu ser muçulmano, então eu vou lá ver se isto pode ser. Vou ao índice e vejo lá direito de trabalho e vou ao artigo que diz: ninguém lá por ser muçulmano pode deixar de trabalhar.

Portanto, muitas vezes estes códigos, estas leis são mais para os especialistas, para os juristas, para os constitucionalistas, etc., mas é bom que o cidadão quando tiver dúvidas vá lá consultar ou, pelo menos, peça alguém que o faça.

O que é certo é que, de facto, é grande, mas tinha que ser, porque trata de muitos assuntos, alguns deles muitíssimo importantes e tinha que ter este tamanho.

Eu penso que os homens da Convenção terão tido a preocupação de fazer isto mais pequeno, mas não foi possível. Eu próprio participei uma vez numa reunião destas, a convite dos parlamentares portugueses, e cheguei à conclusão, por mais esforço que se fizesse, que não era possível fazer isto mais pequeno.

Agora, há coisas fundamentais e nós temos que ter uma ideia destas questões importantes da cidadania europeia, que falámos aqui sumariamente, e isso é que é importante reter.

Quanto ao ler, não se aflijam, porque ainda anteontem eu li uma sondagem que foi feita e há muitos deputados que não leram o Tratado e, portanto, não virá nenhum mal ao mundo de se acontecer.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Meneses.

Deputada Renata Meneses (*Terceira*): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Excelentíssima Senhora Presidente do Parlamento Jovem, Excelentíssimos Convidados e Caros Colegas Deputados, bom dia.

Chamo-me Renata Meneses e venho da Escola Secundária Vitorino Nemésio, Praia da Vitória.

É com grande prazer que estamos aqui a representar a nossa escola e a Ilha Terceira e queremos, desde já, agradecer a oportunidade que nos foi oferecida.

Exmo. Sr. Professor Doutor Carlos Amaral, de que modo é que a Constituição Europeia na sua Secção V - Educação, Juventude, Desporto e Formação Profissional pode ajudar a implementar o processo de Bolonha em Portugal, tendo em conta o actual estado do ensino superior no país?

Presidente: Obrigada pela sua questão, Sra. Deputada.

Dou a palavra ao Senhor Professor Doutor Carlos Amaral.

Professor Doutor Carlos Amaral: Muito obrigado.

A questão é deveras pertinente e absolutamente fundamental.

O processo de Bolonha, tem este nome por ter sido nesta cidade que foi desencadeado, propõe-se reformular o ensino superior em todo o espaço europeu, propõe-se criar precisamente um espaço europeu de ensino superior em substituição do espaços nacionais, de modo a que em vez de termos uma universidade portuguesa a formar os quadros para Portugal, uma universidade espanhola a formar os quadros para Espanha, belga, alemã, italiana e por aí adiante, tenhamos uma só universidade de dimensão do Continente em que a formação que é oferecida em cada uma das instituições situadas nos vários Estados Membros não é dizer que é a mesma, que é igual, mas é semelhante, é comparável, de modo a que os graus fornecidos por cada uma destas universidades possam ser compatíveis uns com os outros, por forma a que um engenheiro, um professor, um médico, um farmacêutico, etc. formado em Portugal possa exercer uma actividade profissional em qualquer lugar da União Europeia.

É neste contexto que Bolonha aponta para um ensino superior organizado em unidades de crédito, os famosos ICTSS (Sistema Europeu de Transferência de Créditos) em que os cursos se completam a partir da acumulação de unidades de crédito, acumulação de unidades de crédito esta que pode ser feita em mais do que uma universidade, em mais do que um país.

Neste contexto, nós na Universidade dos Açores recebemos alunos, com regularidade, de vários países e enviamos também

com regularidade alunos para outros países, reconhecendo automaticamente, quando regressam, acreditando os trabalhos que aí são desenvolvidos.

Numa palavra, eu diria que o processo de Bolonha propõe fazer para o ensino superior aquilo que o euro desempenha na economia, uma moeda única em termos do ensino superior, até mesmo por uma questão de cidadania e de garantia das liberdades e dos direitos fundamentais.

Presidente: Obrigado ao Sr. Professor Doutor Carlos Amaral.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Natacha Sousa, da EBI do Nordeste, S. Miguel.

Deputada Natacha Sousa (S. Miguel): Eu venho da Escola do Nordeste e a minha pergunta é dirigida ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Doutor Fernando Meneses.

Uma vez que o Tratado Constitucional tem um primado sobre a Constituição Portuguesa e sobre o Estatuto da Região, pode dar-nos alguns exemplos concretos sobre alterações provocadas no Estatuto da Região, se o Tratado Constitucional entrar em vigor? Obrigado.

Presidente: Obrigada pela sua questão.

Tem a palavra o Ilustre Convidado para responder.

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Dr. Fernando Meneses): É uma pergunta interessante e vou responder dando o exemplo duma coisa que me está a preocupar e que é o seguinte:

A nossa Constituição da República diz num artigo o seguinte: “Todos os assuntos que disserem respeito à Região Autónoma dos Açores, a Região tem que ser ouvida”.

É por isso que todas as semanas nós recebemos aqui coisas da Assembleia da República e do Governo para darmos parecer sobre, por exemplo, uma lei que diga respeito a navegação, ou seja, temos que emitir a opinião dos Açores em relação à navegação.

Nós reunimos a comissão respectiva, porque temos várias comissões, e nós dizemos: a nossa opinião que podem navegar e não há nenhum problema.

Dá-se o parecer, em assino e envia-se para a entidade que nos pediu o parecer.

Há uma que me está a preocupar que é esta Constituição Europeia não obriga a consultar os Parlamentos das Regiões Autónomas, como a nossa.

Diz apenas: vamos fazer uma lei na Europa e vamos consultar os parlamentos nacionais e estes se quiserem, mas só se quiserem, é que consultam as suas regiões.

Aqui está um problema que já existe, ou seja, - eu estou ainda a especular sobre isto - se amanhã for, por exemplo, refilar para a Assembleia da República e disser assim: Ó cavalheiros nós não fomos ouvidos nisso. Eles dizem-me: Não, porque a Constituição da Europa não diz que é obrigatório ouvir as regiões. Eu digo-lhes: Mas, a nossa Constituição diz que é. E eles respondem-me: Mas quem manda mais é a da Europa.

Portanto, é o tal primado da lei. Perceberam? Isto é um bocado especulativo, mas acho que deu para entender.

Presidente: Obrigado, Senhor Presidente da Assembleia.

Tem a palavra a Sra. Deputada Leticia Blanco, de S. Miguel.

Deputada Leticia Blanco (*S. Miguel*): Gostaria de colocar uma questão Sr. Doutor Carlos Amaral.

À imagem do que aconteceu com a Europa na II Guerra Mundial, que ficou à mercê do Estados Unidos da América e da então ex-União Soviética, não estaremos nós a correr o mesmo risco de ficarmos à mercê da União e sua Constituição ou caso esta não seja aceite não nos arriscamos a entrar numa crise política europeia?

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada Leticia Blanco.

Dou agora a palavra ao Sr. Professor Doutro Carlos Amaral.

Professor Doutor Carlos Amaral: Muito obrigado.

A questão não é fácil.

É verdade que, na sequência da II Guerra Mundial, como disse, a Europa ficou inteiramente à mercê de americanos e de russos, ficou à mercê de outros e era preciso reerguer-se.

Há pouco falávamos de questões concretas e a década a seguir à II Guerra Mundial, segunda metade da década de 40, inícios dos anos 50 do século XX havia fome na Europa. O nosso país foi dos que menos prejuízos conheceu, devido à II Guerra Mundial, em

face da política de neutralidade e até mesmo da sua condição de periferia, mas havia fome na Europa.

Eu conheço colegas meus alemães que me contam das atrocidades que eles viveram. Quando pensamos na Alemanha, pensamos num país rico, mas os professores universitários passaram fome. Portanto, era preciso reerguer a Europa, ela estava escravizada, estava à mercê de outros.

Esta nova Constituição a ser aprovada, não estará a Europa à mercê desta Constituição.

Eu diria que este processo, que vos falei, propõe-se criar a Europa.

A Europa até aos anos 50 do século passado existia fundamentalmente como conceito geográfico e não como conceito político.

A Europa não existia e era preciso criá-la e é disto que se trata.

Fala-me em crise. Obviamente que sim.

Sabe, a história por vezes repete-se e nós por vezes não aprendemos à primeira.

Eu temos que se venha a verificar uma crise algo semelhante àquela que a própria Europa já conheceu com a não ratificação, no início dos anos 50 do Século XX, mais uma vez pela França, do Tratado que propunha criar uma comunidade política na Europa, que foi chumbado daquela vez pela Assembleia Nacional Francesa, processo que, de certo modo, congelou temporariamente o processo de construção europeia. Temo que seja isto que se venha a verificar.

Este Tratado, com o não francês de Domingo, o previsível não holandês de hoje, mais do que ter enalhado, como dizia o Sr. Presidente, julgo que este tratado é um nado morto, nasceu morto.

O que está em causa neste não francês e não holandês é não só o texto, mas também o contexto, não só este Tratado, mas o que está à volta deste Tratado.

A questão das fronteiras da Europa, de vos falava há pouco, e o medo do que poderá representar um alargamento à Turquia, por exemplo.

A questão das liberdades fundamentais, das liberdades de circulação e do facto de, como dizia há tempos um colega, que vai

a Londres e não vê ingleses, vai a certos bairros de Lisboa parece que, em vez de estar na Europa, está em África.

A questão da China, dos têxteis e da liberalização do comércio.

São estas questões que não estão directamente relacionadas com o Tratado? Estão também, porque não fornecem o seu contexto e que são, por isso mesmo, muito mais difíceis de ultrapassar do que uma renegociação de um artigo ou de um conjunto de artigos concreto ou outros deste mesmo texto.

É assim que estou em crer que este não francês e o previsível não holandês irão ter repercussões terríveis ao nível deste processo de construção da Europa.

Vamos ver.

Presidente: Obrigado, Senhor Professor doutor Carlos Amaral.

As explicações estão a ser muito interessantes, mas agradecia que os ilustres convidados fossem o mais sucintos possível.

Tem a palavra a Sra. Deputada Joana Dias, de S. Miguel, para colocar a sua questão.

Deputada Joana Dias (S. Miguel): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Excelentíssima Senhora Presidente, Srs. Deputados, representantes dos partidos políticos, Excelentíssimos Convidados, Caros Colegas Deputados, Excelentíssimo Público.

Estando para breve a realização do referendo sobre a ratificação da Constituição Europeia, gostaríamos de saber a opinião do Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, doutor Fernando Menezes, sobre as vantagens para os Açores da sua aprovação?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputada.

Tem a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Dr. Fernando Menezes): Como vocês sabem o voto é secreto, mas não tenho problema nenhum em anunciar que vou votar favoravelmente, embora já tenha sido muito mais adepto e entusiasta desta Constituição da Europa. Estou cada vez mais preocupado, mas sou um indivíduo optimista e votar favoravelmente. Sou tão optimista que até sou do Benfica e estava

convencido que ia ganhar a Taça de Portugal. Isto é uma coisa mais séria, naturalmente.

Penso que é importante para o Açores votar favoravelmente o Tratado.

Nós temos beneficiado da Europa, vocês sentem isso. Para as nossas finanças públicas e para o desenvolvimento da nossa economia, nós recebemos fundos europeus que têm sido muito importantes para construir estradas, hospitais, centros de saúde, escolas, escolas profissionais, acções de formação, etc.

Portanto, penso que nós temos beneficiado bastante com a adesão de Portugal à Europa e creio que é de manter essa posição, apesar das dificuldades.

Também é um bom sinal, apesar de não ter sido ainda muito utilizado, que haja no tratado um artigo de diz respeito às Regiões ultraperiféricas e que inclui os Açores.

Eu prefiro estar dentro da Europa e bater-me no Conselho Europeu com os nossos representantes, no Parlamento Europeu com os nossos deputados, no comité das Regiões, enfim, em todos os órgãos.

Eu prefiro estar lá dentro a bater-me pelos nossos direitos e interesses do que votar não e estar de fora.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Doutor Fernando Menezes.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Diana Moniz para colocar a sua questão.

Deputada Ana Moniz (Pico): Eu gostaria de colocar uma questão ao Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Doutor Fernando Menezes.

Será que a nova Constituição Europeia, que veio mais tarde, não é que devia respeitar as Constituições que já existem em outros países e não ao contrário?

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Para responder à questão colocada, tem a palavra o Senhor Presidente da Assembleia legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, (Dr. Fernando Menezes): Não pode ser assim.

A Constituição Europeia procura, de alguma forma, respeitar os interesses de todos os países. Quem fez a Constituição da Europa teve esse cuidado.

Há aspectos que são comuns a todos os países e nós estamos a construir uma União Europeia.

A Constituição Europeia é uma lei geral que tem que dizer respeito a todos e, portanto, ela tem que ser inovadora nalguns aspectos e o que tem que haver é uma adaptação, aliás, está bem escrito também no Tratado, de todas as Constituições de todos os países à União Europeia.

É bom que se diga que ninguém é obrigado a pertencer à União Europeia. Isto é um processo de adesão e só adere quem quer, mas há regras que têm que ser cumpridas. É como todas as coisas, qualquer Associação também é assim, tem os seus estatutos, tem as suas regras. É como nesta Assembleia que também tem as suas regras para os deputados e quem quer ser deputado sujeita a elas.

Portanto, neste caso, quem quer ser cidadão da Europa, os países que querem pertencer à União Europeia têm que aceitar e adaptar-se às regras da União. Se não se quiserem adaptar, ficam fora.

O que é certo é que até agora o movimento tem sido de integração e existem mais países que estão fora, como a Turquia, Bulgária, etc., que querem também entrar.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Doutor Fernando Meneses.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Joana Teixeira para colocar uma questão.

Deputada Joana Teixeira (S. Miguel): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados, representantes dos partidos políticos, Excelentíssimos Convidados, Caros Colegas Deputados, Excelentíssimo Público:

Sendo os Açores uma pequena Região Ultraperiférica, gostaríamos de saber a opinião do Professor Doutor Carlos Amaral sobre a capacidade que, nos termos da futura Constituição, a nossa Região tem de influenciar as negociações e tomadas de decisão sobre os assuntos que directamente nos dizem respeito?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra ao Professor Doutor Carlos Amaral.

Professor Doutor Carlos Amaral: Em resposta à questão, muito rapidamente diria o seguinte:

A União Europeia é um projecto de Estados, no qual apenas os Estados ou os representantes dos Estados têm assento, desempenham um papel.

Às regiões, enquanto tal, não se lhes abre nenhuma possibilidade formal de participação directa e imediata no quadro institucional, propriamente dito, da União Europeia, precisamente porque a Europa é uma construção de Estados.

Porém, existem regiões na Europa que são também entidades políticas e quem ao longo da segunda metade do Século XX, em particular a partir da década de 70, têm procurado afirmar-se, ter um lugar, participar no processo de definição das políticas europeias.

É nesse contexto que assistimos a dois fenómenos paralelos:

Por um lado, a nível interno há a tentativas das regiões integrarem os momentos de tomada de decisão nacionais, de participarem nos órgãos em que a nível nacional onde, a nível dos seus respectivos Estados, é definida a política europeia desse mesmo país.

Por outro lado, a nível Europeu, é neste contexto que se tem vindo a assistir a um desenvolvimento de organismos de cooperação inter-regional, em que as regiões procuram associar-se umas às outras, uma vez que individualmente não são capazes de ter grande voz na Europa, para ver se, em união umas com as outras, se fazem ouvir.

A União Europeia não tem sido totalmente insensível a estas reivindicações e é neste contexto que em Maastricht se assiste à criação de um Comité das Regiões, que não é uma instituição, não é uma das instituições europeias, mas é um organismo que é convidado a participar, a pronunciar-se sobre a produção legislativa na Europa.

As regiões apresentaram uma série de propostas à Convenção Europeia que redigiu este Tratado, a maior parte das quais foram ignoradas.

O Comité das Regiões enferma de alguns problemas graves, mas constitui já um fórum em que as regiões e os Açores, enquanto parte do Comité das Regiões, nele podem fazer ouvir a sua voz.

Da mesma maneira que, a nível interno, na primeira das dimensões que falei, ao participarem na conferência interministerial que define a política europeia portuguesa, têm também uma porta, uma via de acesso ao processo de produção legislativa da União Europeia.

Começam a abrir-se vias para as regiões participarem e integrarem o processo de tomada de decisão na união Europeia. Ainda são reduzidas e ténues? É verdade, mas é já alguma coisa, é já a constatação de que a Europa não é apenas uma entidade de Estados, mas é também dos cidadãos concretos e das regiões.

Presidente: Muito obrigado Senhor Professor Doutor Carlos Amaral.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Luís Pimentel para colocar uma questão.

Deputado Luís Pimentel (Corvo): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Gostaria de colocar a seguinte questão ao Doutro Gui Menezes. Como se podem defender os nossos recursos marítimos no âmbito da União Europeia?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Senhor Professor Doutor Gui Menezes para responder a esta questão.

Professor Doutor Gui Menezes: Muito obrigado.

Antes de mais gostaria de agradecer o convite que me fizeram para estar aqui presente.

Estou positivamente surpreendido com esta sessão e gostaria de felicitar os organizadores destes plenários.

Isso é uma pergunta que eu tenho feito também a mim próprio.

Com o que está estabelecido nesta Constituição Europeia eu, infelizmente, não estou muito optimista.

A experiência que eu tenho tido e tenho acompanhado de uma forma próxima o que se tem passado em relação às políticas de pescas na Europa e o que tenho verificado é que existe um excesso de centralização das decisões na Comissão Europeia,

deixando muito pouco espaço para os órgãos nacionais gerirem os recursos que lhes pertencem.

Isto tem sido uma das questões que mais me tem preocupado e no caso concreto dos Açores, que tem uma especificidade bastante grande, essa situação preocupa-me ainda mais.

Se nós virmos o processo autonómico dos Açores até agora e o relacionamento que os Açores têm tido com o continente, por exemplo, em matéria de gestão dos recursos pesqueiros, tem sido de alguma forma inteligente de o gerir, isto é: a partir do momento em que os Açores conseguiram a autonomia, os recursos marinhos têm sido geridos de uma forma muito mais próxima e, se calhar, com muito maior sucesso do que tinha sido até então. Com a passagem da competência exclusiva para a Comissão, na gestão dos recursos marinhos, essa situação deixa de acontecer e a política de pescas europeia, neste momento, da forma como está feita e da forma como é organizada não me parece que seja muito positiva para os Açores.

Aliás, pergunta-se, por exemplo, por que é que então a Política Agrícola Comum também não está na Constituição Europeia?

Eu não sou jurista, mas penso que a política de pescas é uma política de direito primário, isto é, são políticas que se podem alterar com mais frequência, enquanto que uma constituição não se altera dessa forma.

Por que é que não estariam consagrados na Constituição Europeia, por exemplo, os princípios da sustentabilidade dos recursos? Esses grandes princípios poderiam estar lá, mas a competência de seguir esses princípios seria de uma forma dada a cada um dos Estados ou das Regiões. Eu penso que isso era muito mais positivo.

Hoje em dia, em termos científicos, a gestão pesqueira está mais ou menos comprovado que é mais eficaz quanto mais próxima está das populações que a usam.

Ora, eu penso que com esta Constituição Europeia está-se a caminhar num sentido inverso, está-se a caminhar num sentido da menor transparência, do maior distanciamento da decisão em relação às populações e penso que isso não é positivo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Professor Doutor Gui Menezes.

Para colocar uma questão tem a palavra a Sra. Deputada Lisandra Meneses.

Deputada Lisandra Meneses (*Terceira*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria de dirigir uma pergunta ao Doutor Gui Menezes.

Como aceitaram os representantes portugueses a Convenção da proposta de transferência das competências exclusivas da jurisdição sobre os recursos oceânicos da Zona Económica Exclusiva nacional para a união europeia, quando o Governo Português diz inserir-se num movimento que, no âmbito das Nações Unidas, preconiza o alargamento da jurisdição e dos direitos das 200 para as 250 milhas?

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Para responder a esta questão, dou a palavra ao Senhor Professor Doutor Gui Menezes.

Professor Doutor Gui Menezes: Antes de mais, gostaria de esclarecer que a Política Comum de Pescas é uma política que já existe há bastante tempo.

Quando Portugal aderiu à União Europeia a Política Comum de Pescas já existia e nós tivemos que aderir a ela.

Eu tenho também que dizer aqui que dentro da Política Comum de Pescas, os Açores têm beneficiado com ela em alguns aspectos, nomeadamente em fundos de apoios às frotas, na construção de portos que dão melhores condições às embarcações de pescas, etc. Nem tudo tem sido mau.

Agora, no aspecto da gestão dos recursos, aí é que eu tenho mais dúvidas da eficácia da política de pescas.

A política de pescas está pensada para a realidade do Mar do Norte, que é um mar muito mais produtivo. As nossas águas são menos produtivas. Nós nos Açores pescamos 0.0001% do que se pesca em toda a União Europeia e, portanto, representamos muito pouco.

Não sei se os representantes portugueses estavam atentos a esta questão ou não. Eu não conheci o processo.

Eu penso que este processo da Constituição Europeia começou um pouco torto, porque julgo, e é a minha opinião pessoal, que ele devia ter passado pelo Parlamento Europeu. Eventualmente poderia ter sido cozinhado por uma comissão, mas depois ter sido,

pelo menos, aprovado nalguma fase do seu processo e ter passado pelo Parlamento Europeu, porque é aí que estão os representantes do povo. Se isso tivesse sido feito poderia ter dado um sinal importante aos povos europeus.

Quanto ao alargamento das Zonas Económicas Exclusivas, no caso português eu sou muito crítico em relação a isso, porque o que observo é que o estado Português não tem investido suficientemente na investigação do que já tem e deveria fazê-lo antes de se querer aventurar para aumentar a sua Zona Económica Exclusiva.

Eu penso que, e olhando os fundos marinhos portugueses, Portugal não vai ganhar grande coisa com isso e era mais bem positivo que esses recursos financeiros fossem utilizados para se conhecer melhor o que nós temos agora e que ainda conhecemos mal.

Nós estamos envolvidos na Política Comum de Pescas e já sabíamos que outras frotas poderiam vir pescar nas nossas águas. Agora, dentro da política de pescas também há princípios, não só o princípio de que todos podem pescar em todo o lado. Podem pescar em todo o lado, desde que os recursos desse outro lado aguentem.

Portanto, também é preciso ver que estes dois princípios também estão na Política Comum de Pescas e tem sido difícil fazer ver à Comissão que isso é necessário ser feito.

Presidente: Muito obrigado Sr. Professor Doutor Gui Menezes.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Nicole Borges para colocar a sua questão.

Deputada Nicole Borges (S. Miguel): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Excelentíssima Senhora Presidente, Excelentíssimos Senhores Deputados, representantes dos partidos políticos, Excelentíssimos Convidados, Caros Colegas Deputados, Excelentíssimo Público:

Aproveitando a presença no hemiciclo do Professor Doutor Ricardo Serrão, gostaríamos de lhe perguntar se as medidas tomadas pelos serviços que V. Exa. dirige têm sido suficientes

para minimizar o impacto dos resíduos perigosos na poluição das nossas ilhas?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Dou a palavra ao Senhor Professor Doutor Ricardo Serrão para responder à questão colocada.

Professor Doutor Ricardo Serrão: Queria felicitar a Assembleia Regional e todas as Escolas pela organização deste Parlamento Jovem, iniciativa de cidadania extremamente louvável, e agradecer a oportunidade de estar aqui também presente a assistir e a participar.

Eu temo não poder responder a essa questão simplesmente pela seguinte razão:

O departamento que eu dirijo é um departamento universitário de investigação científica e não tem nenhum poder executivo e, portanto, nós não participamos em legislação nem em implementação de medidas, ou seja, não participamos em regulamentações sobre as questões de resíduos sólidos perigosos ou afins. É uma competência do Governo Regional e não dos departamentos a que estou ligado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Professor Doutor Ricardo Serrão.

Dou agora a palavra ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, (Dr. Fernando Menezes): Eu vou fazer uma coisa - não sei se vocês sabem - que acontece nos plenários que é uma interpelação à mesa.

Eu queria interpelar a mesa para dizer que se essa pergunta for dirigida ao Senhor que está ao lado do Doutor Ricardo Serrão Santos, Professor Hélder Silva, que foi Secretário Regional do Ambiente durante muitos anos, ele estará em condições e com autoridade para falar sobre esse assunto.

Presidente: Sigo a recomendação do Senhor Presidente e passo a palavra ao Sr. Professor Doutor Helder Silva.

Professor Doutor Helder Silva: Muito obrigada, Sra. Presidente. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados:

Eu quero agradecer o convite que me foi dirigido para aqui estar e participar neste debate e dizer que o faço com imenso prazer.

A questão que foi posta é uma questão pertinente, tem fronteiras, porventura, mal esbatidas.

A este nível da deposição de resíduos, há três planos legislativos, há um plano comunitários, há directivas comunitárias, há regras de todo o espaço europeu que se impõem. Aqui abria um parêntesis para dizer que ao nível ambiental talvez seja aquele onde tem surgido, com maior volume, um conjunto de regras novas. Todos os dias, todas as semanas surge legislação nova, com aplicação em todos os Estados da União Europeia.

Ao nível destes princípios da poluição também existe um nível nacional, por exemplo, naquilo que tem a ver com a deposição de resíduos no mar. Já que se falou aqui no mar, há também atribuições e responsabilidades muito dirigidas para o Estado e depois existe um nível de competências próprio da Região Autónoma dos Açores.

Quero dizer-lhes que esta questão da deposição de resíduos perigosos, felizmente, assume contornos, porventura, menos preocupantes na nossa Região do que aqueles que assume noutros espaços nacionais e até internacionais. Nós não somos das regiões que produzem maior volume de resíduos com natureza perigosa.

Produzimos muitos resíduos e temos tido uma grande dificuldade em gerir correctamente a deposição desses resíduos, mas nos últimos anos adoptámos uma estratégia ao nível de grande parte dos resíduos que foram produzidos na Região, que foi incentivar a sua exportação.

Aliás, a União Europeia - e isto também é um aspecto interessante, porque tem a ver com os princípios da própria União Europeia - diz que se deve privilegiar a transformação desses resíduos e a sua reciclagem nos próprios espaços onde eles são produzidos.

A questão que nós agora devemos pôr é: É fácil e é razoável resolver esta matéria, de acordo com este princípio, num espaço como a nossa Região? Não é. Não é fácil nós termos em cada ilha, ou eventualmente numa ilha, centros que permitam a reciclagem e a reutilização de grande parte dos resíduos que produzimos.

Portanto, a solução que do meu ponto de vista é a melhor, pelo menos até que se consiga progressivamente fazer alguma reciclagem e reutilização desses resíduos, é escoá-los para espaços onde esta matéria está resolvida, onde a reciclagem é feita e onde é feita também alguma reutilização. Isto é verdade para aqueles resíduos mais comuns, mais banais, mas é igualmente verdade também para alguns resíduos de natureza perigosa.

Por exemplo, sobretudo durante os últimos dois anos, foi exportado um volume muito grande de pilhas e de baterias que contêm uma natureza perigosa.

Eu defendo este princípio que implementamos durante os últimos anos e penso que deve continuar a ser a linha condutora da nossa acção em matéria de resíduos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Professor Doutor Hélder Silva.

Para colocar a questão, tem agora a palavra a Sra. Deputada Helena Barros.

Deputada Helena Barros (*Santa Maria*): Excelentíssima Presidente, Caros Colegas Deputados, Excelentíssimos Convidados:

Gostaria de perguntar a Sua Excelência Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o seguinte, voltando novamente ao tema da Constituição Europeia:

Tendo em conta que a França disse “não” à Constituição Europeia no fim-de-semana passada e, pelo que as sondagens indicam, a Holanda ditará o mesmo. Qual pensa ser a votação?

Na sua opinião será que a população portuguesa está devidamente informada acerca dos princípios da Constituição ou está mais informada sobre a Liga dos Campeões que abre os telejornais ou uma ida à praia num dia de sol?

Obrigada, pela palavra.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (*Dr. Fernando Menezes*): Eu penso que a população portuguesa está mais informada sobre a Liga dos Campeões.

Penso que a população portuguesa está mais informada sobre quem é que sai da Quinta das Celebidades no próximo fim de semana.

Penso que a população portuguesa está mais informada sobre se o jogador Simão, do Benfica, ou outro qualquer, tem uma dor num pé. Não tenho quaisquer dúvidas sobre isso

Creio que, para as pessoas se pronunciarem sobre alguma coisa, é preciso conhecerem-na e, portanto, uma situação óptima para as pessoas se pronunciarem sobre um tratado ou uma lei desta natureza, deviam, naturalmente, estar muito bem informadas. Penso que não estão e é necessário fazer um esforço para isso.

O que nós estamos a fazer hoje aqui é um esforço nesse sentido.

Há muitas instituições a fazê-lo, desde instituições políticas a outro tipo de associações. Através da Internet também é possível aceder a mais informação.

Portanto, é preciso fazer um esforço para, em caso de haver referendo, que as pessoas votem com o máximo de esclarecimento e com alguma lucidez, embora também saiba, porque não sou ingénuo, que até em eleições onde as pessoas votam e também não estarão muito esclarecidas sobre os programas e as propostas dos partidos.

Não temos que caminhar nesse esforço, porque é um esforço de cidadania. Nós temos de compreender, e é bom começar de pequenos, que vivemos em sociedade, que somos cidadãos duma sociedade, que somos cidadãos duma sociedade democrática que exige de nós participação e interesse pelas coisas.

Há muitas formas de ser cidadão. Pode-se ser cidadão tocando música numa filarmónica, pode-se ser cidadão dirigindo um clube desportivo, pode-se ser cidadão sendo político, mas o que é importante é participar na sociedade, participar nas nossas comunidades, desde a nossa rua, até à nossa freguesia, depois à nossa cidade, à nossa Região, ao nosso País e por aí fora.

É fundamental cultivar a cidadania. Temos feito algum esforço nesse sentido e hoje é um exemplo disso.

Mas, eu acho que os portugueses sabem melhor quem é que vai sair da Quinta das Celebidades no próximo fim de semana, ou do Big Brother que não se ainda existe.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia.

Dou agora a palavra, para colocar uma questão, à Sra. Deputada Clara Cunha.

Deputada Clara Cunha (*Graciosa*): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Convidados:

Gostaria de fazer uma pergunta ao Professor Doutor Carlos Amaral.

Tratando-se da França de um dos países fundadores da União Europeia, na sua opinião, de que modo os resultados obtidos no referendo realizado naquele país influenciarão o futuro da Constituição Europeia?

Presidente: muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Senhor Professor Doutor Carlos Amaral para responder à questão colocada.

Professor Doutor Carlos Amaral: Muito obrigada, Sra. Presidente.

Esta é, de facto, uma das questões mais simples e de resposta mais breve.

Os resultados em França vão ter uma repercussão enorme todo o processo de ratificação do Tratado.

O resultado em França, na minha perspectiva, implica que este Tratado, repetindo uma expressão que utilizei há pouco, é um “nado morto”, na medida em que ele nasceu morto.

Todos os outros Estados o podem referendar, mas o “não” francês implica que este Tratado não entre em vigor, porque para isso tem de contar com a ratificação de todos os Estados.

Para além do mais, convém ter presente que a França não é um Estado Membro qualquer, a França é um dos pilares da União Europeia. Foi da França que surgiu o processo de integração, pelas mãos do então ministro francês Robert Schuman e Jean Monnet, os dois grandes construtores do processo de integração europeia e estou convencido que o “não” francês não irá deixar de ter repercussões quase que, eu diria, num efeito de dominó nos vários referendos que ainda irão ter lugar, começando já pelo referendo de hoje na Holanda.

Eu diria que o “não” francês representa um outro aspecto de informação também no outro sentido, - e há pouco falávamos de informação da população sobre a Constituição - informação dos

políticos relativamente ao sentir e ao querer das populações, porque se há falta de informação da populações relativamente às questões europeias, aquilo a que se assiste é, em particular, no âmbito europeu, a um alheamento das estruturas de poder, um alheamento de Bruxelas, face àquela que é a realidade social, àquilo que as pessoas concretamente pensam, anseiam e desejam.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Professor Doutor Carlos Amaral. Dou agora a palavra, para colocar uma questão, ao Deputado Tiago Ornelas.

Deputado Tiago Ornelas (Terceira): Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O que poderá advir da não obediência por parte de um determinado país do que está regulamentado no tratado da Constituição Europeia, ou seja, a desobediência constitucional terá que consequências?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (Dr. Fernando Meneses): Como vocês sabem as leis, naturalmente, têm sanções.

O que ele está a perguntar é o que se pergunta quando se viola uma lei.

Por exemplo, nós temos uma lei de trânsito que diz que se deve conduzir pela direita, mas se eu conduzir pela esquerda o que é que acontece? Apanho uma multa, sou julgado, tiram-me a carta, etc. No caso da Europa não é bem assim.

Se houver um Estado que viole alguma disposição constitucional não vai preso, mas tem sanções, sobretudo de natureza económica e política.

Vamos imaginar uma situação, que não é assim tão estranha como isso, em que nós temos a obrigação de cumprir um determinado défice do orçamento e não o cumprimos, violamos essa regra, que foi aceite por todos, e podemos ter sanções e, por exemplo, uma das sanções é dizer: vocês tinham a receber de fundos comunitários para a agricultura tantos milhões de euros e nós cortamos e só vão receber isto. Portanto, as sanções são mais ou

menos de natureza económica e política. A ideia é mais ou menos esta.

Ninguém vai preso, não existe uma cadeia, mas é este tipo de sanções que são, por vezes, muitíssimo piores do que outras, porque ficamos sem fundos, que terá como consequência o corte de projectos.

Portanto, são este tipo de sanções que existem para quem não cumpre as regras da União Europeia.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Cláudio Nunes para colocar a sua questão.

Deputado Cláudio Nunes (Corvo): Muito obrigada, Sra. Presidente:

Gostaria de colocar a seguinte questão ao Sr. Professor Doutor Helder Silva.

De que forma é que nos pode ajudar a resolver os nossos problemas na área do ambiente?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Professor Doutor Hélder Silva.

Professor Doutor Helder Silva: Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em já tentei dar uma ajuda para resolver os problemas do ambiente durante quatro anos.

Como vocês sabem eu fui Secretário Regional até seis meses atrás e procurei, nessa perspectiva, dar o meu contributo com as responsabilidades que assumi durante esse período.

Obviamente que a minha colaboração não se esgotou aí, antes dei na universidade e continuo a fazê-lo neste momento, mas penso que é uma matéria muito pertinente.

A questão do ambiente, numa região como a nossa, é uma questão fundamental.

Os impactos que de correm duma má gestão ambiental são muito grandes, porque nós temos um espaço físico muito reduzido, muito delimitado.

Por outro lado, queremos preservar a qualidade de vida que temos conseguido manter ao longo de séculos, graças também a essa qualidade ambiental, porque também muito do nosso desenvolvimento também se sustenta no ambiente.

Por exemplo, o turismo, que é uma nova área económica que surgiu com particular pujança nos últimos anos, sustenta-se e tem que se sustentar no ambiente.

Os turistas não vêm para cá para terem a mesma coisa que teriam no Algarve, que têm no Sul de França ou que têm noutros pontos de turismo mais maciço como, por exemplo, as Canárias, etc. Querem turismo diferente e sustentado nesta dimensão ambiente e, portanto, é fundamental que nós saibamos resolver os problemas ambientais que temos na Região.

Infelizmente, se é verdade que nós temos menos problemas para resolver, também não deixa de ser verdade que levámos mais tempo a começar a resolver alguns dos problemas que temos.

Por exemplo, ao nível dos resíduos, falámos à pouco nessa matéria, há ainda uma gestão deficiente em muitos pontos da nossa Região, ao nível da gestão dos resíduos e é fundamental que essas questões se resolvam, mas isso tem complexidades, porque envolve diversas entidades.

Por exemplo ao nível dos resíduos, há responsabilidades municipais, há também responsabilidades do Governo que nos últimos anos concentrou-se e ainda está a tentar desenvolver estratégias globais para a gestão dos resíduos, os chamados planos de resíduos urbanos e planos de resíduos perigosos, como falámos há bocado e essas estratégias são fundamentais para que as diversas entidades, empresas, municípios e governo saibam que destino é que têm que dar a todos esses resíduos.

Obviamente que os problemas ambientais não se esgotam aqui.

A questão das áreas protegidas, da reservas naturais, a Rede Natura 2000 que tem vindo a ser implementada com algum sucesso na Região.

Existe também uma participação muito forte na área marinha por parte do Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, estratégia muito importante nesta dimensão e nesta vertente, porque nós temos que preservar bem um conjunto de áreas na Região para podermos também melhor viver e, de alguma forma, oferecer um melhor “produto turístico” a quem nos visita.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Professor Doutor Hélder Silva.

Finalmente, dou a palavra à Sra. Deputada Carolina Meneses para colocar uma questão.

Deputada Carolina Meneses (*Terceira*): Excelentíssima Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Caros colegas:

Gostaria de dirigir a minha pergunta ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Dr. Fernando Menezes.

Portugal ganhou o mundo com a entrada na União Europeia. Será que agora o nosso País e os Açores serão relegados para uma periferia sem futuro?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (*Dr. Fernando Menezes*): Penso que nós não seremos relegados para um plano secundário, porque há princípios de igualdade entre os diversos países.

Portugal ganhou efectivamente com a adesão. Acho que foi importante nós termos feito essa adesão. Fazemos parte de um conjunto de países desenvolvidos onde os direitos humanos são assegurados.

Temos ainda muito que caminhar, é verdade, mas temos ganho com isso e eu acho que devemos continuar a integrar a União Europeia, contribuindo nós próprios para que essa União avance.

Nós às vezes temos um pouco - e deixem-me dizer isto, porque é a última vez que intervenho - um complexo de inferioridade que nos vem não sei de que ponto da história, talvez por alturas do D. Sebastião, mas o que é certo é que nós temos uma propensão para não valorizarmos o que temos.

Portugal tem uma história riquíssima. Portugal tem figuras da política, na cultura, importantíssimas na Europa.

Portugal tem dado o seu contributo na Europa.

O Presidente da Comissão Europeia hoje é um português.

O Presidente de uma outra organização da Nações Unidas de ajudas aos refugiados, é também um português.

Já tivemos portugueses nos mais altos cargos deste mundo e, portanto, nós temos é que valorizar aquilo que temos, a nossa auto estima, sabermos defender os nossos interesses sem tibiezas e com determinação.

Nós não vamos ser passados para terceiro lugar, porque não vamos deixar e porque penso que este processo terá de ser um processo para todos, uns países mais ricos, outros mais pobres, mas tem de se conseguir uma forte solidariedade entre todos e compete a vocês, cidadãos mais jovens, compete-nos a nós, cidadãos que hoje temos mais responsabilidades, prosseguir neste caminho sem desfalecimentos.

Vamos à luta, porque a luta e os desafios estão aí e nós somos um grande país virado para o mar.

Os Açores estão no meio de mar, fazendo a ponte entre a Europa e a América e temos que valorizar o que temos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Caros Convidados.

A hora já vai adiantada e, segundo o Regimento desta Assembleia, vamos interromper os nossos trabalhos para o almoço.

Retomaremos os nossos trabalhos às 15,00 horas e agradeceia às Sras. e Srs. Deputados que fossem pontuais.

Queria agradecer também a colaboração dos ilustres convidados, do públicos e a colaboração que todos Srs. Deputados deram ao funcionamento desta primeira parte da Sessão.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Bom almoço.

(Aplausos da Câmara)

(Eram 12 horas e 50 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente da Assembleia, Caros Convidados:

Vamos retomar os nossos trabalhos com o Período de Informação Parlamentar.

Deram entrada na Mesa 6 votos de Congratulação, 1 Voto de Louvor e 1 Voto de Pesar.

Dou a palavra à Sra. Deputada Beatriz Melo, representante da Escola Secundária do Nordeste, para a apresentação de um Voto de Congratulação. Por favor dirija-se à tribuna.

Deputada Beatriz Melo (*S. Miguel*): Obrigada, Sra. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exma. Sra. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, representantes dos Grupos Parlamentares, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

“Voto de Congratulação

As deputadas da EBI/S de Nordeste propõem a aprovação de um voto de congratulação ao Governo Regional dos Açores e à Câmara Municipal de Nordeste pelo facto das tão esperadas obras de reparação da Escola Básica Integrada com Secundário de Nordeste estarem concluídas.

Os alunos e pessoal docente e não docente agradecem, por assim poderem desfrutar do ensino a que têm direito e usufruir de melhores condições de trabalho.

Contudo, apesar de todos os esforços do Conselho Executivo da nossa escola, é de lamentar o facto das salas de informática não estarem a funcionar, impossibilitando as aulas práticas das TIC's e impedindo que os alunos acedam à Internet e realizem os seus trabalhos. Somos, quem sabe, a única escola da Região que para além de distante fisicamente o está, também, virtualmente. Pedimos, por isso, que a questão orçamental que origina este facto seja, rapidamente, resolvida.

Muito obrigada pela atenção dispensada.”

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Estão abertas as inscrições para a discussão deste voto. Agradecia que se inscrevessem junto das Sras. Secretárias da Mesa.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de permanecer sentados.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Dou a palavra à Sra. Deputada Inês Teixeira, representante da Escola Secundária da Lagoa, para a apresentação de um Voto de Congratulação.

Deputada Inês Teixeira (S. Miguel): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exma. Sra. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, representantes dos Grupos Parlamentares, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

“Voto de Congratulação

Em nome da Escola Secundária de Lago, queremos propor um voto de congratulação pela realização do VII Plenário Jovem e a oportunidade que nos foi concedida tanto a nós como aos nossos colegas, de conhecer a Assembleia Legislativa Regional dos Açores e de expressar as nossas ideias e opiniões sobre o tema em debate.”

Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições para alguém que se queria pronunciar sobre este voto.

(Pausa)

Não há inscrições, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de permanecer sentados.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Dou agora a Sra. Deputada Joana Teixeira, da Escola Secundária da Lagoa, para a apresentação de um voto de Congratulação. Faça o favor de se dirigir à tribuna.

Deputada Joana Teixeira (S. Miguel): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exma. Sra. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, representantes dos Grupos Parlamentares, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

“Voto de Congratulação

Tendo em consideração que várias escolas da Região Autónoma dos Açores aderiram ao projecto Eco - Escolas;

Tendo em consideração o impacto que esse projecto teve na sensibilização da comunidade escolar e na sociedade em geral, em relação às questões ambientais;

Tendo em consideração que o exemplo destas medidas pode contribuir de forma decisiva para a preservação do frágil equilíbrio ambiental das nossas ilhas;

Propomos um voto de congratulação pela criação e existência deste projecto, bem como às várias escolas aderentes, entre as quais se encontra a Escola Secundária de Lagoa.”

Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Estão abertas as inscrições para o debate deste voto.

(Pausa)

Não havendo inscrições, passamos de imediato à votação.

Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de permanecer sentados.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Arruda, representante da EBI das Capelas, para a apresentação de um Voto de Congratulação.

Deputada Andreia Arruda (S. Miguel): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exma. Sra. Presidente, Exmos. Srs. Deputados, Ilustríssimos Convidados, Senhoras e Senhores:

“Voto de Congratulação

A Escola EB 2,3 de Capelas quer manifestar a grande alegria com que recebeu a notícia, veiculada pela comunicação social, de que a Selecção Portuguesa de Futebol irá realizar, no próximo mês de Agosto, um jogo frente à Selecção do Egipto, na ilha de S. Miguel. É, sem dúvida, uma oportunidade para muitos açorianos poderem contemplar a sua equipa e a excelência do futebol português.

Bem-haja quem o pensou e decidiu.

Muito obrigado.”

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições para o debate deste voto.

(Pausa)

Não havendo inscrições, passamos de imediato à votação.

Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de permanecer sentados.

Secretária: O voto de Congratulação foi aprovado por

unanimidade.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Délcio Fernandes, representante da EBI dos Biscoitos, para a apresentação de um Voto de Pesar. Tem a tribuna à sua disposição.

Deputado Délcio Fernandes (Terceira): Exma. Sra. Presidente da Mesa, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

“Voto de Pesar

Em nome dos deputados da Escola Básica Integrada dos Biscoitos, venho propor a aprovação de um Voto de Pesar pela perda trágica de um aluno da nossa escola.

António Gabriel Silva Linhares, de 15 anos de idade, era aluno da EBI dos Biscoitos, frequentando o Curso de Profij de nível 2, em Electricidade de Instalações. Como tantos outros jovens da turma, pretendia aprender uma profissão, mas não a de electricista, pois o seu sonho era ser mecânico e este curso permitia-lhe ter acesso ao 9º ano e assim integrar um curso de mecânica, de nível 3.

O Tony, como era conhecido entre nós, era um jovem divertido, alegre, sincero. Assumia os seus erros e reparava as travessuras próprias da idade, ganhando o respeito e admiração de todos.

Naquela noite de 12 de Março, não foi possível reparar o erro - o Tony sofreu um acidente de moto que lhe custou a vida. Como muitos outros jovens no nosso país, foi mais uma vítima dos comportamentos de risco que nós, jovens, por vezes, assumimos, irresponsavelmente.

Pela sua idade, parece ainda mais injusta e sem sentido, uma perda assim.

Toda a comunidade escolar sentiu esta tragédia e, em nome dela, queremos exprimir o nosso profundo pesar.”

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Estão abertas as inscrições para o debate deste voto.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos votar.
Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de permanecer sentados.

Secretária: O voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Dou agora a palavra à Sra. Deputada Patrícia Melo, representante da EB 2,3/S Cardeal Costa Nunes, para a apresentação de um Voto de Louvor.

Deputada Patrícia Melo (Pico): Exma. Sra. Presidente da VII Assembleia Parlamento Jovem, Exmos. Membros da Mesa, Exmos. Deputados Regionais, Caros Colegas Deputados das Ilhas dos Açores, Exmo. Público:

“Voto de Louvor

Propomos um Voto de Louvor à Assembleia Legislativa Regional dos Açores pela realização do VII Parlamento Jovem e, em especial, por ter sido, simbolicamente, convocado para o Dia Internacional da Criança.

Por vezes pensamos que só é necessário defender os direitos das crianças de países longínquos. Algumas notícias recentes da comunicação social lembram-nos que também nos Açores e no nosso concelho as crianças merecem e necessitam de toda a protecção e carinho.”

Obrigado pela vossa atenção.

Tenho dito.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.
Estão abertas as inscrições para o debate deste voto.

(Pausa)

Não há inscrições, vamos votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de permanecer sentados.

Secretária: O Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Para a apresentação de um Voto de Congratulação, dou a palavra ao Sr. Deputado João Reis, representante da EBI do Topo.

Deputado João Reis (S. Jorge): Exma. Sra. Presidente, Ilustres Convidados, Jovens Deputados e Caros Colegas:

“Voto de Congratulação

Quero agradecer a oportunidade que nos foi dada de representar a ilha de São Jorge neste evento intitulado “Plenário Jovem”, que reuniu muitos jovens estudantes de todo arquipélago.

Fomos recebidos de braços abertos, nesta linda ilha do Faial, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores. Tivemos a oportunidade de contemplar a forma como todas as ilhas, pequenas e grandes, subiram o mesmo degrau e falaram aberta e igualmente, sobre as temáticas propostas.

Este evento permitiu, a todos os jovens aqui presentes, o facto de que a vida política de deputado não é fácil, pois requer muita responsabilidade, de forma a superar os problemas que afectam a nossa região autónoma.

E por tudo isso temos uma palavra a dizer.”

Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Estão abertas as inscrições para o debate deste voto.

(Pausa)

Não há inscrições, vamos votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de permanecerem sentados.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem agora a palavra a Sra. Deputada Isabel Costa, representante da EBI/S de Santa Maria, para a apresentação de um Voto de Congratulação.

Deputada Isabel Costa (Santa Maria): Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados e Exmo. Público:

“Voto de Congratulação

Em nome do Grupo Parlamentar de Santa Maria gostaria de pedir um aplauso à organização da VII Sessão do Plenário Jovem e aos Professores que se disponibilizaram para nos acompanhar, assim como a oportunidade que nos foi concedida para representar a nossa ilha.

Gostaríamos de nos congratular com os actos e as acções que o Papa João Paulo II prestou ao mundo enquanto vivo, entre elas a aproximação das diversas religiões, o diálogo constante com os jovens e a solidariedade com os mais desfavorecidos.”

Obrigada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Está abertas as inscrições para o debate sobre este voto.

(Pausa)

Não há inscrições, vamos votar.

Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de

permanecerem sentados.

Secretária: O Voto de Congratulação foi aprovado por unanimidade.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, todos os votos apresentados foram aprovados por unanimidade.

A Assembleia está de parabéns.

(Aplausos da Câmara)

A mesa recebeu três Moções e vamos passar à apresentação das mesmas.

Dou a palavra ao Sr. Deputado João Miguel Oliveira, representante da EBI de Capelas, para a apresentação da Moção.

Deputado João Miguel oliveira (*S. Miguel*): Exma. Sra.

Presidente, Sras e Srs. Deputados, Ilustríssimos Convidados, Senhoras e Senhores:

“Moção

Numa época em que tanto se fala na integração das pessoas portadoras de deficiência, foi com muita estranheza que verificámos a quantidade de obstáculos/barreiras arquitectónicas que existem no acesso a este edifício e dentro desta sala. De facto, um cidadão que utilize cadeira de rodas jamais poderá ter o prazer de assistir/participar como nós numa sessão de Plenário. Sendo assim, torna-se evidente que, por um lado, devem ser construídas rampas de acesso ao interior do edifício e/ou criado um sistema de elevadores e, por outro, as casas de banho devem ser dotadas de espaço suficientemente amplo para que o cidadão portador deste tipo de deficiência tenha as mesmas oportunidades que os restantes cidadãos.”

Tenho dito.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Joana Dias, representante da ES da Lagoa, para a apresentação da Moção.

Deputada Joana Dias (*S. Miguel*): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Exma. Sra. Presidente, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

Segundo a futura Constituição, um dos objectivos da União é a luta contra a exclusão e a discriminação.

No entanto, é um facto que a nossa Região tem problemas em relação à acessibilidade da comunicação, por exemplo os canais generalistas do Continente não chegam aos Açores nas mesmas condições. É um direito que assiste a todos os açorianos.

Propomos que a Região Autónoma dos Açores seja, o mais brevemente possível, coberta por esses canais, para que todo o território nacional usufrua dos mesmos direitos e não se mantenha esta discriminação.

Do mesmo modo, achamos que todos os portugueses devem, em pé de igualdade, ter acesso aos canais regionais, a fim de açorianos e madeirenses residentes no continente, e restantes portugueses, possam estar actualizados em relação às suas regiões.”

Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Cláudio Nunes, representante da EBI Mouzinho da Silveira, para a apresentação da Moção.

Deputado Cláudio Nunes (*Corvo*): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exma. Sra. Presidente da Mesa da Assembleia do Plenário Jovem, Exmos. Srs. Deputados do Plenário Jovem, Exmos. Convidados, Senhoras e Senhores:

O Grupo Parlamentar da ilha do Corvo decidiu que seria conveniente e plenamente justificado trazer a este Plenário Jovem um assunto que nos preocupa muito e que urge solucionar.

Falamos das ligações aéreas e marítimas de passageiros entre a ilha do Corvo e o exterior. Sendo um problema do Corvo é também, por inerência da geografia da solidariedade açoriana, um problema dos Açores.

Actualmente realizam-se três voos semanais - às segundas, quartas e sextas-feiras - que ficam muito aquém das nossas necessidades e aspirações.

Como o avião possui uma lotação muito limitada são transportados poucos passageiros. Uma parte substancial desses voos - em períodos específicos - encontram-se lotados com muitas semanas de antecedência.

Por outro lado, não é possível viajar ao fim-de-semana, período preferencial de deslocação de muitos habitantes devido à pausa que representa este período nos seus afazeres profissionais.

Existem mais dois aspectos, no que diz respeito às ligações aéreas, que gostaríamos de focar nesta Moção.

O primeiro deles tem a ver com o estado da aeronave que faz a ligação periodicamente. De há uns anos para cá têm vindo a aumentar o número de vezes em que as ligações cancelam, alegadamente devido a avarias no avião.

É urgente que se concretize, o mais depressa possível, a tão falada substituição do avião, porque, com o decorrer do tempo, cresce a apreensão em relação à segurança do transporte realizado naquela aeronave.

O segundo aspecto prende-se com o custo das viagens a partir da Ilha do Corvo.

Como não existem ligações directas com outras ilhas - com excepção do Faial e da Terceira - e o Continente, o custo das nossas viagens para esses destinos é muito mais caro.

No que diz respeito às ligações marítimas regulares de passageiros, entre as ilhas do Corvo e das Flores, estas pura e simplesmente não existem.

É escusado dizer que com esse facto fica afectada a nossa mobilidade, mas também o desenvolvimento turístico das ilhas do Grupo Ocidental.

É por tudo isto que submetemos a este plenário a seguinte proposta, na forma de Moção:

- Que o Governo assegure a realização de cinco ligações aéreas

semanais para a ilha do Corvo, sendo que uma delas se deve realizar no fim-de-semana;

- Que o preço das passagens, independentemente do número de escalas obrigatórias que se realizem entre as ilhas e entre estas e o Continente, seja igual em toda a Região;

- Que a aeronave que efectua a ligação entre o Corvo e o resto da Região seja substituída por um aparelho mais moderno e seguro;

- Que o Governo apoie a criação duma empresa de transporte marítimo regular de passageiros no Grupo Ocidental, de forma a não só aumentar a ligação entre as populações das ilhas irmãs do Corvo e das Flores, mas também a dinamizar economicamente estas duas ilhas, em particular a área turística.”

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições para quem se quiser pronunciar sobre estas três moções.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos proceder à votação da primeira moção, apresentada pelo Sr. Deputado José Miguel Oliveira, da EBI de Capelas.

Os Srs. Deputados que votam a favor desta Moção, façam o favor de permanecerem sentados.

Secretária: A Moção foi aprovada por unanimidade.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Vamos proceder à votação da segunda Moção, apresentada pela Sra. Deputada Joana Dias, representante da ES da Lagoa.

Os Srs. Deputados que votam a favor desta Moção, façam o favor de permanecerem sentados.

Secretária: A Moção foi aprovada por unanimidade.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Passamos à votação da terceira Moção, apresentada pelo Sr. Deputado Cláudio Nunes, representante da EBI Mouzinho da Silveira.

Os Srs. Deputados que votam a favor desta Moção, façam o favor de permanecerem sentados.

Secretária: A Moção foi aprovada por unanimidade.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Quero dar um voto de parabéns por todas as Moções terem sido aprovadas por unanimidade.

Srs. Deputados, vamos passar agora ao período da Agenda da Reunião.

Para uma intervenção dou a palavra à Sra. Deputada Cátia Faria, representante da EBI dos Arrifes.

Deputada Cátia Faria (S. Miguel): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exma. Sra. Presidente, Exmos. Convidados, Sras. e Srs. Deputadas, Exmos. elementos do Público:

Tendo feito a nossa reflexão sobre o tema em agenda para esta Sessão parlamentar, começámos por recordar que, desde que Portugal aderiu à União Europeia, em 1986, muita coisa mudou no nosso país, sobretudo a nível de infra-estruturas básicas. Como tal, também a Região Autónoma dos Açores pôde beneficiar desta adesão e contribuir para o enriquecimento do espaço comunitário. O Arquipélago dos Açores sempre foi uma região ultra-periférica. Por esse motivo, muitos açorianos viram-se obrigados a deixar o seu país em busca de melhores condições de vida em terras distantes, nomeadamente, no continente americano.

O nosso arquipélago tem uma localização geo-estratégica privilegiada no meio do Oceano Atlântico. No entanto, ao ser considerada uma região ultra-periférica, confirmam-se alguns dos seus principais problemas como a dispersão geográfica, a distância dos centros de decisão e os pequenos mercados regionais que dificultam o seu desenvolvimento.

Esta problemática, alvo de uma atenção particular por parte da

União Europeia, não impede que as regiões ultra-periféricas em geral e, em particular o nosso arquipélago, possam contribuir para o desenvolvimento do país a que pertencem., pois possuímos fortes e importantes recursos naturais que devemos aproveitar e proteger.

Os programas específicos da União permitiram, como bem podemos observar, grandes mudanças no nosso estilo de vida. Contudo, consideramos que muito ainda há por fazer. Na área das energias naturais, julgamos que é fundamental o pleno desenvolvimento dos recursos das diversas ilhas, quer seja a energia eólica ou a geotérmica. Desta forma., tornar-nos-íamos menos dependentes das fontes de energia não renováveis.

No que diz respeito às pescas, consideramos fundamental o rigoroso cumprimento da legislação que restringe a captura de peixe em época de defeso e uma fiscalização efectiva que permita proteger as nossas espécies marinhas, neste momento tão ameaçadas.

Os agricultores precisam de mais incentivos para o desenvolvimento de uma agricultura biológica, a par daquela já existente, por forma a reduzir a quantidade de produtos químicos que poluem as nossas terras e as nossas águas e lagoas, estas últimas um dos ex-libris da ilha de São Miguel. Assim, proceder-se-ia a uma política de protecção ambiental, ao mesmo tempo que se preservariam alguns dos locais turísticos mais importantes da região e do país.

No comércio, os «pratos da balança» não estão equilibrados. Pela nossa pequena dimensão e perifericidade, importamos mais do que exportamos. Por esse motivo, têm de existir mais esforços no apoio à exportação dos nossos produtos, como a carne, o leite, o ananás, o chá, entre outros, com vista à divulgação internacional e, principalmente, ao desenvolvimento económico.

Enquanto cidadãos de pleno direito da União Europeia consideramos fundamental que as políticas em curso têm de continuar e nós, açorianos, temos de contribuir activamente para a sua efectivação.

Depois do que foi dito, queremos ainda acrescentar que, enquanto jovens que amam a sua ilha, verificamos que falta algo no que diz respeito à protecção do ambiente e da natureza.

Presidente: Sra. Deputada, já excedeu o seu tempo. Por favor conclua rapidamente.

A Oradora: Obrigada. Sra. Presidente.

Assim, terminamos com uma questão: por que razão não é implementada uma política mais intensa, mais rigorosa e mais efectiva para proteger as florestas, os mares, as lagoas e as espécies dos Açores?

Obrigada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sra. Deputado Nicole Borges, representante da ES da Lagoa.

Deputada Nicole Borges (S. Miguel): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores; Exma. Sra. Presidente, Exmos. Srs. Deputados Representantes dos Partidos Políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

O arquipélago dos Açores, do ponto de vista geográfico, será sempre uma região ultraperiférica. No entanto, através do desenvolvimento económico da nossa região é possível diminuir alguns problemas associados à ultra-periferia.

Visto que o sector do turismo é um dos mais importantes para a economia regional, devemos dar especial importância ao nosso potencial, as belezas naturais.

Por esta razão, é essencial a preservação do ambiente nas nossas ilhas. Um dos principais problemas ambientais da ilha de S. Miguel é a eutrofização das lagoas.

O projecto de Constituição Europeia visa instituir a União Europeia, entendida como união dos cidadãos e dos Estados da Europa. Um dos objectivos da União Europeia é promover o bem-estar dos seus povos.

Neste sentido propomos que, depois de efectuados os estudos necessários, detectadas as verdadeiras causas" o Governo Regional elabore programas de acção, maioritariamente financiados pela União Europeia e com a colaboração financeira do Governo da República e os ponha em prática o mais breve possível.

Para a Região Autónoma dos Açores a redução da zona exclusiva de pesca das 200 para as 100 milhas, impostas pela União Europeia, no nosso entender, é uma medida que não só não respeita a especificidade das RUP's como pode causar um desequilíbrio irreversível nos frágeis ecossistemas das nossas águas. Assim, propomos que ao nível dos órgãos responsáveis da União Europeia se revogue a actual lei e se salvguarde o respeito pelas 200 milhas de pesca exclusiva. O Governo da República deve assumir de uma vez por todas a necessidade de dotar a marinha de barcos de deslocação rápida, por forma a efectuar uma vigilância efectiva das nossas águas; sejam assinados protocolos entre a Associação de Pescadores, Governo Regional e Universidade dos Açores por forma a que se efectuem estudos sobre a actividade piscatória no sentido de saber as espécies e quantitativos que podem ser anualmente pescados; sejam concedidos subsídios aos nossos pescadores sempre que por razões de equilíbrio ambiental e dos ecossistemas se vejam impedidos de prosseguir com actividade pesqueira.

A gestão do ambiente aparece na Constituição Europeia como sendo uma competência partilhada com os Estados Membros.

Ora, a responsabilidade legislativa e a definição de políticas de protecção ao ambiente devem ser assumida por ambos, devendo também disponibilizar os meios necessários para o efeito.

Pela sua condição de região ultraperiférica, pela dispersão territorial, pela pequena dimensão das várias ilhas, é fundamental que os Açores sejam apoiados por forma a poder levar a cabo uma correcta política de protecção ambiental.

Presidente: A Sra. Deputada já excedeu o seu tempo. Por favor, conclua rapidamente.

A Oradora: Terminou já, Sra. Presidente.

Assim, propomos em todos os concelhos dos Açores a colocação intensiva de eco-pontos; uma forte campanha publicitária nos meios de comunicação social, alertando a população em geral da necessidade premente de salvguardar o ambiente; apoio inequívoco à criação de eco-escolas em todas as ilhas; debates televisivos com a participação do público em geral, sobre os maus hábitos e atentados à natureza; recolha selectiva dos resíduos perigosos e envio para um Estado Membro com capacidade para o

seu tratamento.

Se tivermos em consideração que um litro de óleo alimentar contamina cerca de um milhão de litros de água (o equivalente ao consumo de uma pessoa no período de 14 anos) vale a pena lutar para que nos Açores nos sintamos Europeus.

Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Filipe Pinheiro, representante da EBI de Capelas.

Deputado Filipe Pinheiro (S. Miguel): Exma. Sra. Presidente, Ilustríssimos Convidados, Caros Deputados, Senhoras e Senhores: Em primeiro lugar, queria agradecer em nome da Escola Básica 2,3 de Capelas a oportunidade de estar aqui a participar na VII Sessão do Plenário Jovem.

O assunto que nos traz aqui - A Constituição Europeia e as regiões ultraperiféricas - revelou-se um assunto bastante complexo para os conhecimentos que tínhamos. Assim, tivemos de fazer um grande trabalho de pesquisa que nos deixou muito mais ricos, mas também mais apreensivos.

Quando falamos de União Europeia, é quase impossível não pensar automaticamente nos apoios criados para as regiões como Martinica, Guiana Francesa, Reunião, Canárias, Açores e Madeira. Falamos dos programas Poscidom, Poseican e, no nosso caso, do Poseima. Estes programas destinaram-se e destinam-se a apoiar as actividades económicas das nossas ilhas e a compensar-nos pelo afastamento relativamente à Europa. Sendo assim, a pecuária, o ananás, a beterraba, o açúcar e as pescas, por exemplo, são produções e produtos que receberam e recebem subsídios para se modernizarem e suportarem os custos da insularidade.

Sras. e Srs. Deputados:

Porém, nem tudo é tão simples assim, os subsídios tendem a acabar, nomeadamente os que dizem respeito às pescas e à modernização e renovação das suas frotas.

É aqui que se colocam os principais problemas. Se não podemos continuar a modernização e renovação das frotas e se as nossas são em número reduzido e atrasadas, os pescadores açorianos

terão de continuar a ser apoiados e, portanto, o Poseima pescas deve continuar para estas ilhas, pois os nossos pescadores continuarão a ter mais dificuldades dos que os restantes pescadores da União Europeia. De facto, os acessórios de pesca (redes, anzóis, etc.) são mais caros nos Açores do que nos outros países da União. Os equipamentos electrónicos dos barcos têm maior desgaste, por se tratarem de barcos de "Boca aberta" e, finalmente, os nossos pescadores têm maiores dificuldades em fazer chegar o pescado aos grandes mercados europeus devido ao defendermos que o Poseima seja atribuído a todo o pescado, independentemente de ser ou não exportado, visto que há espécies como o chicharro, a cavala e a sardinha que não podem ser exportadas dado o seu baixo custo, não sendo, por isso, os pescadores subsidiados pelo Poseima.

Srs. Deputados, não estamos contra o Tratado da União Europeia e, muito menos, contra a União Europeia, mas, no caso dos mares e das pescas, a União Europeia chama a si, através do seu artigo 13º, alínea d) do Tratado de Constituição Europeia, a competência exclusiva sobre a "Conservação dos recursos biológicos do mar, no âmbito da política comum das pescas."

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo já terminou. Agradecia que concluísse.

O Orador: Concluo já, Sra. Presidente.

Acreditamos que a União Europeia pretenda fazer uma boa gestão dos mares e dos seus recursos, todavia não podemos deixar de lembrar que Europa tem uma das maiores troças pesqueiras do mundo e que esta é excedentária relativamente aos recursos de pesca disponíveis. É importante não deixar a mínima possibilidade a que altos interesses económicos possam delapidar os nossos mares, o que já aconteceu no Atlântico Norte.

Srs. Deputados, é importante lembrar que, quando falamos dos oceanos, mares e dos seus recursos, não estamos a falar de um pomar em que, se a produção diminuir, existe logo toda uma série de fertilizantes que resolvem a situação. Falamos de seres selvagens cuja existência é facilmente ameaçada, e a recuperação muito difícil e lenta.

Presidente: O Sr. Deputado tem mesmo que concluir.

O Orador: Concluo já.

Caros Deputado, julgamos que, estando aqui e vendo o mar todos os dias e a toda a hora, conhecemos melhor do que ninguém as espécies que há séculos habitam ou passam pelo nosso mar. Desta forma, sempre que uma qualquer espécie esteja em perigo, ou sempre que se verifique que uma qualquer trota não esteja a cumprir as regras (uso de redes, captura de espécies proibidas, etc.). Nós, açorianos, reclamamos para nós esta fiscalização. Consequentemente, não precisaremos de esperar por toda uma série de reuniões que se passarão a quilómetros de distância de nós, estaremos aqui e actuaremos rapidamente, sempre em benefício dos recursos biológicos do nosso mar.

Ninguém como nós já deu provas de saber lidar com o mar e seus recursos, uma vez que os temos conservado e preservado ao longo destes últimos cinco séculos de História.

Presidente: Sr. Deputado, por favor, despache-se.

O Orador: Estou a chegar ao fim.

Finalmente, queremos dizer que nada deve ser decidido sem que antes se estudos profundos do impacto dessas políticas. Caso contrário, podemos cometer erros com consequências irremediáveis.

Por último, queremos apelar à união de todas as regiões ultraperiféricas, que têm por vizinhos os mares, para que dêem as mãos por esta causa.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Ana Dutra, representante da EB 2,3/S Cardeal Costa Nunes.

Deputada Ana Dutra (Pico): Exma. Sra. Presidente da VII Assembleia Parlamento Jovem, Exmos. membros da Mesa, Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Caros Colegas, Exmos. "Deputados" das ilhas dos Açores:

O conceito de ultraperiferia já está fixado no texto da nova Constituição Europeia. Bem hajam todos aqueles que lutaram pela criação deste conceito nos tratados da União Europeia e

agora fizeram com que o mesmo esteja inscrito na nova Constituição.

Temos a consciência de que não basta escrever ultraperiferia num qualquer documento escrito para que tudo esteja resolvido. É sobretudo necessário que estas letras e palavras escritas sejam representativas de uma realidade existente e viva.

Os Açores são ultraperiféricos, tal como outras seis regiões europeias. Temos consciência da nossa ultraperiferia quando estamos tão distantes, em euros, da capital do país e do centro da Europa. Quando a desertificação das ilhas mais pequenas avança, quando há falta de empregos para os jovens, quando tudo o que compramos é mais caro do que em outras regiões mais desenvolvidas, quando queremos comprar algo e não existe localmente. Todos estes factores nos dizem que somos ultraperiféricos.

Possuímos ar puro pois não possuímos indústrias poluidoras. Possuímos espécies vegetais que para nós são infestantes mas para a União Europeia são plantas em vias de extinção. Gostaríamos que os nossos mares também fossem considerados uma reserva marinha, onde ainda proliferam baleias e golfinhos, protegidos da pesca industrial de alto mar. Não basta considerar os Açores uma reserva ecológica, é necessário que estes aspectos positivos possam promover o desenvolvimento sócio-económico e cultural e não apenas uma qualidade de vida baseada em ar puro.

Pensamos que os nossos políticos já devem ter equacionado todos os problemas da ultraperiferia. A nossa pequena dimensão, o afastamento, o isolamento, a dificuldade de acesso ao grande mercado e os seus problemas decorrentes da globalização e da concorrência económica. Uma vez por outra ouvimos falar de programas para os nossos empresários da ultraperiferia.

E os jovens também são ultraperiferia?

Existem programas específicos em relação à ultraperiferia dos jovens?

Considerando o exposto os "deputados" da nossa escola propõem o seguinte:

1. Que seja feito um maior esforço no envolvimento dos jovens na discussão de políticas que procurem reduzir a ultraperiferia dos

jovens.

2. Que no âmbito da EU seja desenvolvido um programa específico de fácil e mais económico acesso às novas tecnologias. A PT, por exemplo, já duplicou a velocidade de acesso. Para a nossa ilha esse aumento só se verificará, se tudo correr como previsto, a partir de 15 de Agosto.

3. Que se desenvolvam programas específicos, no âmbito da ultraperiferia, para mais visitas de estudo e intercâmbios escolares fora da Região, que possibilitem o contacto dos jovens com realidades mais desenvolvidas.

Presidente: Sra. Deputada, o seu tempo já terminou. Agradecia que concluísse rapidamente.

A Oradora: Terminou já, Sra. Presidente.

4. Que se desenvolvam novos programas para estágios de formação, e complemento de formação para os jovens.

Se os jovens são o futuro, nas regiões mais pobres, mais distantes, com menos recursos naturais, então os jovens devem fazer parte do presente e não apenas do futuro.

Tenho dito.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Luís Filipe, representante da EBI Mouzinho da Silveira.

Deputado Luís Filipe (Corvo): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exma. Sra. Presidente da Mesa do Plenário Jovem, Exmos. Srs. Deputados do Plenário Jovem, Exmos. Convidados, Senhoras e Senhores:

A Constituição Europeia e o quadro organizativo e financeiro da União Europeia prevêm já um estatuto específico para as chamadas Regiões Ultraperiféricas da União Europeia.

Existem regras de excepção, financeiras e organizativas, para estes territórios, nos quais a nossa Região de insere do ponto de vista jurídico e funcional.

Gostaríamos, no entanto, como jovens preocupados com as questões ambientais e o frágil equilíbrio do tecido produtivo das

nossas ilhas que a Constituição Europeia fosse, ao longo do texto, mais específica em relação à definição dum regime de excepção nas áreas do ambiente, da cultura e da defesa do modo de vida das populações das ilhas.

Como aprendemos nas nossas disciplinas de Ciências e Geografia, as ilhas de pequena dimensão possuem ecossistemas muito frágeis e também economias muito vulneráveis, devido a factores como o isolamento geográfico e a pequena dimensão dos seus mercados internos.

Nesse sentido a Constituição como garante último dos valores da cidadania, da preservação ambiental e do pluralismo cultural, deve garantir a preservação destas realidades insulares em todas as suas vertentes. A forma mais eficaz de o fazer é através da formulação explícita de garantias constitucionais.

A adopção de uma Constituição Europeia por todos os europeus só se realizará se todos sentirem que ela é, antes de mais, uma garantia para o seu meio ambiente, a sua qualidade de vida e a sua especificidade cultural.

Nós, jovens corvinos, ficaremos mais seguros se soubermos que ela assegura a preservação da essência da nossa pequena sociedade insular e o nosso meio ambiente.

Assim, de acordo com este espírito, propomos que este Plenário Jovem vote a seguinte proposta:

Às ilhas - que compõem as grandes unidades das Regiões Ultraperiféricas - deverão ser reconhecidos mecanismos de excepção para a preservação ambiental e a manutenção da viabilidade do seu sistema produtivo.

Em termos práticos esta garantia constitucional deve consubstanciar-se no seguinte:

Que, entre outras coisas, o abastecimento energético de cada ilha se realize maioritariamente com recurso às energias não poluentes - solar, térmica, eólica, das marés, etc.

Que o espaço marítimo em redor de cada ilha seja interdito às grandes frotas pesqueiras de forma a manter o equilíbrio nos delicados ecossistemas insulares e a garantir a sobrevivência da pesca artesanal com origem nestas ilhas.

Que os apoios financeiros à actividade agrícola se manterão sem reduções nos próximos anos.

Que, na área da educação, será garantida a mobilidade aos jovens europeus insulares, nomeadamente através da criação de cláusulas específicas nos programas escolares de intercâmbio europeu.
Muito Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Joana Vieira, representante da EB 3/S das Laranjeiras.

Deputada Joana Vieira (S. Miguel): - Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exma. Sra. Presidente da Assembleia do Plenário Jovem, Exmos. Srs. Deputados, Exmos. Senhores Convidados:

A Região Autónoma dos Açores, devido à sua dependência económica em relação a inumeráveis produtos e bens, vê consagrada na Constituição Europeia um conjunto de políticas nos diferentes sectores económicos.

A partilha dos mares, onde a actividade piscatória é indispensável para o desenvolvimento económico da nossa região e condição essencial de subsistência para muitas famílias açorianas, tem vindo a passar por algumas dificuldades.

Desde já realçamos a importância destas políticas no contexto da União Europeia consagradas no domínio das Regiões Ultraperiféricas.

A pesca artesanal e a pesca industrial dentro da mesma conjuntura revelam-se desequilibradas com prejuízo para as pequenas embarcações, onde os recursos e meios tecnológicos são insuficientes para dar resposta às suas necessidades.

O próprio equilíbrio do ecossistema é colocado em causa pondo em risco a subsistência de centenas de famílias e a própria existência das espécies pescadas.

Esta situação, é uma situação que tem que ser revista, analisada e discutida em função dos interesses do povo açoriano e da política económica exclusiva dos Mares dos Açores.

Caros Deputados, propomos ao Plenário Jovem que vote o reforço e a criação de mecanismos financeiros de apoio e geridos de uma forma equilibrada, para responder às dificuldades e às

necessidades da pesca artesanal, reforçando os meios tecnológicos mais desenvolvidos, reforçando a formação das pequenas embarcações e reforçando a investigação dos recursos disponíveis da sustentabilidade dos mares dos Açores.

Sendo os Açores uma Região Ultraperiférica, integrada num Estado Membro da União Europeia, por que não, Srs. Deputados, sensibilizar o alargamento da Zona Económica Exclusiva.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Délcio Fernandes, representante da EBI dos Biscoitos.

Deputado Délcio Fernandes (Terceira): Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Começo por assinalar, em meu nome e em nome dos meus colegas, deputados da EBI dos Biscoitos, a pertinência do tema que vai ocupar os trabalhos desta VII Sessão do Plenário Jovem - "A Constituição Europeia e as Regiões Ultraperiféricas".

Até ao momento em que nos envolvemos neste projecto, o nosso desconhecimento sobre o Projecto de Tratado que institui uma Constituição para a Europa, era total. Agora, muito embora não nos tenha sido possível um grande aprofundamento da temática em causa, reconhecemos a importância da sua divulgação e debate, já que o nosso futuro próximo vai exigir que sejamos membros activos e conscientes de uma Europa cuja família tem vindo a alargar-se e complexificar-se.

Se é um verdadeiro exercício de cidadania estarmos aqui, deputados por um dia, maior e mais real exercício de cidadania será conhecermos as leis que irão regular a nossa vida em comum.

As regiões ultraperiféricas trazem, para a União Europeia, a marca da insularidade. Insularidade que remete desde logo para isolamento, afastamento e menor desenvolvimento. O arquipélago dos Açores integra esse conjunto de regiões.

A nossa atenção centrou-se, durante as nossas pesquisas, no sector das pescas mais especificamente nos artigos 11º a 13º -

Categorias de competências, Competências exclusivas e Domínios de competência partilhada, respectivamente.

O artigo 11º da proposta de Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa determina que “ quando a constituição atribua à União competência exclusiva em determinado domínio só ela pode legislar e adoptar actos juridicamente vinculativos. Os próprios Estados-membros só podem fazê-lo se habilitados pela União ou a fim de dar execução aos actos por esta adoptados”.

A proposta prevê áreas de competência partilhada e, nesse domínio, a União e os Estados-membros têm o poder de legislar e de adoptar actos juridicamente vinculativos (art 13º).

Ora, o artigo 12º, que enumera as áreas em que a União dispõe de competência exclusiva, inclui a conservação dos recursos biológicos do mar o âmbito da Política Comum de Pesca”,

O facto das águas que rodeiam os Açores apresentarem características únicas em termos ambientais, com ecossistemas ricos mas frágeis, se perturbados em demasia, faz com que seja impossível suportar o esforço de pesca, consequência directa da liberalização dos mares europeus.

Consideramos urgente um debate alargado sobre esta evidência e um maior envolvimento da classe profissional dos pescadores, que será tanto mais firme na defesa dos interesses dos nossos mares, quanto mais escolarizada e esclarecida.

Na sequência do que ficou expresso nesta comunicação, apresentamos as seguintes propostas:

- Discussão nas escolas da Região, na presença de euro-deputados ou outros deputados, das propostas constantes no Projecto de Tratado da Constituição Europeia, sobre as Regiões Ultraperiféricas;

Presidente: Sr. Deputado, já esgotou o seu tempo. Agradecia que concluísse.

O Orador: Terminou já, Sra. Presidente.

- Uma maior divulgação nos media das implicações das propostas da Constituição Europeia e mais especificamente para as Regiões Ultraperiféricas onde os Açores se inserem;

- Atribuição aos Açores e Madeira de um estatuto de excepção no que refere a política comum de pesca, devido aos efeitos que poderão advir para os seus ecossistemas, da actividade de

poderosas frotas europeias,

- Investimento nos recursos humanos que se traduz no esforço para reduzir o subdesenvolvimento sócio-cultural do sector que regista taxas de analfabetismo e insucesso escolar muito elevadas e que vêm agravar ainda mais o subdesenvolvimento estrutural do sector das pescas;

- O aumento da capacidade de fiscalização da armada, no alto mar, seja qual for o regime de acesso aplicado.

A todos muito obrigado pelo tempo e atenção dispensados.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sra. Deputada Renata Meneses, representante da EB 3/S Vitorino Nemésio.

Deputada Renata Meneses (Terceira): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exma. Sra. Presidente do Parlamento Jovem, Exmos. Srs. Deputados Regionais, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados:

Boa tarde a todos.

É com grande prazer que estamos aqui a representar Escola Secundária Vitorino Nemésio e a ilha Terceira e queremos agradecer a oportunidade que nos foi oferecida, para participar neste Parlamento Jovem.

A Constituição Europeia e as Regiões Ultraperiféricas, tema desta VII Sessão do Parlamento Jovem, é seguramente uma temática de grande importância para todas as populações das regiões insulares e, em particular, para a Região Autónoma dos Açores.

A existência de um texto fundamental comum, poderá contribuir para uma maior igualdade de direitos e oportunidades entre todos os cidadãos da União, independentemente da religião, cor ou nacionalidade. Outro dos aspectos que torna a Constituição Europeia importante é o reforço da coesão entre os países membros, criando laços decisivos para a manutenção da paz na Europa. A dispersão geográfica e o afastamento de algumas regiões, por si só acarreta dificuldades no seu desenvolvimento sócio-económico. Por isso, congratulamo-nos com os apoios específicos para as Regiões Ultraperiféricas, que foram

contemplados na Constituição Europeia, garantindo que aos menos desenvolvidos e mais afastados dos centros de decisão, será dado um maior apoio.

Apesar das vantagens atrás referidas, a Constituição Europeia pode, no domínio das competências exclusivas, interferir com a independência nacional e com a autonomia regional. Embora coexistindo com a Constituição da República Portuguesa e com o acordo autonómico dos Açores, o texto europeu pode interferir na independência nacional, dada a previsível influência de alguns países membros, quer a nível legislativo como económico. Por isso, de certa forma, a união não só faz a força, como também pode criar a dependência.

Com o alargamento passámos a ser mais países e, conseqüentemente, mais regiões, algumas mais pobres e menos desenvolvidas do que a nossa, o que pode resultar na diminuição dos apoios à região dos Açores. Esta é outra das preocupações que nos é criada pelo texto da Constituição Europeia.

Mesmo com as desvantagens existentes, apelamos ao Sim à Constituição Europeia no referendo do próximo mês de Outubro, com vista a uma maior coesão entre os países membros, assegurando a paz, a igualdade, a liberdade e o direito de todos exercerem uma cidadania activa no espaço europeu.

Muito obrigado a todos.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Para uma intervenção, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Lino Sousa, representante da EBI do Topo.

Deputado Lino Sousa (S. Jorge): Exma. Sra. Presidente, Srs. Deputados representantes dos Grupos Parlamentares, Caros Colegas Deputados, Ilustres Convidados:

Como todos sabemos, as Regiões Ultraperiféricas (a comunidade autónoma espanhola das Ilhas Canárias, os departamentos franceses ultramarinos e as Regiões Autónomas portuguesas dos Açores e da Madeira) têm uma posição peculiar e complexa no âmbito da União Europeia.

É, pois, nesta fase da «gestação» da Constituição Europeia que

importa reflectir, tomar consciência e discutir sobre algumas consequências que podem advir, num médio/longo prazo, da referida Constituição para a nossa região.

De facto, é fundamental no processo de elaboração da Constituição Europeia ter em consideração os condicionalismos específicos da nossa região. Entre eles é importante referir a insularidade, o grande afastamento dos principais mercados e dos centros de decisão, a pequena superfície, a baixa taxa de escolaridade das populações, a inexistência de capitais próprios para investimento em “sectores - chave” da economia.

Acrescente-se, ainda, as demais conhecidas dificuldades que o relevo e o clima oferecem às actividades produtivas (agricultura, pecuária e pesca), assim como, as dificuldades em termos de acessibilidades (portos, estradas, aeroportos) que contribuem decisivamente para o “atrofiamento” das actividades produtivas atrás referidas. A este nível importa sublinhar, também, a excessiva dependência das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira em relação a um pequeno número de produtos (leite, algumas espécies de pescado, frutos, queijo) e a “pálida” intervenção em áreas como o turismo, a indústria (construção naval, restauração).

Todos estes factores representam, efectivamente, “forças de bloqueio” ao desenvolvimento das actividades agrícola e industrial das Regiões Autónomas, “sectores- chave” no desenvolvimento da economia de uma qualquer região.

É neste sentido, que se torna fundamental que a Constituição Europeia integre mecanismos de salvaguarda em relação à posição das Regiões Ultraperiféricas através de leis europeias, leis quadro - europeias, regulamentos europeus e decisões europeias de modo a garantir pontos de equilíbrio no processo de desenvolvimento dessas regiões.

Se assim não for, correremos o risco de um desenvolvimento desigual e insustentado entre elas, senão mesmo, uma “paralisia” no desenvolvimento das Regiões estruturalmente mais débeis.

É claro que toda esta produção legislativa no âmbito da Constituição Europeia deverá garantir uma coerência em relação ao ordenamento jurídico da União, em especial no que respeita ao mercado interno e às políticas comuns.

Presidente: Sr. Deputado, já excedeu o seu tempo. Agradecia que concluísse.

O Orador: Concluo já.

No contexto económico e social da nossa Região parece-nos, igualmente, importante reflectir sobre a necessidade de definir planos de recuperação no que respeita aos “stocks” de determinadas espécies pesqueiras, isto porque algumas delas se encontram numa situação de «fragilidade». Certamente que em termos legislativos esses planos de recuperação devem ajustar-se ao carácter específico da pesca portuguesa, sem por em risco a viabilidade do sector das pescas na região. No âmbito desses planos de recuperação, seria importante, por exemplo, o Estado garantir uma efectiva fiscalização às práticas impostas e aos próprios limites, assim como, incentivar o desenvolvimento de possíveis explorações piscícolas, tais como, viveiros, de modo a garantir a reposição dos deficitários «stocks» de determinadas espécies.

Exma. Sra. Presidente da Mesa, Srs. Deputados representantes dos Grupos Parlamentares, Caros Colegas Deputados, Ilustres Convidados:

Num período em que o Planeta começa a dar sinais de cansaço ao abuso humano, e, para quem vive em espaços limitados como aqueles em que nós vivemos, e ainda mais, com a preocupação de os tornar agradáveis às gerações futuras, o problema dos resíduos e da sua eliminação é algo que nos aflige e que jamais pode ser descurado.

Presidente: O Sr. Deputado tem que concluir rapidamente.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

Mas, como “quem pergunta não ofende”, atrevemo-nos, então, a perguntar: será que as lixeiras a “céu aberto” conseguirão garantir um equilíbrio ambiental, necessário às próximas gerações?

Será também que os programas de tratamento residual serão suficientes e assim mesmo os mais eficazes para a quantidade de lixo que produzimos?

Será, então, este o panorama ideal para o Planeta do amanhã?

Certamente que não! Pois todos nós conhecemos inúmeros exemplos de atentados ao meio ambiente, em todos os seus valores.

É, pois, necessário que a Constituição Europeia integre medidas protectoras e verdadeiramente eficazes em relação aos “filhos de uma ilha mais viva”. De certo modo, foi nesta linha de pensamento, que Vitorino Nemésio escreveu:

*«A minha casa é concha. Como os bichos
Segreguei-a de mim com paciência:
Fechada de marés, a sonhos e a lixos,
O horta e os muros só areia e ausência.
Minha casa sou eu e os meus caprichos.
O orgulho carregado de inocência
Se às vezes dá uma varanda, vence-a
O sal que os santos esboroou nos nichos.»*
Tenho dito.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma intervenção, chamo o Sr. Deputado Carlos Espínola, representante da EBI 2,3/S da Graciosa.

Deputado Carlos Espínola (Graciosa): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Convidados:

O tema que nos traz hoje aqui não é fácil.

Na nossa escola, elaborámos um inquérito a alunos dos 8º, 9º e 12º anos e a alguns professores, provando-se o que acabo de referir:

27,7% dos inquiridos não sabem quantos são os estados membros da União Europeia;

-14,2% dos inquiridos não sabem ou têm apenas uma vaga ideia do que é o Tratado Constitucional da União Europeia;

63,2% dos professores inquiridos não têm conhecimento do conteúdo do Tratado Constitucional da União Europeia e

Apenas 17,1% dos alunos inquiridos sabem o que é uma Região Ultraperiférica.

Se é certo que pertencemos à União Europeia e se é certo que estamos sujeitos às suas leis, como podemos viver tão desinformados acerca deste assunto?

Mas como será possível ultrapassar esta falta de conhecimento?

Nós, grupo parlamentar da ilha Graciosa, achamos que isso terá,

inevitavelmente, de começar na escola. Neste sentido, queremos aqui apresentar uma proposta:

A União Europeia e as suas leis é um tema que está relacionado com a tão abrangente área da Formação Cívica. Assim sendo, achamos que esta área curricular não disciplinar, leccionada nos segundo e terceiro ciclos do ensino básico, poderá ter um programa obrigatório, constantemente actualizado, que incida sobre a temática União Europeia, elaborado de acordo com o respectivo nível e destinado a metade das aulas de cada ano lectivo, ficando as restantes aulas destinadas à abordagem dos restantes assuntos que se inserem na área da Formação Cívica.

Desta forma, a nossa população começará a ter um constante contacto como tema referido.

Tentando não fugir ao tempo de que disponho, tenho de, inevitavelmente, falar aqui de alguns aspectos que consideramos importantíssimos no contexto em que estamos.

É certo que através do Tratado de Amesterdão- nº2 do artigo 299º - as Regiões Ultraperiféricas viram a sua situação reconhecida, continuando no Tratado Constitucional para a Europa, através do artigo III-424º a prever-se um tratamento especial para estas regiões com características e condicionalismos específicos. Mas será que temos sido, de alguma forma, protegidos? Será que ajudar-nos é reduzir de duzentas para cem milhas a nossa Zona

Económica Exclusiva?

E quanto às Ultra-Periferias dentro das Regiões Ultra-periféricas, será que é justo essas ilhas, nas quais se incluía Graciosa e todas as restantes ilhas mais pequenas do arquipélago, terem um tratamento igual às restantes? Pode a Graciosa e São Miguel serem tratados de igual forma?

Não aceitamos que assim seja!

No entanto, achamos que pouco tem sido feito em contrário.

Viver numa ilha pequena é difícil. A necessidade de nos deslocarmos para o exterior aumenta em relação às ilhas maiores. No entanto, como será possível sair da ilha frequentemente com os tarifários que temos nos transportes aéreos?

E mais: como se pode aceitar que, na ilha Graciosa, exista transporte marítimo vindo do continente apenas de duas em duas

semanas?

Na Graciosa não temos jornais diários, questão que julgamos poder ser ultrapassada com cobertura total de Internet de Banda Larga na ilha. Contudo, isto não se verifica. Ainda não percebemos porquê.

E para terminar, será que na ilha Graciosa não temos direito aos mesmos cuidados básicos de saúde que os habitantes da Terceira ou de São Miguel? Actualmente, isso não se verifica.

Estes são apenas alguns exemplos de assuntos que o Governo Regional e os Senhores Deputados Europeus deviam ter em atenção e fazê-los chegar ao Parlamento Europeu para que

Se tentasse ultrapassar algumas das actuais injustiças.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma intervenção, dou a palavra a Sra. Deputada Helena Barros, representante da EBI/S de Santa Maria.

Deputada Helena Barros (Santa Maria): Exma. Sra. Presidente, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados:

O tema proposta para ser debatido nesta Assembleia é: A Constituição europeia e as Regiões ultraperiféricas, tema este de elevada importância nos dias que correm, visto estar a decorrer o referendo à Constituição Europeia.

Sendo nós habitantes de uma região ultraperiféria devemos pensar como é que esta pode afectar a nossa vida futura: por um lado somos a favor de uma Europa única, mas alguns dos objectivos quês e apresentam na Constituição europeia podem desfavorecer-nos, nomeadamente a perda da nossa identidade cultural e social específica, assim como deixar de poder decidir o que produzir, numa Europa onde os “maiores” decidem o que os mais pequenos têm de cumprir.

Tendo então feito uma reflexão sobre o tema a ser debatido nesta Sessão Parlamentar, gostaríamos de dar especial atenção à mobilidade da população das regiões ultraperiféricas. Como todos sabemos a situação económica, social e geográfica destas regiões caracteriza-se pelo grande afastamento em relação ao continente

Europeu, pela pequena superfície de algumas ilhas, relevo, clima difícil e dependência económica, vemo-nos obrigados a afirmar que os anteriores factores referidos prejudicam gravemente o desenvolvimento desta regiões, assim como a mobilidade das pessoas que aí residem.

Como tal podemos constatar que somos prejudicados no que diz respeito ao custo dos transportes, sempre que nos queremos deslocar, em relação a qualquer outro dos países da EU, que se localizam no continente europeu.

Seria então positivo que se criasse uma tarifa única para o trajecto inter-ilhas, independentemente da distância entre estas, assim como sensibilizar as companhias aéreas para a realização de voos directos sem ser necessário fazer transbordo.

Um outro assunto que nos preocupa é a gestão dos nossos mares. O sector de actividade primário - a pesca - tem uma grande tradição nos Açores, visto ter empregue grande parte da população activa até a alguns anos atrás.

Actualmente este sector encontra-se em crise devido à diminuição da ZEE para as 100 milhas. Propomos que seja dada formação aos pescadores de pesca tradicional, melhorar infra-estruturas e aumentar a frota pesqueira. Tudo isto aliado a um maior controlo da ZEE e aos limites das costas de pesca por região

Como os Srs. Deputados sabem, somos representantes da terceira ilha maias pequena dos Açores - Santa Maria - que tem aproximadamente 5.680 habitantes residentes, informação que nos é dada através do recenseamento geral da população de 2001. No entanto, a nossa ilha já pôde contar com 13.233 habitantes residentes em 1960. Em 1977 a estação Lourã foi encerrada (estação de sistemas de navegação marítima), situação esta que implicou a saída de muita mão de obra qualificada para outras regiões. Também o aeroporto internacional começou a perder importância estratégica na aviação comercial transatlântica, originando um menor movimento aéreo na pista de Santa Maria, afectando indirectamente diversos serviços e ditando o encerramento de algum comércio e restauração. Este facto remete-nos para o problema da desertificação das ilhas mais pequenas.

A emigração para a América do Norte, outras ilhas do arquipélago

e centros urbanos de Portugal Continental reflecte a falta de oportunidades de trabalho para a população mais jovem e activa nestas mesmas ilhas.

Propomos que seja necessário repensar a criação de novos postos de trabalho ao nível do sector terciário, formação para o sector primário e desenvolvimento de uma agricultura alternativa (agricultura biológica) que proporcione alimentos saudáveis, como o turismo a esta associada - turismo rural e/ou agro-turismo. Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Srs. Deputados, temos a visita do Sr. Comandante da Zona Militar dos Açores, Sr. General Adelino Coelho, a quem saúdo em nome da Assembleia Jovem.

Obrigado pela sua presença.

(Aplausos da Câmara)

Dou agora a palavra, para uma intervenção, à Sra. Deputada Leticia Balanco, representante da ES da Ribeira Grande.

Deputada Leticia Balanço (S. Miguel): Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados:

A realidade ultraperiférica é de facto singular e não deve ser confundida com outras realidades.

As regiões ultraperiféricas, em específico a nossa Região Autónoma dos Açores, devem fazer face a condicionamentos específicos enumerados no Tratado de Amesterdão - *afastamento, insularidade, pequena superfície, relevo e climas difíceis, dependência económica em relação a um pequeno número de produtos - que constituem um número de factores cuja subsistência e conjugação prejudicam gravemente o desenvolvimento dessas regiões.*

A permanência, intensidade e conjugação destes constrangimentos condicionam de uma forma negativa o desenvolvimento e a competitividade destas Regiões. Daqui deriva a existência de custos adicionais de produção,

abastecimento e comercialização, da diversificação muito limitada dos sectores produtivos de bens e serviços, de mercados locais limitados, fragmentados e distantes, da debilidade da economia em criar postos de trabalho, do maior custo de infraestruturas, da acessibilidade reduzida de pessoas, bens e serviços, da dependência do transporte aéreo e marítimo agravada.

O carácter inadaptado de certos instrumentos comunitários resulta essencialmente do facto de terem sido concebidos num plano comunitário global, sem integrar a dimensão específica das regiões ultraperiféricas. Além disso, muitos dos objectivos e projectos destas regiões não têm sido considerados como projectos prioritários.

Por outro lado, os Fundos Estruturais de Apoio, apesar de solucionarem o problema da realização de infra-estruturas modernas e de capacidade, não têm vocação para dar uma resposta satisfatória aos problemas que estão na base das ultraperiferias.

Assim, e abordando um aspecto específico que nos toca enquanto região ultraperiférica, no sector da pesca, devemos, neste momento, questionarmo-nos se por mais aspectos negativos/desvantagens que se coloquem em termos de pescas e partilha de mares (ZEE) se será suficiente para votar não ou sim à constituição?

Posto isto e na tentativa de dar resposta ao problema, correndo o risco de não sermos inovadores, propomos:

- A criação de conselhos consultivos regionais de forma a constituir um fórum de expressão que permitirá às regiões ultraperiféricas participar activamente nos debates sobre uma exploração sustentável dos recursos da pesca nessas partes dos oceanos.
- Renovar a frota regional de pesca.
- Aumentar a fiscalização da partilha dos mares, com o apoio da aeronáutica e maior investimento em equipamento de fiscalização na marinha.
- Propor à Europa o lançamento/uso de um satélite, com o objectivo de, em órbita estacionária, efectuar a vigilância da ZEE dos Açores.
- Sabendo que depois de aprovação pelos estados membros,

consagra-se uma lei fundamental, na qual coexistirão a soberania europeia e as soberanias nacionais, propomos que se salvguarde a soberania regional das zonas ultraperiféricas no que diz respeito a políticas de agricultura e pescas, partilha de mares, regência e definição da Zona Económica Exclusiva, dado que, quando nos termos do Tratado a competência não é atribuída à União, esta pertence aos Estados-Membros.

Presidente: Sra. Deputada, agradecia que concluísse, pois já ultrapassou o seu tempo.

A Oradora: Terminou já, Sra. Presidente.

Paralelamente, e de uma forma global, apontamos outras medidas capazes de encurtar as distâncias das regiões ultraperiféricas da restante comunidade europeia:

- A criação de um programa específico de compensação dos condicionalismos das regiões ultraperiféricas adaptado às particularidades das regiões ultraperiféricas financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, para um período de mínimo de cinco anos. O objectivo deste programa seria reduzir o impacto da falta de acessibilidades internas e das regiões ultraperiféricas com o restante mundo europeu, bem como, apoiar a competitividade das empresas locais.
- Realização de sessões específicas e gerais, em todas as ilhas e concelhos, sobre o contexto e conteúdo específico.
- Promover as trocas de bens, de serviços e a deslocação de pessoas de forma coerente ao facilitar igualmente os intercâmbios de experiências.
- Criar pacotes turísticos (Excursões) para emigrantes e outros turistas, de forma a incentivar o conhecimento das regiões.
- Acções no domínio da investigação e da inovação para formação de capital humano ou da promoção das produções locais fora dessas regiões evitando o risco de cairmos no erro da monocultura.

Presidente: Sra. Deputada, agradecia que concluísse.

A Oradora: Concluiu já, Sra. Presidente.

- Reduzir as barreiras legais e burocráticas que limitam as possibilidades de intercâmbios com o meio geográfico das regiões ultraperiféricas, muito afastadas do continente europeu mas muito próximas dos mercados geográficos das Caraíbas, da América e

de África.

- Facilitar as trocas associadas ao transporte, aos serviços e às tecnologias de informação e de comunicação. Neste contexto, a coordenação com os acordos e os programas existentes deveria ser melhor assegurada.

Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Hugo Mateus, representante da Casa do Gaiato de S. Miguel.

Deputado Hugo Mateus (S. Miguel): Sra. Presidente, Caros Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

A União Europeia, em que nos inserimos de pleno direito, é hoje uma parte fundamental e cada vez mais importante da nossa vivência por via da enorme influência que exerce no nosso modo de vida, na nossa economia, na nossa segurança, no nosso quotidiano, e permitam-me ainda, na formação e qualificação que nós, os jovens, podemos contar.

O alargamento da União Europeia a Leste, com a entrada de 10 novos países, foi uma necessidade de alargar a promoção da paz, da solidariedade, da prosperidade e da convivência amigável entre os diversos povos europeus.

Todavia, essa nova situação fez deslocar o centro dos problemas e discussão da política europeia para temas relativos aos novos países da União Europeia.

Ao longo dos últimos meses, temos acompanhado as notícias

Referentes ao processo de negociação dos fundos comunitários, que deverá ficar fechado nos próximos tempos, dando conta de que Portugal poderá perder muitos desses recursos.

Se se verificar uma situação de perda substancial de fundos para o País, os Açores poderão também perder fundos e com isso ter de alterar, por exemplo, a sua política de formação profissional? Será que as baixas taxas de desemprego que se verificam nos Açores poderão dificultar as nossas negociações?

Sra. Presidente, Caros Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

O nosso Arquipélago é conhecido internacionalmente com o sendo uma região que é quase um santuário da natureza, o que nos obriga a ter muito cuidado com o nosso desenvolvimento afim de não destruímos as nossas lindas paisagens conforme, infelizmente, aconteceu noutros sítios do País.

Assim, gostaríamos de saber o que é feito cá na região para evitarmos que se destrua a nossa paisagem? O que é que é feito na Europa para evitar que os nossos mares sejam poluídos e destruídos? E já agora, e uma vez que estamos quase no Verão, por que é que não temos a Bandeira Azul em todos os sítios em que se toma banho?

Sra. Presidente, Caros Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

De acordo com notícias vindas a público nos jornais, gostaríamos saber mais informação sobre a possibilidade do arquipélago de Cabo Verde poder no futuro fazer parte da União Europeia. Essa possibilidade é mesmo real ou é apenas uma vontade desse arquipélago?

Afinal de contas qual é a fronteira da Europa?

Por último, e na resposta aos vários aspectos referidos, importa sublinhar que defendemos a imposição aos parlamentos nacionais, através da Constituição Europeia, a obrigação de ouvir as Regiões Autónomas e todas as decisões de modo a que todas as Regiões ultraperiféricas sejam respeitadas.

Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Por último, e para uma intervenção, chamo a Sra. Deputada Natacha Sousa, representante da EBI 2,3/S de Nordeste.

Deputada Natacha Sousa (S. Miguel): Exma. Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmos. Srs. Deputados representantes dos Grupos Parlamentares, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público:

O tema que hoje aqui nos reúne é "A Constituição Europeia e as Regiões Ultraperiféricas".

As deputadas da EBI/S de nordeste, sabendo que o Tratado Constitucional não está aprovado e poderá não vir a sê-lo,

decidiram-se pela análise da Carta dos Direitos Fundamentais da União.

Esta baseia-se nos valores da dignidade do ser humano, da liberdade, da igualdade e da solidariedade. Para isso, o Estado de direito, através da Democracia, é obrigado a assegurar um espaço de liberdade, segurança e justiça, colocando o ser humano no cerne da sua acção.

Na impossibilidade de abordarmos todos os direitos enunciados, escolhemos falar-vos de três para, juntos, reflectirmos sobre o que menos bem vai correndo na nossa terra.

- Dignidade do ser humano.

Ser digno significa ser merecedor, ser respeitado. Todos os seres humanos têm direito à sua dignidade. Cada um ser humano deve usufruir das regalias, facilidades e ajudas a que tem direito e de que mais necessita: princípio da equidade.

Este direito nem sempre é contemplado nas localidades mais distantes dos grandes centros urbanos, como é o caso do Nordeste. A distância “marca” a diferença.

Vejam alguns exemplos que, certamente, encontrarão em outras ilhas do nosso Arquipélago:

- Os acessos não são os mais cómodos. Embora o governo Regional tenha tomado algumas medidas no sentido de melhorar as acessibilidades, construindo vias rápidas e melhorando troços de estradas, o Nordeste continua à espera de “ficar mais perto do que está mais longe”.

- Numa parte do nosso concelho não temos acesso à internet em banda larga.

- Os eventos culturais continuam a acontecer nos grandes centros urbanos, votando ao esquecimento os cidadãos europeus que residem longe de tudo.

- Respeito pela vida privada e familiar.

A vida privada é a parte da vida de cada um, que é íntima, que as outras pessoas não devem ter conhecimento porque é particular.

O que vemos hoje? Os famosos que, mesmo vivendo em grandes cidades, não conseguem manter a sua vida privada em segredo. Há sempre um jornalista com uma máquina fotográfica em busca de algo para ser manchete de uma revista ou de um jornal no dia seguinte. No entanto, nem sempre as afirmações que fazem

correspondem à verdade, chegando, por vezes, a difamar as pessoas envolvidas.

E nós ao comprarmos estas revistas não estaremos a passar por cima deste direito?

Outro aspecto a reflectir consiste em se tivermos conhecimento de um caso de violência doméstica devemos ou não denunciar? Se o denunciarmos será que estamos a violar o direito do respeito pela vida privada e familiar?

Por um lado, não é legítimo interferirmos na vida privada, por outro devemos fazê-lo por uma questão de respeito pelos direitos fundamentais.

Nas escolas, em regiões pequenas e, até mesmo nas grandes cidades, a privacidade é escassa, sendo invadida constantemente pelas pessoas (professores, pessoal auxiliar e alunos) e pelos órgãos de comunicação social. Cada vez mais as pessoas intrometem-se na vida umas das outras, passando, assim, por cima do respeito pela vida privada e familiar de cada um.

Em meios pequenos como o nordeste, por mais que se tente, não se consegue manter algo em segredo, devido ao facto de toda a gente se conhecer.

Presidente: Sra. Deputada, terminou o seu tempo. Agradecia que concluísse rapidamente.

A Oradora: Termina já, Sra. Presidente.

Por outro lado, o respeito pelo nosso domicílio é, frequentemente, violado pois é com bastante frequência que recebemos em nossas casas telefonemas de pessoas desconhecidas, ou para fazer inquéritos, que normalmente são invenções, ou para publicitar instrumentos, com anúncios e prémios falsos, etc.

- Não discriminação

Um estudo efectuado pela turma de sociologia do 12º ano da nossa Escola concluiu que muitas das infra-estruturas públicas e privadas (licenciadas por quem de direito) encontram inacessíveis a pessoas com alguma deficiência.

Referimo-nos a rampas de acesso a hospitais, bancos, igrejas, super mercados, entre muitas outras irregularidades que descriminam pessoas portadoras de deficiência.

O que concluímos daqui:

Estaremos a pôr de parte esses indivíduos? Estaremos a evitá-los?

Outro ponto importante focar é: Como integrar aqueles alunos "especiais" em turmas ditas normais? Todos juntos? Todos separados?

Este direito não consagra a não discriminação sob nenhum ponto de vista.

A questão que nos assalta é:

Como ultrapassar a situação de sermos a Região mais pobre da União Europeia, a menos desenvolvida, com maior índice de pobreza e, por isso, a mais discriminada?

Conhecer os nossos direitos é fundamental para que possamos exercer e exigir.

Presidente: Sra. Deputada, conclua por favor.

A Oradora: Já termino, Sra. Presidente.

Assim se, denunciar é preciso, propor formas de ultrapassar as dificuldades é muito mais construtivo

A EBI/S propõe a criação de um Observatório do Desenvolvimento dos Açores com os seguintes objectivos:

1. Recolher, tratar e divulgar a informação relativa ao desenvolvimento das nossas Ilhas.
2. Organizar encontros que proporcionem momentos de reflexão e discussão sobre temas importantes para o desenvolvimento dos Açores como, por exemplo, ajudar a fixar as pessoas nas regiões mais afastadas dos centros urbanos.
3. Proporcionar informação que ajude a Universidade dos Açores a ser um pólo de desenvolvimento científico e de formação contínua.
4. Estabelecer parcerias com instituições representativas da actividade económica, social, cultural e política dos Açores;
5. Promover candidaturas a possíveis financiamentos, tendo em vista o apetrechamento físico e técnico dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada

Apresentadas todas as propostas, vamos dar início ao período de debate.

Lembro que os Exmos. Srs. Deputados Regionais, aqui presentes, poderão participar no debate.

Aproveito para agradecer a presença da Comissão de Política Geral, nomeadamente o presidente desta Comissão aqui presente, e aos Exmos. Srs. Deputados Regionais, representantes dos vários partidos políticos.

Muito obrigado.

Caros Deputados, eu própria peço para debaterem, porque estamos numa democracia, temos liberdade de expressão e é bom que todos participem.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Srs. Deputados, Caros Convidados, vamos dar início ao debate.

Tem a palavra o Sr. Professor Dr. Helder Silva.

Professor Doutor Helder Silva: Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Jovens Deputados, Sras. e Srs. Convidados:

Fui convidado para esta sessão, obviamente para prestar aqui alguns esclarecimentos e para, de alguma forma, contribuir para o esclarecimento de algumas questões e devo começar por referir que, em primeiro lugar, foi um enorme prazer assistir à qualidade das intervenções que aqui foram feitas e, em segundo lugar, para registar aquilo que foi o significativo volume de notas de observações que pude registar relativamente a matérias ambientais.

Como vocês sabem, eu fui durante quatro anos Secretário Regional do Ambiente, sentei-me nesta casa nessa qualidade e nunca, em nenhuma situação, em nenhuma sessão, assisti a um tão grande volume de preocupações com o ambiente e para mim isso é o registo de que, de facto, nos Açores estamos a construir, felizmente, uma nova geração com outro tipo de preocupações muito mais acentuadas nesta vertentes ambientais.

Dito isto, e não pretendendo esclarecer e responder exhaustivamente a todas as questões, penso que há aqui vários pontos que devo procurar, pelo menos, fornecer alguns elementos novos.

Houve aqui um voto de congratulação da Escola da Lagoa relativamente ao programa Eco-Escolas e também uma intervenção feita por esta mesma Escola, relativamente à necessidade de aumentar o número de Eco-Escolas na Região. Ainda bem que assim é e ainda bem que é esse o vosso sentimento.

Este Programa Eco-Escolas começou há meia dúzia de anos com meia dúzia de escolas e no ano passado registava já qualquer coisa como cerca de 50 escolas na Região que tinham aderido a este projecto.

Isto é já muito significativo e é um grande contraste com aquilo que se passa, sobretudo, no Continente onde nasceu este Programa. Nós soubemos transpô-lo para a Região e, felizmente, soubemos fazê-lo muito melhor do que aquilo que foram as intenções que, na altura, estiveram subjacentes à criação deste Programa e isto merece, obviamente, da minha parte, uma palavra de grande satisfação, por todos vós, pelo vosso trabalho, alunos e professores que, certamente, contribuíram para esta forma eficaz como o Programa foi desenvolvido.

Falou-se aqui muito em resíduos, mais eco-pontos, melhor tratamento de resíduos e ainda bem que assim é, ainda bem que essa preocupação existe e penso que nós temos que continuar muito preocupados, ainda por muitos mais anos, com a gestão dos resíduos na Região, porque se é verdade que tem sido feito um esforço ao nível, por exemplo, do planeamento dos resíduos, do apoio às autarquias para a exportação de resíduos, não é menos verdade que não tem havido da parte de todas as autarquias uma resposta positiva como deveria haver, no sentido de terem eco-pontos, de recolherem tudo aquilo que são resíduos que podem ser recolhidos em separado e também de encaminharem devidamente todos esses resíduos e esse esforço, infelizmente, e digo infelizmente, porque era bom que tivesse já resolvido, é um esforço e uma batalha que vamos ter que continuar ao longo dos próximos anos.

Foi feito aqui também um registo, pelo nosso amigo de S. Jorge, relativamente às lixeiras a céu aberto, que se prende muito com esta questão da má gestão dos resíduos e, infelizmente, essa é uma situação que continua a persistir.

O Governo Regional também aqui fez um esforço, em colaboração com as Câmaras de S. Jorge, que deram um contributo grande de parceria com o Governo que foi exemplar na resolução desses problemas de lixeiras espalhadas a céu aberto, particularmente no Concelho das Velas e eu lembro-me de uma muito próximo do aeroporto que existiu ali durante mais de 20 anos, com resíduos de automóveis e sucatas várias e que foi terminada.

Essas situações continuam a surgir e é preciso que todos nós, incluindo os cidadãos, participem neste processo. Não podemos deixar só para as entidades oficiais as suas responsabilidades de fiscalização. Nós temos que participar activamente também neste processo sendo capazes de fiscalizar, de controlar o “nosso quintal”, neste caso o “grande quintal” no sentido de termos um bom control sobre essas situações no território onde vivemos.

Houve aqui algumas outras questões também muito interessantes que foram levantadas, nomeadamente energias renováveis e registei com agrado as várias intervenções que tocaram nesta questão. Estou a lembrar-me, por exemplo, duma intervenção da Escola Mouzinho da Silveira, de outra da Escola Básica dos Arrifes e eu queria dizer aqui o seguinte:

A Região, e é bom que tenhamos também essa consciência, tem feito um esforço, um esforço que tem neste momento uma história de cerca de 15 anos, de investimento em energias renováveis, particularmente num processo que se iniciou com a geotermia, que tem vindo a ser mais acentuado com a intenção e a construção de uma segunda central geotérmica na Ilha de S. Miguel.

Eu gostava de vos dizer, sem prejuízo dos números não serem absolutamente correctos, que a ilha de S. Miguel já está a produzir qualquer coisa como uns 20% da energia consumida naquela ilha e com a nova central em S. Miguel, como também uma nova central na Terceira prevê-se que este nível de produção energética suba para um pouco mais de 20% no todo da Região.

Por outro lado, há outras energias, e há aqui alguns de vocês que vêm de ilhas onde esse investimento tem sido mais acentuado, particularmente naquilo que tem a ver com a produção de outro tipo de energias como as eólicas em Santa Maria, S. Jorge, Pico e Faial, ilhas onde esse investimento tem sido feito pela empresa

que, na Região, conduz esses investimentos, a EDA, e tem sabido dirigir bem os investimentos para essas energias renováveis.

No caso das energias hídricas temos as Flores com uma produção com muita expressão e em S. Miguel também com alguma expressão.

É importante nós termos esta consciência, porque no todo regional, e se calhar até comparativamente com outros países da União Europeia, nós temos um nível muito interessante de produção de energias renováveis, com tendência, como disse, para um crescimento.

Também é importante fazer o seguinte registo:

Isto acontece porque, naturalmente, há uma consciência na Região de que é este o caminho, o rumo que deve ser traçado, mas porque se falou no tratado da União Europeia e na União Europeia é bom termos todos a consciência que esses investimentos acontecem, sobretudo, porque a União Europeia disponibiliza fundos, que são interessantes, para o efeito, aos quais a EDA está a concorrer de forma muito satisfatória.

Portanto, há aqui uma participação grande da União Europeia nestes investimentos que têm a ver com a energias renováveis.

Digo isto, porque nós às vezes temos tendência para nos esquecer daquilo que são aspectos francamente interessantes da nossa integração neste grande espaço da União Europeia e este é, claramente, um daqueles aspectos positivos, sendo também igualmente verdade que tem havido, porventura, alguma canalização insuficiente de recursos financeiros para a resolução de outros problemas ambientais na Região, particularmente na construção de alguns aterros sanitários que ainda falta construir, etc.

Portanto, há aqui alguns lapsos em termos de preenchimento de vazios de recursos financeiros em termos ambientais, mas as situações têm melhorado satisfatoriamente.

Houve aqui uma intervenção da Escola Cardeal Costa Nunes - eu não posso estar de acordo com tudo - que eu registo com interesse, e que falava nas espécies infestantes e acho que esta questão deve ser abordada. Aliás, é uma questão que esta casa tratou já muitas vezes, que é a questão de espécies que são protegidas e que são entendidas por nós, em determinadas

parcelas da nossa Região, como espécies que surgem quase como infestantes, porque nascem de forma quase espontânea e a ilha do Pico é uma ilha singular neste aspecto.

Felizmente é talvez uma das ilhas em que temos um maior e um melhor património natural, do ponto de visto do património terrestre, e temos por isso áreas muito vastas na ilha do Pico que tem ainda uma vegetação que está muito próxima da vegetação que nós tínhamos no início do povoamento das ilhas e ainda bem que assim é e devemos fazer um esforço no sentido de que assim continue a ser.

Esta questão tem particularmente a ver com as urzes, mas há e continuará a haver sempre forma de solicitar pedidos excepcionais para corte de urzes. Isso é feito caso a caso e tem que continuar a sê-lo. Penso que nos últimos anos, felizmente, até nem tem havido grandes situações com o corte de urzes.

Presidente: Sr. Professor Doutor Helder Silva, agradeça que concluisse.

O Orador: Termine já, Sra. Presidente.

Penso que toquei nos aspectos mais fundamentais

Sempre tive este defeito de prolongar demasiado as minhas intervenções.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Victor Janeiro, representante da EB 3/S Vitorino Nemésio.

Deputado Victor Janeiro (Terceira): Exma. Sra. Presidente do Plenário Jovem, Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Caros Colegas Deputados, Exmo. Sr. Deputado José Manuel Bolieiro:

Visto que a Constituição pela qual nos vamos, em princípio, regular, apela à não discriminação de qualquer tipo, porque razão não é autorizada a entrada de alguns países na União europeia? O fato da maioria da população ser muçulmana tem alguma influência?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas, Srs. Convidados: Sr. Deputado, é com o maior gosto que lhe respondo à questão muito concreta e directa.

No entanto, gostava de previamente dar esta informação, que é essencial para perceber a realidade europeia.

A construção da União Europeia – antes Comunidade Económica Europeia – tinha como pressuposto para a adesão os países serem democráticos. Portanto, só os países que tivessem um regime democrático poderiam aderir à Comunidade Europeia.

Ainda hoje o objectivo central de adesão à União Europeia é a democracia e o respeito pelos direitos humanos. Não há país democrático, hoje, no mundo, que não seja subscritor da Declaração Universal dos Direitos do Homem ou da Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

Portanto, isto é uma questão essencial de cultura.

A Europa tem um padrão tradicional cultural, primeiro judaico-cristã, isto é, na lógica do cristianismo, depois, uma opção Estado-laico, ou seja, não haver Estados religiosos.

A Turquia teve no passado todos estes problemas e ainda hoje alguns subsistem, estão a fazer um esforço para terem um verdadeiro regime democrático e uma cultura que se aproxime mais dessa lógica da Europa Ocidental e do respeito pelos direitos do homem.

Aliás, há pouco a Deputada Natacha referia a Carta dos Direitos Fundamentais no Tratado Constitucional e isto é essencial. É por isso que a Europa Ocidental, que hoje forma a União Europeia, oferece resistência à adesão da Turquia, visto que ela ainda hoje vive a transição para uma plena democracia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado José Bolieiro.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Marisa Rodrigues, representante da EBI dos Arrifes.

Deputada Marisa Rodrigues (S. Miguel): Exma. Sra. Presidente do Plenário Jovem, Sras. e Srs. Deputados, Ilustres Convidados, Estimado Público:

Exponho esta questão ao Exmo. Sr. Deputado João Bettencourt, do Partido Socialista.

Gostaríamos de saber por que motivo, quando se criam alguns novos cursos na Universidade dos Açores, os alunos podem apenas frequentar os anos preparatórios tendo em conta que se deslocam a Portugal Continental para concluir as licenciaturas?

Será que este facto, Sr. Deputado João Bettencourt, não irá prejudicar a fixação de quadros superiores nas nossas ilhas?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado João Bettencourt, representante do Grupo Parlamentar do PS.

Deputado João Bettencourt (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Jovens Deputados, Ilustres Convidados, Colegas Deputados, Exmos. Srs. Professores:

Relativamente a esta questão colocada pela Deputada Marisa o que eu tenho a informar é o seguinte.

A Universidade dos Açores, como sabem, realiza uma série de cursos destinados aos jovens.

No entanto, para algumas licenciaturas criadas há relativamente pouco tempo, a Universidade dos Açores não tem o número de docentes necessários e julgo que também a nível de condições infraestruturais para que os cursos prossigam e sejam concluídos.

Por isso, os primeiros anos são realizados na Universidade dos Açores, tendo, por conseguinte, os jovens que se deslocar a Universidades do Continente para concluírem as respectivas licenciaturas.

Como é óbvio, e a questão é muito pertinente, poderá ter alguma influência no que diz respeito à fixação de quadros superiores nas nossas ilhas, que é uma lacuna que existe.

No entanto, a Universidade dos Açores já possui um leque bastante considerável de licenciaturas a oferecer aos jovens açorianos, que tem vindo a crescer ao longo dos últimos anos, o que tem possibilitado a melhoria de algumas destas situações.

Portanto, nem tudo é como nós queremos, nem tudo é perfeito, mas com o passar do tempo esperamos que essa situação seja reposta e que cá nos Açores possamos ter um leque mais alargado de licenciaturas vocacionadas especificamente para áreas com

alguma carência nos vários sectores das ilhas do nosso arquipélago.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado João Bettencourt.

Dou a palavra à Sra. Deputada Natacha Sousa, representante da EBI/S de Nordeste.

Deputada Natacha Sousa (S. Miguel): Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Ilustres Convidados:

A minha questão é dirigida ao Sr. Deputado João Bettencourt, representante do Grupo Parlamentar do PS.

Puxando a “brasa à minha sardinha” gostaria de saber qual o ponto de situação no que diz respeito às negociações entre o Governo Regional e os dois consórcios envolvidos no Projecto Scut’s?

Sabendo que a nossa via é indispensável para o desenvolvimento do Nordeste, nomeadamente para a fixação e mobilidades dos seus habitantes, será que os jovens do Concelho do Nordeste, já desiludidos com tanta promessa política, podem renovar a sua confiança no actual Governo e na sua determinação na construção da dita via que, para nós, é a via do futuro?

Se seguida, gostaria de colocar uma questão à minha colega, Sra. Deputada Cátia Faria.

Como todos nós sabemos os bens alimentares biológicos saem muito mais caros do que todos os outros alimentos produzidos com base química. Sabendo que estes últimos não são os mais saudáveis, mas são os mais baratos, a Sra. Deputada não acha que, ao incentivar uma maior adesão à agricultura biológica, só iria contribuir para uma maior crise no nosso País/Região?

Não é pena que, para se ser mais saudável, se tenha que gastar mais dinheiro? Não devia ser ao contrário?

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Para responder à questão colocada, dou a palavra à Sra. Deputada Cátia Faria, representante da EBI dos Arrifes.

Deputada Cátia Faria (S. Miguel): Sra. Presidente, Ilustres Convidados, Sras. e Srs. Deputados:

Respondendo à Sra. Deputada Natacha, queria dizer que nós não queremos eliminar a agricultura química, porque em determinadas

zonas, nomeadamente perto das Lagoas, os terrenos são adubados e as águas das chuvas escorrem para as lagoas poluindo-as, dando origem ao crescimento de algas que, neste momento, estão a destruir as nossas lagoas.

É verdade que a agricultura biológica é muito mais saudável, mas mais cara e menos produtiva.

O que eu quero dizer é que não se deve eliminar a agricultura química, mas sim reduzi-la ao ponto de não poluir tanto as terras como as águas.

Deve-se incentivar a agricultura biológica para que possamos ter produtos com mais qualidade para nos dar uma melhor qualidade de vida.

Obrigada.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, queria chamar a atenção para o seguinte:

O tempo corre e agradeço aos Exmos. Srs. Deputados que fossem o mais breve possível, não ultrapassando os três minutos no máximo.

Tem a palavra agora o Sr. Deputado João Bettencourt para responder à questão colocada.

Deputado João Bettencourt (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Jovens Deputados, Colegas Deputados Regionais, Ilustres Convidados, Srs. Professores:

Relativamente à questão muito pertinente, colocada pela Deputada Natacha Sousa, no que diz respeito à Scut's, a informação que lhe posso transmitir é que neste momento estão a decorrer as negociações por parte do Governo e esperamos que até final do ano a questão esteja solucionada.

Como sabe, nós aqui no Parlamento açoriano temos alguma especificação de matérias por ilhas e como esta matéria não é propriamente da ilha que represento, por isso, se me for permitido, Sra. Presidente, irei passar a palavra a uma colega Deputada de S. Miguel para lhe responder melhor a esta questão. Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Furtado (PS): Boa tarde, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Ilustres Convidados, Colegas Deputados, Srs. Professores:

Como o Deputado João Bettencourt já avençou, neste momento decorrem negociações. A Comissão está a analisar as propostas e continua em negociações com os consórcios e esperamos que até ao final do ano comecem as obras que levará a estrada, com perfil de duas vias na via rápida, até ao Nordeste e aproximar assim os nordestenses do resto da ilha e facilitar as acessibilidades.

De facto, é uma coisa essencial para aproximar e fazer fluir uma dinâmica diferente na lha de S. Miguel.

Deputada Natacha Sousa (S. Miguel): Podemos confiar no actual Governo?

A Oradora: Eu posso responder como parlamentar, mas acho que sim. É para isso que estamos aqui.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada Catarina Furtado.

Chamo a atenção para a Sra. Deputada Natacha de que não é permitido diálogo.

De seguida dou a palavra à Sra. Deputada Mara Arruda, representante da EB 3/S Vitorino Nemésio.

Deputada Mara Arruda (Terceira): Exma. Sra. Presidente, Exmos. Srs. Deputados Regionais, Caros Colegas Deputados:

Sr. Deputado João Bettencourt, no caso de um ataque terrorista a algum Estado-membro, o apoio financeiro destinado ao desenvolvimento das Regiões Ultraperiféricas será assegurado ou será canalizado para fins de defesa?

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Mara Arruda, importa-se de repetir a pergunta, a pedido do Sr. Deputado.

Deputada Mara Arruda (Terceira): Exmo. Sr. Deputado João Bettencourt:

No caso de um ataque terrorista a algum Estado-membro da União Europeia, o apoio financeiro destinado ao desenvolvimento das Regiões Ultraperiféricas será assegurado ou será canalizado para fins de defesa?

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bettencourt para responder.

Deputado João Bettencourt (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Jovens Deputados, Colegas Deputados Regionais, Srs. Convidados, Srs. Professores:

A Sra. Deputada coloca-me uma questão que eu tenho algumas dificuldades em responder.

Colocou uma questão que espero que não aconteça, mas a União Europeia com certeza que terá em atenção verbas disponibilizadas para casos de extrema gravidade que possam ocorrer nalgum dos países da União.

No que diz respeito às Regiões Ultraperiféricas, das quais os Açores fazem parte, os apoios a conceder serão, com certeza, assegurados.

Existem algumas questões em que nós seremos privilegiados, como já foi referido aqui da parte da manhã, pela nossa condição de insularidade e julgo que isso não é algo que poderá ocorrer, caso essa questão que apontou aconteça em algum país na União Europeia.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado João Bettencourt.

Dou a palavra agora à Sra. Deputada Inês Teixeira, representante da ES da Lagoa.

Deputada Inês Teixeira (S. Miguel): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sra. Presidente, Srs. Deputados, representantes dos partidos políticos. Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público: Gostaria de colocar uma questão ao Dr. João Bettencourt:

Tem do consideração a importância que as lagoas naturais têm no desenvolvimento do turismo regional, que medidas estão a ser postas em prática pelo Governo Regional no sentido de resolver o problema da eutrofização das lagoas em S. Miguel?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bettencourt para responder à questão colocada.

Deputado João Bettencourt (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Jovens Deputados, Srs. Professores, Srs. Convidados, Colegas Deputados Regionais:

O caso das lagoas nos Açores, para além da importância paisagística, quer para o turismo, quer o embelezamento das nossas ilhas, é inegável a sua importância. Por outro lado, as lagoas funcionam também como reservas de água e, por isso mesmo, pretende-se que tenham a maior qualidade possível.

Depois de se ter detectado o problema da eutrofização nas lagoas referidas, problema que nos últimos anos se tem vindo a agravar, o Governo Regional tem encetado algumas medidas tendo em visto a resolução do problema.

Em Fevereiro deste ano saiu um diploma regional que vem estabelecer algumas medidas de protecção e de prevenção, no que diz respeito à Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas, tendo em vista, de forma breve, regularizar esta situação. Está também a ser encetado um diálogo com os agricultores que, como sabem, naquela zona da lagoa têm provocado este problema com a deposição dos nutrientes que são uma das causas desta questão da eutrofização.

Foram também efectuados vários estudos científicos para saber o estado das águas. Já foram adoptadas várias medidas no que diz respeito à manipulação bioquímica das substâncias nocivas que existirão nestas lagoas e espera-se que, a breve trecho, o grave problema que irá prejudicar, não só a ilha de S. Miguel como as restantes ilhas, ao nível do turismo e mesmo ao nível das populações locais, possa ser solucionado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado João Bettencourt.

Gostaria de chamar novamente a vossa atenção para o tempo. Agradecia que fossem mais breves nas suas intervenções.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Joana Vieira, representante da ES das Laranjeiras.

Deputada Joana Vieira (S. Miguel): Sra. Presidente da Assembleia do Plenário Jovem, Caros Deputados e Convidados: Sr. Deputado Clélio Meneses, sabendo nós que a política açoriana está bipolarizada a dois partidos, a oposição assume contornos relevantes na defesa e interesses do povo açoriano, gostaríamos de saber quais os traços orientadores da vossa política no que concerne ao aumento da produtividade das pescas, sobretudo da pesca artesanal que tem vindo a ultrapassar grandes dificuldades?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses, representante do Grupo Parlamentar do PSD, para responder à questão colocada.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Jovens, Convidados, Colegas Deputados, Srs. Professores:

Nesta minha primeira intervenção gostaria, antes de mais, de saudar todos os deputados e uma saudação muito particular para duas escolas onde, pelos caminhos da vida, cheguei a dar algumas aulas, a Escola Vitorino Nemésio e a Escola dos Biscoitos e, sobretudo, felicitar e congratular-me pela forma como tem decorrido os trabalhos, pelo conhecimento que têm demonstrado, pelo entusiasmo, pelo empenho e pelas qualidades políticas que têm demonstrado.

Relativamente à questão colocada pela Joana, gostaria de dizer que o PSD tem assumido essa responsabilidade que identificou de ser partido da oposição e ao contrário daquilo que as pessoas pensam, não são só os partido de poder que têm responsabilidades em termos de resolver os problemas, porque às vezes passa essa ideia de que quem está no poder resolve os problemas e quem está na oposição só critica, não é assim, nem pode ser assim.

Os partidos, pelas responsabilidades que têm e por estarem aqui representados na Assembleia, têm todos de ir por este caminho de apresentar propostas, contribuir para o desenvolvimento dos Açores aos mais variados níveis, quer estejam no poder ou na oposição. É esta a nossa perspectiva e entendemos que é isso também que os açorianos e vocês em especial esperam de nós.

Relativamente à questão das pescas, devo dizer que é um sector importantíssimo, desde logo porque os Açores são mais mar do que terra. Vivemos numa região insular que tem características especiais, em que as pescas têm uma importância socioeconómica decisiva para o nosso desenvolvimento.

Entendemos que é importante preservar as nossas características a esse nível e, sobretudo, potenciar as nossas capacidades, porque o que assistimos muitas vezes é quando se fala a este nível os açorianos demonstram-se preocupados, porque vêm barcos de outros países, nomeadamente de Espanha ou de Marrocos, mas

pensamos que, em vez de estarmos preocupados com os outros que vêm pescar nas nossos mares, devemos afirmar as nossas potencialidades e as capacidades que os Açores têm ao nível das pescas, para os nossos pescadores e armadores estarem habilitados a poder aproveitar aquilo que existe de bom nos Açores.

Por isso, tudo o que vá de encontro a aumentar a capacidade dos nossos pescadores e armadores e, sobretudo, de afirmar as capacidades que temos, merece o nosso apoio.

O caminho a seguir é, antes de esperarmos que venham os outros para os nossos mares, darmos possibilidades aos pescadores dos Açores para aproveitar as imensas capacidades que os Açores têm e para, através das pescas, também promovermos o desenvolvimento dos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Clélio Meneses.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Nuno Resendes, representante da EBI/S Bento Rodrigues.

Deputado Nuno Resendes (Santa Maria): Exma. Sra. Presidente, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados:

Sendo nós habitantes de uma Região Ultraperiférica, neste caso o Arquipélago dos Açores, temos que concordar que um dos nossos sectores de actividade que emprega grande parte da população é a pesca.

A minha pergunta é direccionada ao Sr. Deputado Dr. Clélio Meneses.

Que alternativas, em termos de sectores de actividade, a Constituição Europeia prevê para o desaparecimento duma actividade tradicional e típica como a pesca nos Açores?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses para responder à questão colocada.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados Jovens, Convidados:

Não sou propriamente pescador, mas as questões ligadas à pesca ultimamente têm-me sido dirigidas.

O que devo dizer é que o desenvolvimento faz-se não apenas de acordo com uma área, ou seja, nenhuma região pode cingir o seu desenvolvimento apenas a um sector, mas adequar o seu

desenvolvimento às capacidades que cada região tem e tentando atenuar as dificuldades que essa região possa ter.

Os Açores tem algumas características que tem levado a que as políticas tenham sido orientadas para a agricultura e para as pescas. O turismo agora vem se sentido como uma aposta fundamental.

Se a Constituição europeia não determina por si só nenhum caminho alternativo à pesca, entendemos que os Açores devem adequar-se cada vez mais aos novos tempos e existem áreas de conhecimento, áreas de intervenção social e económica que merecem cada vez mais atenção, sobretudo tendo em conta que cada vez mais vivemos num tempo de globalização, isto é: ninguém pode pensar que se desenvolve fechado no seu cantinho, porque tudo o que se passa num lado do planeta pode influenciar o que se passa no outro.

Entendemos que, áreas como as novas tecnologias, e cada vez mais se sente que os jovens estão ligados a isso, o turismo e, sobretudo, uma outra questão que me parece importantíssima, a agricultura, área que tem sido marcante no desenvolvimento dos Açores, deve continuar a ser, preservando também as nossas capacidades e aqui toco naquilo que tem sido um ponto comum nas várias intervenções, tem a ver com o ambiente, ou seja, a preservação do ambiente, a preservação daquilo que é nosso e que nos identifica, quer ao nível das pescas, quer ao nível da agricultura, também potencia essas actividades.

Parece-me que é conhecendo a realidade, as nossas características, que podemos também potenciá-las e fazer com que isso vá no sentido de desenvolver os Açores e de melhorar as condições de vida dos açorianos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Clélio Meneses.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Joana Teixeira, representante da ES da Lagoa.

Deputada Joana Teixeira (S. Miguel): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sra. Presidente, Srs. deputados, representantes dos partidos políticos, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados, Exmo. Público: Gostaria de colocar uma questão ao Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PSD, Dr. Clélio Meneses.

Gostaríamos de saber se o vosso partido concorda com as principais medidas tomadas pelo Governo Regional no sentido de captar da União Europeia recursos financeiros que permitam aproximar o nível de vida dos açorianos em relação aos restantes cidadãos europeus?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Para responder a esta questão, tem a palavra o Sr. Deputado, Dr. Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sra. Presidente, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Obviamente que, como disse na minha primeira intervenção, os partidos que estão na oposição não têm que estar sempre contra os partidos que estão no governo. Isso seria um erro. No entanto, é essa a imagem que as pessoas têm.

É óbvio que todas as medidas do Governo Regional que vão no sentido de melhorar as condições de vida dos açorianos, que vão no sentido de promover a convergência entre o modo de vida dos açorianos com os portugueses de outras regiões e, sobretudo, com a Europa, merecem a nossa concordância. Obviamente que é assim.

A maior parte das questões que são trazidas a esta Assembleia, se calhar, até merecem a concordância unânime dos Deputados.

Há perspectivas diferentes, há ideias que o PSD tem e que os outros partidos não têm, mas isso decorre da própria democracia e da necessidade de que cada um à sua maneira e de acordo com os seus valores e as suas ideologias, entende que é melhor para a população.

Apesar de cada um ter a sua política, o seu quadro, o seu programa, não é obstáculo a que se apoie medidas que vão no sentido de promover a convergência e a melhoria das condições de vida dos açorianos. Isto nunca pode ser posto em causa.

Foi bom ter colocado esta questão para que se desmistifique essa ideia de que dum lado estão os bons e do outro estão os maus, independentemente de serem uns ou outros que estejam no governo. Obviamente que todos estão no sentido de promover o bem-estar dos açorianos.

Somos 52 deputados nesta Assembleia e todos foram eleitos pelos açorianos. Uns não foram eleitos pelos melhores açorianos e outros pelos piores. Fomos eleitos pelas dezenas de milhares de açorianos que votaram e por isso temos essa legitimidade e todos queremos contribuir da mesma forma, independentemente da bancada em que estejamos.

Presidente: muito obrigado, Sr. Deputado Clélio Meneses.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Diogo Branco, representante da ES da Ribeira Grande.

Deputado Diogo Branco (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente deste Plenário Jovem, Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmos. Convidados, Caros Deputados, Senhoras e Senhores:

Tendo em conta a escassez de tempo, gostaria de abordar numa só intervenção vários pontos.

Em primeiro lugar, gostaria de abordar a EB 2,3/S Cardeal Costa Nunes.

Na vossa intervenção os deputados propuseram e passo a citar: “Que seja feito um maior esforço no envolvimento dos jovens na discussão de políticas que procurem reduzir a ultraperiferia dos jovens”. Gostaria que me elucidassem quanto à forma como o pretendem fazer.

Em segundo lugar, gostaria de abordar a EBI dos Arrifes.

Na vossa intervenção os colegas deputados falaram e passo a citar: “... fiscalização efectiva que permita proteger as nossas espécies marinhas”. Seria bom se os colegas deputados pudessem especificar e desenvolver essas questões.

Em terceiro lugar, gostaria de abordar a ES das Laranjeiras.

Na vossa intervenção as Sras. Deputadas propuseram o seguinte e cito: “Propomos ao Plenário jovem que vote o reforço e a criação de mecanismos financeiros de apoio e geridos de uma forma equilibrada...”. Gostaríamos que nos esclarecessem quanto à natureza desses mecanismos.

Por último, gostaria de abordar a EBI/S do Nordeste quanto à questão elaborada pela Deputada Natacha à Escola dos Arrifes, gostaria de referir que, como em qualquer produto no mercado, o cliente paga a qualidade do produto. O mesmo acontece com os produtos da agricultura biológica e não o facto destes não serem

prejudiciais à saúde que vem alterar esse mesmo facto, pois o mesmo acontece com os fármacos.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Flávio Nunes, representante da EB 3/S Vitorino Nemésio.

Deputado Flávio Nunes (Terceira): Exma. Sra. Presidente, Exmos. Srs. Deputados Regionais, Exmos. Convidados, Caros colegas Deputados, Exmo. Sr. Deputado Clélio Meneses:

O que pensam fazer os partidos políticos para dar a conhecer o texto da Constituição Europeia à população regional, o qual será referendado já no próximo mês de Outubro?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para responder à questão colocada, tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sr. Deputado Flávio Nunes, obviamente que uma das questões mais importantes é a forma como os açorianos se ligam a estas questões e o que se sente é que todos os aspectos da vida dos açorianos estão quase sempre ligados a questões europeias.

A escola em que vocês estudam, se calhar, foi financiada com fundos comunitários, a estrada que vos leva de casa à escola foi também financiada com fundos comunitários; as regras ligadas à alimentação, se calhar, são regras transpostas de directivas comunitárias, etc. A nossa vida, mesmo sem darmos por isso, está íntima e eminentemente ligada a questões europeias.

No entanto, esta ligação que a nossa vida tem com questões europeias, infelizmente, não é proporcional à informação e à ligação que os açorianos têm às questões europeias, isto é, estamos demasiados afastados dos centros geográficos da Europa, dos centros de decisão da Europa e até das médias europeias de desenvolvimento e este afastamento não faz com que nós tenhamos a percepção e a perspectiva real da importância da Europa e por isso é essencial que os poderes públicos, os governos, a Assembleia e os partidos políticos cheguem junto das

populações e expliquem o que é que está em causa com os avanços da Europa.

Obviamente, que a Constituição Europeia seria um avanço no caso de se consumir, mas, pelas notícias recentes, o que se sente é que muito dificilmente se vai confirmar que a Constituição que está em discussão entre em vigor, mas é importante que isso aconteça.

Sei que, por exemplo, a Comissão de Política Geral, uma das comissões da Assembleia, tem programado um conjunto de colóquios nas várias ilhas no sentido de que as populações participem.

No entanto, também é preciso que vocês, com o sentido de responsabilidade e interesse que estão a demonstrar, façam contagiar os outros destes aspectos.

Recordo-me que há cerca de três anos a Assembleia realizou um colóquio, na altura sobre a Convenção, que veio dar origem ao Tratado Constitucional, convidou-se Presidentes de Junta de Freguesia, Presidentes de Casas do Povo, de Filarmónicas e um com junto de pessoas e que é certo é que a população não aderiu e não apareceu neste colóquio.

O que é importante é que da parte das Assembleias e dos partidos haja uma perspectiva de se abrir às pessoas para explicar o que é que acontece, mas também é importante que a população se sinta atraída e se sinta com vontade de receber esses conhecimentos e essas informações.

Como disse, vocês, pelo entusiasmo que estão a demonstrar, têm a responsabilidade acrescida de, por vós próprios, sentir a necessidade e a vontade de saber essa informação, mas também de contagiar os vossos pais, os vossos amigos para a importância da participação pública e, sobretudo, para a importância de estarem informados para questões tão importantes como é a Europa da forma que identifiquei.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Clélio Meneses.

Caros Deputados, ocorreu um erro da minha parte, porque uma escola dirigiu questões a várias escolas e eu devia ter dado a palavra de imediato a essas escolas para, se assim o entendessem, responder às questões colocadas. Foi um lapso da minha parte.

Assim sendo, pergunto às escolas que foram questionadas pelo Sr. Deputado Diogo Branco se desejam responder, nomeadamente a EB 2,3/S Cardeal Costa Nunes, EBI dos Arrifes, ES das Laranjeiras e a EBI/S do Nordeste.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cátia Faria, representante da EBI dos Arrifes, para responder à questão coloca.

Deputada Cátia Faria (*S. Miguel*): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Em primeiro lugar, gostava de especificar a questão da fiscalização nas pescas.

Quando existem espécies na sua época de defeso, ou seja, na sua época de reprodução, estas não devem ser capturadas. Acho que toda a gente sabe as razões pelas quais essas espécies não devem ser pescadas.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Marisa Rodrigues para intervir também sobre esta questão.

Deputada Marisa Rodrigues (*S. Miguel*): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Relativamente às espécies, existem algumas que estão em vias de extinção e há ainda pessoas que insistem em pescá-las.

Existem leis que proíbem a captura de certas espécies e são essas leis que nós devemos especificar aqui e que devem ser mais rigorosas na sua implementação, ou seja, deve haver uma fiscalização rigorosa no sentido dessas leis serem cumpridas com maior rigor.

Quanto às pescas, acho que muitas espécies não devem ser pescadas quando estão na sua época de reprodução ou escassez, uma vez que pode levar à extinção destas. Se estão na sua época de reprodução, pode prejudicar ou não? Certo ou errado?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Branco para responder.

Deputado Diogo Branco (*S. Miguel*): Sra. Presidente da Mesa, Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria de esclarecer que a minha questão dirigia-se à fiscalização e não propriamente às espécies que poderiam entrar em extinção.

Era só.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cátia Faria para responder à questão.

Deputada Cátia Faria (S. Miguel): Muito obrigada, Sra. Presidente.

A fiscalização está precisamente nessa área, porque se não houver fiscalização das leis que estão em vigor e se não houver maior rigor na sua fiscalização, algumas espécies podem estar em risco de extinção.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Branco.

Deputado Diogo Branco (S. Miguel): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Penso que a Sra. Deputada dos Arrifes ainda não percebeu a minha posição.

Eu gostaria que especificasse quais as fiscalizações que deveriam ser impostas de maneira a poder controlar numa forma eficaz, a exploração dessas espécies?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cátia Faria.

Deputada Cátia Faria (S. Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Aumentando, por exemplo, a polícia marítima, tendo em vista um maior controle dos barcos.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Ana Dutra, representante da EB/S Cardeal Costa Nunes, para responder à questão colocada pelo Sr. Deputado Diogo Branco.

Deputada Ana Dutra (Pico): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Ilustres Convidados:

Antes de mais quero esclarecer que a ultraperiferia não é só económica, é também educativa e cultural e devia-se desenvolver programas para o desenvolvimento das nossas escolas, que também são periféricas, introduzindo mais rapidamente as novas tecnologias nas escolas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Branco.

Deputado Diogo Branco (S. Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria de esclarecer que a minha intervenção não vai de encontro a isso, mas de encontro às medidas que os Srs.

Deputados queriam propor de modo a integrar os jovens, no dia-a-dia, nas discussões políticas.

Presidente: A Escola Secundária da Ribeira Grande também colocou uma questão à Escola Secundária das Laranjeiras e pergunto se deseja responder.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Câmara, representante da ES das Laranjeiras.

Deputada Cláudia Câmara (S. Miguel): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sra. Presidente da Assembleia do Plenário Jovem, Caros Deputados, Caro Deputado Diogo Branco:

Como referi os mecanismos financeiros visavam reforçar meios tecnológicos mais desenvolvidos, reforçar a formação das pequenas embarcações, reforçar a investigação nos recursos disponíveis, através de projectos financiados pela Comunidade Europeia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Branco.

Deputado Diogo Branco (S. Miguel): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Aceita-se a explicitação da nossa colega. Ao menos houve alguém que respondeu à questão colocada sem hesitações.

Presidente: Foi também colocada uma questão à Escola do Nordeste. Desejam responder?

O Sr. Deputado Diogo Branco deseja a palavra para?

Deputado Diogo Branco (S. Miguel): Eu não coloquei nenhuma pergunta à escola do Nordeste. Fiz uma elucidação.

Presidente: Peço desculpa. Estava distraída.

Tem a palavra a Sra. Deputada Natacha Sousa, representante da EBI/S do Nordeste.

Deputada Natacha Sousa (S. Miguel): Sra. Presidente, o meu colega acabou de dizer que não tinha colocado nenhuma questão à Escola do Nordeste, mas tenho um pequeno comentário a fazer, porque talvez não me tenha expressado da melhor maneira.

Eu não sou contra a agricultura biológica, muito pelo contrário. Eu apenas acho que, para baixar os preços, devido à agricultura biológica ter custos tão elevados, devia se haver incentivos à mesma.

Se calhar o Estado ganharia muito mais em compartilhar a agricultura biológica do que compartilhar os medicamentos. Além disso os produtos provenientes da agricultura biológica são muito mais saudáveis.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Diogo Branco.

Deputado Diogo Branco (S. Miguel): Eu concordo plenamente com a opinião da Sra. Deputada.

Eu não disse que a Sra. Deputada e o seu grupo eram contra a agricultura biológica.

Também gostaria de esclarecer que não estou contra a atribuição de subsídios e outras ajudas monetárias à agricultura biológica, mas, devido às empresas terem que ter sempre um lucro e à agricultura biológica exigir bastante trabalho, duvido muito que a agricultura biológica e os seus produtos possam ser vendidos a baixos custos de maneira a serem bastante acessíveis à população.

Presidente: Encerrado este debate provocado pelas questões colocadas pelo Sr. Deputado Diogo Branco, dou agora a palavra à Sra. Deputada Rafaela Sousa, representante da EBI dos Arrifes.

Deputada Rafaela Sousa (S. Miguel): Exma. Sra. Presidente, Srs. Convidados, Caros Colegas Deputados:

Voltando ao assunto das pescas, com certeza que a expressão “mar aberto” não vos é desconhecida. É este facto que se passa no nosso arquipélago e com o qual eu discordo.

As águas açorianas deveriam ser mais exploradas pelos açorianos e não por outros países que vêm cá capturar as nossas espécies marinhas. Isto prejudica, quer o país a nível económico, quer os próprios açorianos que ficam com pouca quantidade de produtos disponíveis.

Exmo. Sr. Deputado João Bettencourt, poderá dizer-nos como pode ser protegida a nossa indústria pesqueira?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bettencourt para responder à questão colocada.

Deputado João Bettencourt (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Jovens Deputados, Colegas Deputados Regionais, Ilustres Convidados, Srs. Professores:

Relativamente ao sector das pescas, que já foi muito falado esta tarde, eu gostaria de, na sequência da sua interpelação, dar também aqui a minha opinião sobre esta sector.

A actividade da pesca desenvolvida nos Açores é uma actividade artesanal e por isso existem grandes dificuldades em que os nossos pescadores possam competir com pescadores que utilizem frotas pesqueiras muito mais modernas e que venham para as nossas águas exercer a actividade da pesca.

Por isso, existe a necessidade de se repensar medidas concretas para este sector, passando, em primeiro lugar, por uma modernização na nossa frota, aspecto que está a ser desenvolvido ao longo destes últimos anos, dotando a nossa frota pesqueira de embarcações com melhores capacidades, com novas tecnologias que possam melhorar a sua produtividade.

Por outro lado, também uma aposta na formação profissional dos profissionais da pesca para lhes dar, por um lado, maior dignidade na actividade que exercem e, por outro, dotá-los de maiores conhecimentos para poderem utilizar os nossos equipamentos disponíveis nas frotas mais modernas de pesca.

Outro aspecto que também será de se pensar é desenvolver uma actividade paralela a esta actividade da pesca que poderia passar, por exemplo, por uma pesca turismo, uma vez que a Região Autónoma dos Açores são uma região propícia a novos progressos nesta área do turismo e uma destas inovações poderia ser readaptar algumas das nossas embarcações para que possam oferecer ao turista passeios turísticos, mesmo em situação de passeio real de pesca, que possam assistir à forma como os nossos pescadores, desde há vários anos atrás, desde os nossos avós, exerciam a pesca de forma artesanal e que, com certeza, muitos dos turistas que nos vêm visitar poderiam ter todo o interesse em acompanhar a forma como era desenvolvida essa actividade.

Relativamente a outros assuntos abordados, no que diz respeito à pesca, julgo que já foi dito muita coisa. A pesca é uma actividade fundamental para determinadas comunidades das nossas ilhas, nomeadamente S. Miguel tem a comunidade piscatória de Rabo de Peixe; na ilha Terceira tem a comunidade piscatória de S. Mateus. São comunidades piscatórias muito específicas e que a maioria da sua população vive dependente desta actividade e por

isso há que ter muita atenção para todas as políticas no que diz respeito à actividade da pesca, tendo em conta o bem-estar de todos os nossos pescadores em geral.

Muito obrigado.

Presidente: muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Sónia Santos, representante da EBI/S da Graciosa.

Deputada Sónia Santos (Graciosa): Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Srs. Convidados:

Tal como já foi aqui referido pelo Grupo Parlamentar da ilha do Corvo e por nós, na moção que apresentamos, os transportes na Região Autónoma dos Açores são um assunto deveras preocupante.

Neste sentido queremos aqui colocar uma questão ao Sr. Deputado João Bettencourt, uma vez ser este o representante do Governo Regional.

Sr. Deputado, como se justificam as tarifas que existem nos transportes aéreos inter-ilhas?

Como se pode aceitar que ilhas como a Graciosa continue a ter transporte marítimo do Continente, apenas de duas em duas semanas?

Sr. Deputado, para quando uma evolução dos transportes açorianos?

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Para responder às questões colocadas, tem a palavra o Sr. Deputado João Bettencourt.

Deputado João Bettencourt (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

As suas perguntas são muito pertinentes e atrevo-me a dizer que concordo com tudo aquilo que disse.

Refiro, por exemplo, que estamos melhor do que estávamos há uns anos atrás. No entanto, não estamos bem e neste sentido há a intenção por parte dos governantes e com a pressão dos vários grupos parlamentares que também existe essa vontade, com certeza, em que as passagens aéreas inter-ilhas apresentem valores

de custos mais facilitadores para mobilidade de todos os açorianos.

Muitas vezes, por questões fundamentalmente económicas, que tem a ver com as empresas que fornecem esses serviços a todos nós açorianos, essas questões de baixarem o preço, são questões complexas e que, com o tempo, tenta-se negociar para que isso ocorra.

No entanto há que ter em atenção também toda a contextualização global, ou seja, por exemplo se o preço do petróleo aumenta, dificilmente as tarifas aéreas poderão baixar. São questões que todos nós temos a preocupação de resolvê-las, mas às vezes não são assim tão lineares, tão fáceis.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Florinda Ponte, representante da EBI das Capelas.

Deputada Florinda Ponte (S. Miguel): Exma. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Deputada à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores:

Gostaria de colocar uma questão ao Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do PS.

O Sr. Deputado não acha que as ajudas do Poseima/Pescas se deveriam destinar a todas as espécies capturadas, independentemente de serem ou não exportadas?

Digo isto, porque se o peixe não é exportado o pescador não recebe o subsídio. É o caso do chicharro, da sardinha e da cavala que não são espécies exportadas devido ao facto do seu baixo preço não o compensar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Para responder a esta questão, tem a palavra o Sr. Deputado do Partido Socialista, João Bettencourt.

Deputado João Bettencourt (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A questão que colocou, novamente do âmbito das pescas, é uma matéria muito específica e eu não estarei devidamente habilitado para responder na globalidade.

No entanto, posso referir uma aposta que este Governo tem tentado colocar em prática, com o apoio do Departamento de Oceanografia e Pescas, que é a questão de se existem ou não novas espécies que possam ser exploradas nos mares açorianos.

Em estudos efectuados pela Universidade dos Açores já foram detectadas novas espécies de maior profundidade e que as frotas terão que se adaptar para poderem capturar esse pescado e ser uma forma alternativa de rendimento para os pescadores.

Relativamente às espécies que existem com maior abundância, é a lei da oferta e da procura, a lei do mercado, ou seja, quanto mais produtos existir, o preço tende a baixar.

Quanto às exportações, os mercados, para os quais exportamos o nosso pescado, normalmente são exigentes relativamente a determinadas espécies específicas que muitas vezes não temos para lhes oferecer e eles recusam-se a importar espécies que nós temos em maior abundância.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado João Bettencourt.

Porque o tempo urge, peço aos Srs. Deputados que sejam breves nas perguntas e nas respostas.

Dou a palavra à Sra. Deputada Joana Pinheiro, representante da EB 3/S Vitorino Nemésio.

Deputada Joana Pinheiro (Terceira): Exma. Sra. Presidente, Exmos. Srs. Deputados Regionais, Exmos. Convidados e Caros Colegas Deputados:

Exmo. Sr. Deputado Clélio Meneses, se os Estados Unidos atacassem algum país membro da União Europeia, qual seria a nossa posição, sendo que na Ilha Terceira existe uma base aérea que também lhes pertence e que contribui para desenvolvimento económico e social de parte da população da Terceira?

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Para responder à questão colocada, tem a palavra o Sr. Deputados Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Isto é daquelas hipóteses que nós não queremos que se coloquem.

Há bocadinho passou-me pela cabeça que é mais fácil o debate no Parlamento com os Srs. Deputados mais velhos, porque nós já sabemos o que é que eles vão perguntar, agora aqui torna-se mais difícil, porque de vez em quando vocês fazem umas perguntas que ninguém está à espera e eu estava à espera de serem um pouco mais complicadas.

De qualquer forma, em relação a essa possibilidade teórica de haver um ataque, uma das questões que traz sempre mais algum constrangimento, mais alguma dificuldade à União Europeia tem a ver com essas questões da defesa comum e se a Europa se foi construindo ao longo destes anos e se teve um primeiro sinal de fragilidade quando surgiu a questão do Médio Oriente e a forma como alguns países da União Europeia tiveram uma posição divergente uns dos outros, isto só significa que quando se está a falar em questões de defesa comum, em questões de relações externas e em questões de guerra, há sempre alguma fragilidade da União Europeia.

Se houvesse algum ataque a algum país da União Europeia, obviamente que Portugal, fazendo parte da EU, teria de estar, sem qualquer tipo de dúvida, do lado desse país atacado. Não existe qualquer tipo de dúvida sobre isso.

A questão que colocou também levanta uma outra questão que é o facto de Portugal estar na EU e por isso deve estar do lado das políticas de defesa comum da EU, mas, por outro lado, na Ilha Terceira há uma base dos Estados Unidos que não pertence à EU, o que gera aqui uma situação particular, uma situação peculiar e especial que merece uma atenção redobrada, porque se algum dia isso acontecesse, estou certo que seria um quebra cabeças diplomático para Portugal.

No entanto, há uma outra entidade, a NATO, (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que durante muito tempo em Portugal dizia-se OTAN, siglas iniciais da NATO, que também tem por missão a defesa militar dos países do ocidente e, aí sim, congrega os países da EU e os Estados Unidos. Essa solução seria, certamente, resolvida no âmbito na NATO.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Clélio Meneses.

Dou agora a palavra à Sra. Deputada Cátia Faria, representante da EBI dos Arrifes.

Deputada Cátia Faria (*S. Miguel*): Exma. Sra. Presidente, ilustres Convidados e Caros Colegas Deputados:

Eu gostaria de colocar uma questão ao Sr. Dr. Helder Silva.

A comunicação social informou há pouco tempo que existiam projectos para a construção de uma central geotérmica nas Sete Cidades.

Existindo o receio de estragar aquela paisagem, por que é que o dinheiro que iria ser gasto na construção da central geotérmica nas Sete Cidades não é investido no alargamento da central geotérmica já existente na Ribeira Grande?

Obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra para responder o Sr. Dr. Professor Hélder Silva.

Professor Dr. Helder Silva: Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu lamento não ter uma informação cabal desta matéria.

Não sei da intenção de construir a central propriamente no ponto das Sete Cidades. É verdade na sua proximidade, mas também é verdade que esta questão das centrais geotérmicas funcionam com furos que procuram precisamente pontos de energia, neste caso de energia térmica em profundidade e haverá necessidade, depois de se explorar num determinado ponto x anos, de encontrar um outro ponto onde esta energia esteja disponível alimentar uma outra central.

Portanto, não podemos pensar que é possível alimentar uma central, de um qualquer tamanho, num único ponto em termos de produção de energia geotérmica.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Dr. Professor Hélder Silva.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Luísa Barcelos, representante da EBI dos Biscoitos.

Deputada Luísa Barcelos (*Terceira*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Clélio Meneses:

O sim e o não ao Tratado da Constituição Europeia parece dividir a sociedade portuguesa e não passa por partidos à direita ou à esquerda, sendo que assistimos a personalidades de ambos os quadrantes políticos a defender as duas tomadas de posição, o que está então em causa nas tomadas de posição dos partidos?

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Para responder à questão colocada, tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Deputada Luísa Barcelos:

Esta é uma questão que não pode ser respondida em pouco tempo, porque tem sido anos de debate sobre estas questões.

O que devo dizer é que isto resume-se à problemática que é a própria Europa.

Se calhar os Srs. Deputados já todos assistiram em vossas casas que, quando se debate alguma coisa aqui no Parlamento Regional, os deputados do Corvo não concordam muitas vezes com as ideias defendidas por deputados de S. Miguel ou de ilhas maiores, isto é: na diversidade dos Açores é sempre difícil chegar-se a consensos.

Ora, se isso acontece numa região pequena como os Açores, imagine-se numa Europa com 450 milhões de habitantes e com os interesses divergentes que tem. São os países grandes que defendem uma coisa ao contrário dos países mais pequenos; é o Sul que defende determinada matéria em detrimento do Norte; são os países novos que entraram agora, na sequência do alargamento, que têm perspectivas diferentes dos países que já estão há mais anos, ou seja, há uma conflitualidade de interesses e de perspectivas quase que impede que haja uma solução unânime.

A divergência de uns que defendem o sim e outros que defendem o não, foi a tentativa de compromisso de todas essas posições que são por natureza conflitantes e por isso é muito difícil, porque é sempre possível defender acerrimamente o sim, para quem defende uma determinada perspectiva, ou defender o não.

O que esse Tratado conseguiu, não sendo perfeito e, infelizmente, parecendo que não vai ser sequer adoptado, foi tentar encontrar o ponto de equilíbrio entre tudo isto.

Ora, quem defende o sim como eu e o PSD, entendemos que esta é a solução possível de compromisso e de equilíbrios entre todos aqueles interesses conflitantes. Obviamente que quem defende o não, é mais fácil encontrar um ponto de discordância para dizer: “eu voto contra, porque não concordo com isto”.

Porque o Tratado é extenso, é muito fácil encontrar um ponto de discordância.

Agora, quem defende o sim é porque entende que esta é a solução de equilíbrio e de compromisso possível entre todos os interesses conflituantes que constituem a própria Europa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Srs. Deputados, Srs. Convidados:

Agradecemos a participação de todos. Foi um debate muito animado.

Vamos proceder a um intervalo de 15 minutos para os Srs. Deputados poderem conciliar as suas propostas.

Os porta-vozes devem juntar-se aos seus professores.

(Eram 18 horas e 15 minutos)

Presidente: Vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 40 minutos)

Temos quatro Propostas de Conciliação.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Lelo, representante da ES da Ribeira Grande, para apresentar a primeira proposta, subscrita pelas Escolas de Capelas, Lagoa, Ribeira Grande, Laranjeiras, Biscoitos, Arrifes e Topo.

Deputada Cláudia Lelo (S. Miguel): Exma. Sra. Presidente da Mesa, Caros Colegas Deputados:

Sendo a pesca uma actividade muito importante na economia da Região Ultraperiférica dos Açores, defendemos:

1º. Que os pescadores açorianos continuem a ser subsidiados, pois sem os apoios da União Europeia não poderão fazer face aos maiores custos com os equipamentos tecnológicos;

2º. Apelamos à contínua formação de pescadores para maior rentabilização dos equipamentos e produtividade;

3º. Defendemos que a vigilância dos mares seja feita com o apoio da aeronáutica e da marinha, reforçando parcerias, de forma evitar o uso ilegal de redes, embarcações e captura ilegítima de certas espécies;

4º. Defendemos a atribuição do estatuto de excepção no que diz respeito à política comum de pescas;

5º. Que sejam assinados protocolos entre a Associação de Pescadores, Governo Regional e Universidade dos Açores por forma a que se efectuem estudos sobre a actividade piscatória no sentido de saber as espécies e quantidades que podem ser anualmente pescados.

Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições para debate desta Proposta de Conciliação.

(Pausa)

Não havendo inscrições, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de permanecer sentados.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Conciliação foi aprovada com 44 votos a favor e 8 votos contra.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Passamos à segunda Proposta de Conciliação, subscrita pelas Escolas Cardeal Costa Nunes, Vitorino Nemésio, Obra Padre Américo e Nordeste.

Para apresentar esta proposta dou a palavra à Sra. Deputada Natacha Sousa, representante da EBI/S de Nordeste.

Deputada Natacha Sousa (S. Miguel): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Exma. Sra. Presidente, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados:

Conciliadas as propostas das Escolas Cardeal Costa Nunes, Vitorino Nemésio, Obra Padre Américo e Nordeste, propomos:

O desenvolvimento de políticas para diminuir a ultraperiferia cultural e educativa dos jovens açorianos.

A procura de iniciativas no domínio dos oceanos para preservar os ecossistemas marinhos.

A promoção de candidaturas a possíveis financiamentos para o apetrechamento físico e técnico da Região.

A criação de um observatório especialmente vocacionado para recolher, tratar e divulgar informação relativa ao desenvolvimento das nossas ilhas.

Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.
Estão abertas as inscrições para debate desta proposta.

(Pausa)

Não havendo inscrições, vamos proceder à votação.

Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de permanecerem sentados.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Conciliação foi aprovada com 36 votos a favor, 12 votos contra e 4 abstenções.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Passamos à terceira Proposta de Conciliação, subscrita pela Escolas Mouzinho da Silveira, Graciosa e Santa Maria.

Tem apresentar esta proposta, tem a palavra a Sra. Deputada Helena Barros.

Deputada Helena Barros (Santa Maria): Exma. Sra. Presidente, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados:

Os Grupos Parlamentares das Ilha do Corvo, Graciosa e Santa Maria, saliente-se que são as três ilhas mais pequenas do arquipélago, logo as mais afectadas pela ultraperiferia, propõem o seguinte:

A nível dos transportes que haja uma tarifa única inter-ilhas e continente e um aumento de assiduidade dos voos;

A nível das pescas que haja a criação de santuários para a pesca artesanal (zonas exclusivas por parte dos pescadores de cada ilha);
A nível da agricultura que se mantenham os apoios à agricultura tradicional e mais incentivos à agricultura biológica;
Quanto à saúde que haja uma melhoria de infra-estruturas e uma deslocação mais assídua de especialistas para estas ilhas.
Muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.
Estão abertas as inscrições para o debate desta proposta.

(Pausa)

Não há inscrições, vamos passar à votação.
Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de permanecer sentados.
Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.
Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.
Secretária: A Proposta de Conciliação foi aprovada com 39 votos a favor, 9 votos contra e 4 abstenções.

Presidente: Passamos agora à Proposta de Conciliação, subscrita pelas Escolas Obra Padre Américo, Cardeal costa Nunes, Vitorino Nemésio e Nordeste.

Para apresentar esta proposta, tem a palavra a Sra. Deputada Renata Meneses.

Deputada Renata Meneses (Terceira): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exma. Sra. Presidente do Parlamento Jovem, Exmos. Srs. Deputados Regionais, Exmos. Convidados, Caros Colegas Deputados:
Conciliadas as propostas das Escolas Cardeal Costa Nunes, Vitorino Nemésio, Obra Padre Américo e Nordeste, solicitamos à Sra. Presidente que coloque à aprovação nesta Assembleia o Tratado da Constituição Europeia.
Obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.
Estão abertas as inscrições para debate desta proposta.

(Pausa)

Não havendo inscrições, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que votam a favor, façam o favor de permanecerem sentados.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Tratado da Constituição Europeia foi aprovado com 32 votos a favor, 12 votos contra e 8 abstenções.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Como os Srs. Deputados conhecem a França, através de um referendo disse não à Constituição Europeia.

Vamos também fazer agora uma votação da Constituição da União Europeia.

Os Srs. Deputados que aprovam a Constituição da União Europeia, façam o favor de permanecerem como estão.

Os Srs. Deputados que estão contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: A Constituição da União Europeia foi aprovada com 32 votos a favor e 18 votos contra.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Dou agora a palavra ao Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Caros Colegas, Dr. Hélder Silva, Sras. e Srs. Professores:

Após o debate realizado, e um longo dia de trabalho, intervenho, na qualidade de Presidente da Comissão de Política Geral, para expressar uma saudação, uma congratulação e um orgulho político e pessoal, do que pude observar, da qualidade dos trabalhos que hoje se realizaram neste VII Plenário Jovem.

Creio que estão de parabéns os alunos, as Sras. e os Srs. Deputados, as Sras. e os Srs. Professores, a Região Autónoma dos Açores e a Juventude Açoriana pelo brilhantismo que demonstraram no debate, uma parte no improvisado e outra parte resultante do trabalho científico, pedagógico e de pesquisa que foi realizado em cada uma das vossas escolas.

É por isso um momento de satisfação e de orgulho, porque, hoje, foi notório que com empenho e pedagogia podemos apresentar nos Açores um sistema educativo açoriano de qualidade para uma competitividade global do ensino e da qualidade dos nossos alunos, designadamente da nossa juventude.

Gostaria também de vos dizer que é neste Parlamento que dão um primeiro passo nas vossas vidas, onde uma pequena curiosidade de participação política se pode despoletar, no futuro, como novos e brilhantes deputados da Região Autónoma dos Açores, do País e da União Europeia.

Hoje, a cidadania europeia permite-nos almejar uma participação política, não só na nossa freguesia, mas também no Parlamento Europeu, na Comissão Europeia, enfim, nos órgãos de Governo da União Europeia. Por isso é preciso revelar estímulo, vontade e ambição para se poder ser um agente da decisão europeia nas nossas vidas quotidianas.

Gostaria de, em síntese, e compulsando os trabalhos que desde manhã ocorreram até agora, dizer-vos que fiquei impressionado com a variedade dos temas que souberam trazer ao Parlamento. Com eles deram um sinal de reflexão, de preocupação e de atenção adequada aos tempos da actualidade e à perspectiva futura de uma vida melhor protagonizada por vocês.

É fundamental, na reflexão política e jurídica da organização de qualquer comunidade, ter uma Carta de Direitos Fundamentais e uma prática de respeito pelos Direitos Humanos. Devo dizer que isto mesmo foi aqui expresso, destacado, aliás, pela Deputada Natacha Sousa, na selecção que ela quis fazer na análise do Tratado Constitucional, um documento tão vasto, como alguém referia, com tantos artigos, com tantos protocolos adicionais. Foi a peça fundamental, aquela que foi seleccionada nesta observação ao Tratado Constitucional. Uma boa percepção política ao

perceber a prioridade e o essencial na vasta reflexão política que podia ser feita à volta do Tratado ou da União Europeia.

Outro sinal que considere essencial e revelador também da sagacidade política e cultural que souberam revelar foi a preocupação ambiental.

Esta preocupação é hoje, no mundo moderno e civilizado, aquela que é lastro e primazia sobre todas as outras políticas.

Eu gostava de citar a este propósito o Sr. Deputado Lino Sousa quando dizia, com precisão e sentido realista do mundo actual, que “o planeta mostra cansaço do abuso humano”, uma expressão de excelência que eu não podia deixar de aqui repetir.

É este cuidado que temos que ter em todas as opções e prioridades políticas, em qualquer organização local, nacional, europeia ou mundial. Aliás, a Constituição Portuguesa – a Lei Fundamental do nosso País – tem, também a temática ecológica e ambiental, como prioridade e lastro de todas as outras políticas.

O Tratado Constitucional, se fosse avante – embora tudo pareça indicar que não irá – fica visto que a vontade dos povos europeus era de querer fazer das questões ambientais a primazia de todas as políticas.

Dizia ontem o Prof. Jorge Miranda, num programa televisivo que tive oportunidade de ouvir, que deve ser essa primazia da política ambiental a influenciar e a condicionar todas as outras políticas.

Se há uma vontade económica de um abate de sobreiros – era a citação que o Prof. Jorge Miranda apresentava – deve ter primazia a preocupação ambiental em prejuízo do interesse económico circunstancial.

É essa base ambiental que queremos na nossa cultura para preservar o nosso planeta, para atender com antecipação ao que dizia o Deputado Lino Sousa, e repito, “o planeta mostra cansaço do abuso humano”. É preciso que nos preocupemos com o futuro.

Gostaria também, a este propósito, de citar o Deputado Hugo Mateus que dizia (e ainda bem para nós açorianos e para esta geração ambiental) que “Os Açores são um Santuário da Natureza”. Foi esta a expressão do Deputado Hugo Mateus, que gosto de repetir: “Os Açores são um Santuário da Natureza!”. É este o período que ainda vivemos nos Açores. É esta a herança

que a vossa geração recebe, deve ser este o objectivo de preservação que devemos prosseguir.

Gostaria, finalmente, de dar ainda nota de algumas temáticas que souberam abordar com inteligência e excelência, e que são da actualidade política, nacional, europeia e mundial: a globalização, a opção por uma política de inclusão, isto é, sermos parte, sermos autores de decisão e não apenas destinatários da decisão, sermos sujeitos no devir político, e no desenvolvimento e progresso económico, termos capacidade de participação.

Estes foram temas que souberam trazer aqui e eu presto homenagem à vossa inteligência, à vossa capacidade de reflexão sobre estas temáticas que são do presente e do futuro.

Ainda em matéria ambiental destaquei com apreço a vossa sensibilidade para o sucesso do Programa Eco-escolas, para as preocupações vastas vezes referidas por todos e surpreendentemente muito mais reflectidas por vós, jovens, neste Parlamento, sobre as questões dos mares e das pescas.

Percebi esta preocupação que faz parte da nossa idiossincrasia, como, como dizia também o Deputado Clélio Meneses: os Açores são mais mar do que terra.

Falaram também, e é um registo de actualidade política inquestionável e incontornável, sobre a ultraperiferia. É um conceito essencial que a vossa geração conhece desde já. Nós somos ultraperiféricos.

Porque esta é uma condição geográfica que não podemos mudar, estamos, de facto, geograficamente condenados a estar no meio do Atlântico Norte, a sermos, como somos, um conjunto de nove ilhas, com esta lógica insular e arquipelágica de pequena dimensão de cada uma das nossas ilhas.

No entanto, temos que, confrontados com essa realidade incontornável, saber ultrapassar a ultraperiferia, participar nas decisões dos grandes centros e não sermos marginais das decisões.

Ser ultraperiférico é uma condição geográfica. Não pode ser igual à marginalidade da participação na decisão política nacional ou europeia. Isto é essencial, e as senhoras e os senhores deputados souberam demonstrar o conhecimento que já têm nas vossas

idades e na reflexão política que produziram nas vossas escolas sobre esta matéria.

Finalmente, falaram sobre o que é essencial para o desenvolvimento, nesta aldeia global que é o nosso mundo. Falaram de acessibilidades: acessibilidades terrestres, marítimas e aéreas. De facto, são essenciais para o desenvolvimento económico, para a partilha e o intercâmbio de novas culturas, de conhecimentos pessoais, culturais e trocas económicas e sociais para a saúde.

Falou-se aqui também da importância de acessibilidades, de meios, de recursos de saúde. Com isso, também percebi uma ligeira abordagem, que é essencial na vossa geração, às novas tecnologias e da importância delas para a acessibilidade na comunicação ou mesmo para ultrapassar os nossos problemas arquipelágicos e de distância na área da saúde.

Ainda ontem à noite tive oportunidade de falar com as Sras. e os Srs. Deputados do Plenário Jovem sobre um procedimento que tornará mais próximo as ilhas dos Açores umas das outras, em matéria de saúde, que será a telemedicina.

Quero também citar, a este propósito, uma expressão, que me pareceu muito feliz para qualquer matéria de desenvolvimento e de acessibilidades, da Sra. Deputada Natacha Sousa, a propósito de outra matéria que tinha a ver com o seu concelho de origem, o Nordeste: “mais perto do que está mais longe”. Queremos todos estar mais perto do que está mais longe!

É este o problema das acessibilidades que podemos resolver com a participação no que está acima da nossa decisão local, mas apesar disso queremos participar por via da comunicação da era digital que vivemos, ou, na área da saúde, por via da telemedicina, já que na área da educação, obviamente, já conhecem os novos meios de comunicação. A Internet já é hoje, no mundo inteiro, um dado essencial para a investigação e para a consulta de elementos que sejam essenciais para os nossos estudos.

Queria fazer uma outra referência relativa às preocupações que também revelaram, e isso diz muito respeito à nossa Região, sobre o analfabetismo, a literacia, a competitividade ou a qualificação dos recursos humanos.

Numa aldeia global, é essencial estarmos preparados, e eu iniciei a minha intervenção dizendo que são as Sras. e os Srs. Deputados, deste Plenário Jovem, tão bons como qualquer outro estudante da vossa geração na Europa ou no mundo. Podem, por isso, apostando na qualificação humana, na valorização dos vossos conhecimentos e competências, serem tão competitivos como qualquer europeu, como qualquer americano ou como qualquer japonês. Portanto, apostem na valorização das vossas competências para enfrentar um mundo global de competitividade que é, a todos os níveis, o quotidiano, o presente e o futuro.

A este propósito gostaria também de citar uma outra Sra. Deputada, a Helena Barros, que é demonstrativo desta preocupação de podermos, apesar da distância da ultraperiferia, sermos autores da decisão e não simples destinatários da decisão: “se nós nos ausentarmos dos modelos de decisão, são os maiores que decidem os que os mais pequenos devem cumprir”.

Nós não queremos que isso aconteça e que seja uma fatalidade para os Açores ou para qualquer uma das nossas ilhas. Nós queremos, apesar de pequenos, participar e ser autores das decisões e os maiores terão de cumprir as mesmas.

Portanto, queria deixar estas notas, fazendo estes apanhados das várias intervenções de excelência que tive oportunidade de ouvir, para demonstrar que tenho razão quando digo que tenho orgulho na capacidade que as Sras. e os Srs. Deputados aqui souberam revelar, no trabalho feito e na capacidade de improviso.

Gostei da dialéctica que o Sr. Deputado foi capaz de introduzir, junto com os seus colegas Deputados, revelando capacidade, quase instinto, para a réplica do improviso, revelador de muita capacidade, inteligência e de maturidade para a participação e intervenção política, por exemplo.

Também quero saudar, desde logo, o Parlamento que organizou os plenários jovens, mas também a filosofia que antes desta minha intervenção, foi demonstrada, que é o momento da conciliação. Isto é essencial na participação social, cultural e política, haver expressão da pluralidade das opiniões, em liberdade total, mas depois haver um momento de consenso e de conciliação para andarmos para a frente.

As discussões, mesmo utilizando aquela necessária máxima de Descart da *dúvida metódica* não podem ser eternas. É preciso conciliar e decidir.

Dizia também – e peço desculpa por citar duas vezes – o Sr. Deputado Clélio Meneses que na questão do Tratado Constitucional, às vezes, é mais fácil defender o não, de forma atomista, dos pequenos pormenores que possam mostrar uma discordância, mas na imensidade dos compromissos europeus, de estados e de culturas tão diferentes, é preciso encontrar os links, as ligações, a rede que permita o consenso.

Nem todos terão tudo o que quiserem, mas não há ninguém que perca tudo o que pretende. Por isso é preciso apostar neste exercício de conciliação para podermos andar para a frente e termos uma maioria satisfeita com as decisões, aceitando as opções do presente e do futuro.

Não me quero alongar mais, mas teria tanto a dizer, inspirado nas brilhantes intervenções que as Sras. e os Srs. Deputados fizeram hoje, ao longo do dia.

A minha saudação, o meu muito obrigado e a expressão da minha confiança no futuro dos Açores e da política açoriana com tão brilhantes jovens e futuros políticos que nós temos pela frente.

Muito obrigado.

(Aplausos de pé da Câmara)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado José Manuel Bolieiro. Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Convidados: Penso que estamos todos de parabéns pela forma como decorreram os trabalhos.

Em nome desta Mesa digo que tivemos muito prazer e orgulho em estar aqui.

Ficámos mais ricos e vamos regressar à escola muito orgulhosos. Peço desculpa por alguns lapsos que decorreram na Mesa, ao longo dos trabalhos, mas foi a primeira vez que desempenhámos estas funções.

Passo agora a palavra ao Sr. Presidente da Assembleia para encerrar a Sessão.

Presidente da Assembleia Legislativa (*Dep. Fernando Meneses*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Jovens Deputados, Srs. Deputados Regionais, Convidados (Dr. Hélder Silva, Prof. Carlos Amaral, Dr. Gui Meneses e Prof. Ricardo Serrão Santos), Srs. Professores, Meus Amigos:

Como tiveram oportunidade de verificar, eu não pude, por razões de outra ordem, acompanhar plenamente este vosso plenário, mas quero dizer-vos que por aquilo que vi e por aquilo que ouvi, tratou-se de uma sessão de muita qualidade, de muita inteligência e de grande importância.

Os senhores puderam aperceber-se, em primeiro lugar, de como funciona o Parlamento da Região Autónoma dos Açores. Funciona assim, com regras.

Também vos devo dizer que a vossa Presidente é mais rigorosa do que eu sou. Aliás, já um ou outro deputado veio ter comigo e disse-me: “o senhor, às vezes, também podia ser mais rigoroso”.

Creio que os trabalhos decorreram muito bem e felicito a mesa pela condução dos trabalhos, porque realmente parece fácil, mas nem sempre é fácil dirigir aqui os trabalhos. Não é que hajam grandes guerras. Elas também existem, lutas tenazes, políticas, sempre dentro de uma certa cordialidade e sobretudo sempre com respeito mútuo e democrático. Isso é que é fundamental.

Vivemos neste dia de hoje um momento de liberdade, liberdade num plenário, liberdade de expressarem as vossas opiniões, como quiseram, como entenderam, apoiando, não apoiando, como é próprio da nossa vida democrática, como é próprio do nosso estado democrático e da nossa Região Autónoma.

Acreditem, meus queridos amigos, que foi difícil chegar aqui, mas ainda bem que chegámos, ainda bem que hoje podemos estar todos aqui a dizer o que nos apetece sobre a nossa própria vida, sobre os nossos próprios problemas.

Tratámos de problemas da Europa, esse grande mundo que é a Europa, da nova Constituição, esse desafio em que cada um dos Estados perde um bocadinho da sua soberania para entregar a outras entidades, num projecto que se pretende que seja de paz, desenvolvimento e progresso, um projecto que envolve 450 milhões de pessoas e que a meu ver tem que ter cada vez mais

preocupações de natureza social, bem-estar e progresso das pessoas.

Tratámos disso, dessa Europa.

Tratámos da nossa Região, da ultraperiferia, o que é que significa, o que somos nós no meio do atlântico, não perdidos mas encontrados, entre a Europa e a América, a ultraperiferia dos Açores. Tratámos também disso, dos nossos problemas, do ambiente, da agricultura, das pescas e muitos outros.

Fizeram-se, finalmente, propostas e essas propostas não vão cair em saco roto. Eu vou enviar as vossas propostas para os Membros do Governo Regional dos Açores. Eles vão ouvir e vão ler aquilo que vocês pensam disto tudo que tratámos hoje.

Meus caros amigos, deixem-me só dizer isto:

Eu tenho um enorme orgulho em ser açoriano e tenho um enorme orgulho em ter sido eleito presidente deste Parlamento que representa todos os açorianos.

Daqui, destas ilhas, demos ao nosso país vultos importantíssimos em todas as áreas.

Quem não sabe quem é Antero de Quental, Vitorino Nemésio, Natália Correia, João de Melo?

Quem não se lembra do primeiro Presidente da República, Manuel de Arriaga, de Teófilo de Braga, vultos da política?

E em todas as áreas os Açores foram capazes de fornecer ao nosso país gente da mais elevada qualidade, da mais elevada estirpe.

Eu, hoje, ao olhar para vocês neste plenário, saio também, como disse o Deputado Bolieiro, confiante de que continuamos nesse caminho. Não é coisa do passado. Estas figuras não são figuras só do passado. Elas mantêm-se ainda hoje e olhando para vocês eu tenho a certeza de que o futuro dos Açores, também a este nível, da cultura, da política, das artes, estará garantido.

Vocês são para nós um exemplo, um exemplo de muitas coisas. O vosso à vontade! Espanta-me o vosso à vontade!

Eu lembro-me quando me sentei aqui pela primeira vez e quando vim pela primeira vez a esta tribuna. Eu não vinha à vontade. Também não vinha a tremer das pernas.

Não é fácil.

Conheço muitos deputados que têm as suas dificuldades quando vêm a esta tribuna.

Admirei esse vosso à vontade, de vir aqui, ou daí, dizer o que quiseram dizer. Isso é um bom sinal. É um sinal de que a nossa juventude está cada vez mais bem preparada e mais aberta para o futuro da nossa Região Autónoma.

Contagante é por isso a vossa alegria, a vossa juventude, a vossa simpatia. Sejam sempre assim: jovens, irreverentes, digam o que vos apetecer e pensem também um bocadinho quem somos e o que queremos ser no futuro.

Exijam de nós, dos mais velhos, dos que têm responsabilidades, sobretudo políticas, aquilo que entendam, porque nós temos muitas obrigações neste nosso tempo para construir o tempo de amanhã.

Uma palavra final e muito particular para os Srs. Professores.

Os Srs. Professores devem merecer e merecem, da minha parte, o maior respeito e consideração. A minha mãe foi professora dezenas de anos e eu não me esqueço do sacrifício que ela fazia. Hoje, já está reformada.

Por isso, Srs. Professores, presto-vos a minha homenagem pelo trabalho que tiveram, pelo esforço que fizeram e pelo acompanhamento que tiveram de fazer em todo este plenário jovem.

Talvez seja merecido da nossa parte um aplauso aos professores.

(Aplausos da Câmara)

Não se devem também fazer agradecimentos aos da casa, mas eu não posso deixar de agradecer às pessoas do meu gabinete que organizaram este plenário jovem e esta confraternização.

Agradeço também aos nossos convidados que nos ajudaram a esclarecer algumas coisas e, finalmente, muito obrigado a vocês todos. Foi muito bom ter-vos aqui, foi muito bonito ouvir-vos falar.

Vamo-nos encontrar ais logo, vamos jantar todos, continuar este convívio e esperem que levem, deste Paramento da Região Autónoma dos Açores, uma boa recordação.

Pela minha parte, muito obrigado.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Umas últimas palavras dirigidas especialmente ao Sr. Presidente:

Muito obrigado, Sr. Presidente, pelas suas palavras no encerramento desta Sessão do VII Parlamento Jovem. Desde já, e julgo que falo em nome de todos, agradecemos ter-nos recebido nesta casa, pois nestes dias compreendemos que ser político não é fácil e, sobretudo não é, “falam, falam, e não os vejo a fazer nada!”.

São estas as minhas palavras.

Muito obrigada.

Declaro encerrada – com muita pena minha – a Sessão.

(Aplausos de pé da Câmara)

Eram 19 horas e 30 minutos)

